

Nº 068/69

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1969

Ac: Ilmo Sr. Jaldyr Bhering Faustino da Silva  
Secretário da Educação e Cultura

De: Dr. Ralph von Gersdorff  
Planejador Educacional/UNESCO

Senhor Secretário,

Agradeço muito sua carta do dia 13 de maio de 1969, referência GAB/546-338, com informações e relatórios de pesquisas muito interessantes.

Espero ter o prazer de encontrar V.S.<sup>a</sup> na IV Conferência Nacional de Educação que vai realizar-se em São Paulo, no período de 22 a 28 de junho próximo.

Agradecendo o interesse de V.S.<sup>a</sup> por meu trabalho apresento os meus protestos de consideração e apreço.



Ralph von Gersdorff

Ilmo. Sr. Jaldyr Bhering Faustino da Silva  
Secretário da Educação e Cultura  
Secretaria de Educação e Cultura  
Florianópolis, Santa Catarina.

016/69  
EnA.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETARIO

GAB/546-338

Florianópolis,  
em 13 de maio de 1969.

Senhor Assessor,

Através do presente, temos a satisfação de agradecer o oferecimento de assistência técnica a esta Secretaria de Educação e Cultura e simultaneamente cientificar a Vossa Senhoria que nos é grato contar com sua experiência e colaboração.

Assim, no momento, estamos enviando a Vossa Senhoria alguns relatórios de pesquisa, dados estatísticos e obras sobre a realidade educacional do Estado e suas condições sócio-econômicas. Isto visando familiarizar Vossa Senhoria com nossos problemas.

Podemos adiantar, que estamos a superar uma fase crucial na solução dos problemas educacionais do Estado, qual seja a da planificação. O Governo do Estado, em julho de 1968, organizou grupo de trabalho destinado a efetivar o Plano de Educação do Estado e paralelamente formular a Reforma Administrativa da SEC. O grupo de trabalho encerrou suas atividades em janeiro e agora os Planos estão em via de aprovação no Conselho Estadual de Educação, para em seguida serem homologados pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. Embora esses Planos tenham sofrido algumas emendas no CEE, estamos também enviando a Vossa Senhoria um exemplar.

No âmbito da Secretaria de Educação e Cultura já

Ilmo. Sr. Dr. Ralph Von Gersdorff

DD. Assessor de Planejamento INEP/UNESCO

SAT/INEP/MEC

Rua Voluntários da Pátria, 127 - fundos - ZC 02

RIO DE JANEIRO - GB



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

GAB/2

estamos desenvolvendo nossas atividades rotineiras com vistas ao formulado nos Planos de Educação e Reforma Administrativa. Contudo a implantação propriamente dita dêsses somente deverá efetivar-se em julho, quando fôr instalada a chamada "Comissão de Implantação". Devido a isto, achamos conveniente a visita de Vossa Senhoria na época em que aquela Comissão já estiver em operação, pois, conforme o estabelecimento nos Planos, é a ela que compete a deflagração das várias ações programadas. Assim, na ocasião devida, haveremos de solicitar a Vossa Senhoria para assessorar-nos na solução dos vários problemas que estamos a enfrentar e que, conscientemente, sabemos asfixiam o sucesso da educação no Estado.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Senhoria os agradecimentos pelo oferecimento que por certo nos será valioso, e apresentamos os nossos protestos de consideração e apreço.

  
\_\_\_\_\_  
Jaldyr Blering Faustino da Silva  
Secretário da Educação e Cultura

SANTA CATARINA

SANTA CATARINA

INTRODUÇÃO

A curta estadia do grupo CEOSE em Florianópolis não podia permitir um equacionamento pormenorizado dos problemas educacionais do Estado. O colóquio não foi, porém, senão um primeiro contato, e salientamos que nossa colaboração só poderia ser frutífera se se desdobrasse no tempo.

As sugestões pedagógicas, administrativas, e de planejamento contidas nêsse relatório representam apenas um esboço, destinado a provocar um diálogo com os educadores do Estado. O principal interêsse dos CEOSE reside, aliás, nisso: não se trata de impor idéias prefabricadas, mas de confrontar, no tocante ao sistema educacional, uma visão de dentro com uma visão de fora. Esta, por ser alheia, tem a probabilidade de ser, por um lado, mais ampla e objetiva do que a visão dos que vivem mergulhados na situação local; e, por outro lado, menos prática na sua primeira formulação, por não ter a vivência de certos obstáculos, mais ou menos imponderáveis, que só se podem aquilatar a partir de uma longa familiaridade com aquela situação. As duas visões hão, pois, de se corrigir mutuamente.

No que diz respeito à parte de reforma administrativa, acreditamos que essa aproximação deve ser acelerada, em virtude do péssimo funcionamento da atual máquina e do papel infraestrutural que cabe à administração da educação, tanto em relação aos assuntos corriqueiros como em relação ao planejamento.

Seria conveniente que, já no início de 1968, o Estado tivesse as condições para elaborar racionalmente os planos de emergência referentes ao ano de 1969. Lembramos, nêste particular, que a atuação dos CEOSE se prolonga no Ciclo de Planejamento e Administração Educacionais, que êles, junto com a Secretaria-Geral do MEC e o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento), vão promover entre o dia 23 de outubro e o dia 21 de novembro próximos.

O relatório traz também sugestões pedagógicas-administrativas referentes aos ensinos primário e médio. Algumas delas, estreitamente ligadas à reforma da SEC, deveriam ser objeto de uma discussão imediata: é o caso da supressão da Diretoria dos Servi-

ços de Extensão, da Divisão do Ensino Especializado e da Divisão de Ensino Particular: da criação do Departamento de Educação Elemental e do Departamento de Ensino Médio. Outras, embora completando a reforma, poderiam esperar alguns meses, - e merecer, pois, um exame acurado, por parte de grupos de trabalho do ensino primário e do ensino médio: é o caso da eventual criação de uma Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário; e da estruturação do Departamento de Ensino Médio em torno de dois eixos - a Divisão de Ensino Ginásial e a Divisão do Ensino Colegial.

Só fizemos leves referências aos problemas de educação de base, na medida das suas relações gerais com os do ensino primário: o tema não foi suficientemente debatido, no decorrer da reunião de Florianópolis. O exame desses problemas, bem como os da cultura e os da Universidade Para o Desenvolvimento (incluindo suas relações com a Universidade Federal) ficará para outra etapa dos CEOSE. Pelas mesmas razões, tampouco examinamos a oportunidade da criação de um Serviço Social Escolar, o qual, como propusemos em outros Estados, reagruparia tudo que, na SEC, diz respeito a educação alimentar, saúde escolar e assistência escolar.

PRINCÍPIOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA

PROPOSTOS PARA A SECRETARIA DE

EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO

DE SANTA CATARINA

MICHEL DEBRUN

INEP - UNESCO

## SANTA CATARINA

### PRINCÍPIOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA

Existe uma grande discrepância, no Estado de Santa Catarina, entre as qualidades humanas e técnicas dos elementos responsáveis da Secretaria de Educação e Cultura e o baixo rendimento da máquina educacional dentro da qual eles têm de atuar. Sérias deficiências podem ser apontadas:

1. Os órgãos são numerosos demais. Cada problema novo suscita a criação de um órgão novo, em vez de se buscar as semelhanças com outros problemas, da alçada de órgão já existente. Deveria, logicamente, se procurar quer a atribuição do novo problema ao antigo órgão, quer, inversamente, a colocação de antigos e novos problemas dentro de um novo órgão, mais amplo e eficaz - em vez de um mosaico de órgãos afins.

Não se percebe que diferenças adjetivas não autorizam uma separação substantiva, como, por exemplo, a que se verifica entre a Divisão de Ensino Médio e a Divisão de Ensino Particular: a maior parte das questões de que trata essa última - inspeção e orientação do ensino, convênios e bolsas escolares pertencem à área do ensino médio, e deveriam ser equacionados com as outras dessa área; do contrário não se poderá elaborar uma política racional do ensino médio, permitindo submeter todos os estabelecimentos a uma mesma inspiração pedagógica, bem como repartir harmoniosamente os alunos entre a rede pública e a rede particular. Do mesmo modo, não se entende que o ensino rural, em que pêsse à relativa especificidade dos seus problemas, não se integre à Divisão de Educação Primária. Enfim, e sobretudo, é estranha a atribuição à Diretoria dos Serviços de Extensão, de serviços que deveriam pertencer, normalmente, quer ao Departamento de Educação (Orientação Vocacional e Profissional, Cursos Extraordinários), quer à Diretoria de Administração (Prédios e Equipamentos) quer ao Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (levantamentos, estudos e pesquisas pedagógicas etc); orientação, Documentação e Informações.

A consequência é que, entre antigos e novos órgãos de determinada área, verifica-se geralmente a existência de paredes estanques, às vezes mais rígidas do que as existentes entre órgãos de áreas distintas.

2. Defeito simétrico do primeiro é a reunião, num mesmo órgão - Departamento, Diretoria ou Divisão -, de coisas que pouco têm que ver entre si: a Diretoria dos Serviços de Extensão é o melhor exemplo desses "monstrenhos"; parece aglutinar tudo que, por uma ou outra razão, não encontrou lugar na área afim. A Divisão de Ensino Especializado cai sob a mesma crítica.

Essa deficiência é, até certo ponto o reflexo da primeira: não se procurando uma integração sistemática das áreas afins; não se podendo, porém, multiplicar de modo ilimitado os órgãos em nível de Departamento ou de Divisão - chega-se a um sincretismo, desprovido de funcionalidade, entre seções soltas.



3. Há duplicações disfuncionais, não sendo raro que dois (ou vários) órgãos equacionem os mesmos aspectos dos mesmos assuntos. O que redundaria: quer na anarquia, quando os vários órgãos pretendem, cada um, dar um tratamento particular no assunto; quer na gratuidade e na superfluidade, quando são chamados a dar, apenas, um visto ao que um dêles elaborou ou decidiu.

Exemplo típico dessa segunda situação é a tramitação, através de vários níveis administrativos, de processos que poderiam ser despachados por um dêles (no mais das vezes pela instância inferior), sendo os outros apenas cientificados do resultado. Não vemos porque uma decisão referente a uma licença prêmio, a um quinquênio etc ... há de ser tomada, só depois de ouvidos o inspetor escolar, o inspetor regional, o Departamento de Educação, a Diretoria de Administração, o Departamento de Orientação e Racionalização dos Serviços Públicos (D.O.R.S.P.), o Secretário de Educação e Cultura e até o Governador.

4. Isso nos leva a outro ponto: o ingurgitamento da máquina administrativa, e a conseqüente invasão das áreas pedagógico-culturais por assuntos de natureza administrativa. Cada processo referente aos professores, por exemplo, tendo de ser examinado pelo Diretor do Departamento de Educação, este não pode se dedicar aos assuntos de política educacional, nem mesmo ao estudo dos relatórios pedagógicos.

Sugerimos três medidas:

a) descentralização da máquina administrativa, sendo atribuídas maiores responsabilidades aos inspetores regionais e locais;

b) automatização de muitas decisões, notadamente no nível descentralizado. Voltando ao nosso exemplo, a decisão sobre uma licença-prêmio pode ser tomada a partir da simples leitura da ficha do professor, pela instância administrativa local;

c) introdução da mecanografia, eventualmente em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, cujo sistema nos pareceu modelar; estudos para o estabelecimento ulterior de um sistema eletrônico de tratamento da informação.

5. Tudo isso permitirá uma separação, lógica, entre a área administrativa e as áreas pedagógicas-culturais. Aliviada a máquina administrativa, não haverá necessidade de recorrer a pedagogos para buscar fichas (nos foi dito que o Departamento de Educação, em muitos casos, há de buscá-las para atender a pedidos da Diretoria de Administração!), ou despachar processos rotineiros.

A separação terá de ser rigorosa, sobremaneira, nos níveis regional e local: não se pode admitir que o pessoal da rede de supervisão seja colocado sob as ordens de inspetores não raro alheios ao ensino. Deve haver, pois, uma dupla linha de descentralização. O que não exclui que inspetores e supervisores (e, eventualmente, orientadores para o ensino médio), estejam lotados nos mesmos prédios.

A distinção das áreas deve, porém, de ser bem entendida. Não pode haver paredes estanques:

a) uma seção (não uma divisão) de administração deve existir junto a cada departamento pedagógico ou cultural, para receber e transmitir as informações administrativas de seu interesse: trata-se de um standard telefônico, nada mais.

Nos níveis regional e local uma coordenação semelhante pode ser encontrada.

b) tãda decisão não rotineira concernente aos professõres, particularmente as que implicam na avaliaçãõ do seu valor pedagõgico, sãõ deve ser tomada, pelas instãncias administrativas, mediante parecer das instãncias pedagõgicas interessadas.

6. Como em todos os outros Estados, nãõ há em Santa Catarina uma suficiente distinçãõ entre as instãncias de polítca educacional e as de execuçãõ dessa polítca, o que prejudica o rendimento de uma e outras.

Nãõ se trata, é claro, de estabelecer uma fronteira rígida entre os dois níveis. Por exemplo, os diretores de departamento, que pertencem básicamente à esfera executiva, hãõ de participar à elaboraçãõ do planejamento educacional, atividade decisõria: se nãõ fõssem constantemente consultados durante essa elaboraçãõ, nãõ lhe captariam as sutilezas e o espírito, nãõ se sentindo, portanto, responsãveis pela realizaçãõ do plano. Recíprocamente, dentro da faixa de planejamento, se devem distinguir os que definem as diretrizes e normas dos técnicos que as traduzem em metas concretas esalonadas no tempo - sendo, êsses últimos, executivos de um tipo particular.

Apesar dessas restrições, deve prevalecer uma melhor organicidade das funções:

A) As instãncias máximas da educaçãõ nãõ podem ficar assoberbadas por tarefas de caráter rotineiro, às quais, inversamente, devem se dedicar de modo quase exclusivo outras instãncias.

Nãõ vai, nessa observaçãõ, nenhum desprêzo em relaçãõ ao "rotineiro"; êle nãõ é, forçosamente, o "automático" - e muitas decisões rotineiras implicam numa alta capacidade de reflexãõ. Apenas, o que distingue a faixa rotineira, é que tudo que nela se faz, está sendo decidido em nome de normas e metas já estabelecidas. No âmbito rotineiro, a reflexãõ, há, pois, de se caracterizar menos como atividade criadora do que como atividade de juízo, capaz de enquadrar a multiplicidade infindável das situações particulares - existentes ou a serem criadas - na generalidade das normas e metas: estas, mesmo que pormenorizadas, especificadas para atender a uma grande diversidade de casos, nunca podem descer a êste caso singular. Essa oposiçãõ, entre a criaçãõ e as atividades que dela resultam e que ela norteia, é que impõe uma divisãõ do trabalho muito mais nítida do que a que hoje se verifica na SEC. E a própria magnitude e complexidade dos assuntos rotineiros - de certos dêles, pelo menos - reforça a legitimidade dessa divisãõ. Independentemente mesmo do aspecto clientelístico que pode assumir tal intervençãõ, nãõ é admissível que o Secretário ou os membros do Conselho Estadual entrem no mérito de tal ou qual nomeaçãõ ou remoçãõ, construçãõ de prédio etc ... : estas devem ser decididas por instãncias executivas - pedagõgicas e/ou administrativas, conforme os casos.

A separaçãõ entre o âmbito da polítca educacional e o das atividades de execuçãõ nãõ deve ser confundida com a distinçãõ das atividades administrativas e pedagõgico-culturais, muito embora as duas se reforcem mutuamente. A segunda distinçãõ se verifica entre atividades executivas.

B) Na faixa normativa - e de contrõle global do funcionamento da máquina educacional -, parece-nos que a repartiçãõ das responsabilidades há de ser a seguinte:

a) as atribuições que a LDB confere ao Conselho Estadual de Educação em matéria de planejamento não podem ser entendidas no sentido de que êle teria de elaborar de ponta a ponta tal planejamento. Seus membros, em primeiro lugar, não poderiam se dedicar continuamente a tal tarefa, a qual, todavia, pela diversidade e complexidade dos seus aspectos, exige uma dedicação quase integral: está se acabando o tempo em que, tanto no nível federal como estadual, planejar significava decretar algumas metas quantitativas e qualitativas, e os prazos da sua realização - de modo mais ou menos arbitrário, inspirado por uma vaga intuição da circunstância brasileira, das suas necessidades e possibilidades. O que significa, em segundo lugar, que o conteúdo pormenorizado dos planos deve ser obra de técnicos: e os membros do Conselho não o são forçosamente, em que pese ao seu valor como educadores. Enfim, a elaboração das diretrizes fundamentais do planejamento implica um certo recuo, uma certa distanciação em relação às pesquisas, cálculos, micro-ajustamentos interdepartamentais (dentro da esfera educacional) e intersetoriais (entre a educação e outros setores), graças aos quais o plano se transforma num documento acabado: do contrário a inspiração global, o sentido das proporções a observar entre os vários ramos e setores - tudo isso corre o perigo de se perder. Há de libertar, para o exercício da sua função precípua, o "generalista" que deve ser o membro do Conselho de Educação: sendo pacífico que essa generalidade só pode ser fecunda, se não exclui - antes pelo contrário, deve pressupô-la - a ligação mais íntima de cada conselheiro com uma área particular da esfera educacional;

b) a própria delimitação das atribuições do C.E.E. faz surgir a necessidade de uma Assessoria de Planejamento - trabalhando em conexão constante com o Conselho. A função de tal assessoria não pode ser, apenas, de fornecer subsídios do planejamento - como se advogou em alguns Estados onde o Conselho pretende tomar a si a elaboração do planejamento. Ela que, pelas razões acima expostas, deve ser o artesão do plano.

Encontra-se em outra parte dêste relatório ("Plano Estadual de Educação"), a composição que o grupo dos CEOSE julga desejável para tal Assessoria. Descrevem-se também o Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas (SCICE) e os grupos de trabalho, que devem auxiliá-la na elaboração do planejamento.

c) cabe ao Secretário, que tem o comando global da política educacional, acompanhar e nortear o constante vai-e-vem que se deve estabelecer entre o C.E.E. e a Assessoria, fazendo, notadamente, sugestões sobre a viabilidade política dos documentos em preparação. Redigido o plano, êle há de realizar as gestões imprescindíveis à sua implantação efetiva.

7. A condição fundamental de uma política educacional racional e eficiente é a reforma da SEC. Com efeito, a SEC é, simultâneamente:

a) a principal fonte de informações sobre os problemas - de pessoal e material - que suscitam a exigência de planejamento. É a razão pela qual a Assessoria de Planejamento, em que pêsse às suas ligações com o C.E.E., deve trabalhar junto à SEC;

b) o instrumento fundamental da execução dos planos.

Tanto no nível da formulação dos planos como no da sua execução, o funcionamento adequado da SEC constitui, pois, um requisito estratégico. Há também de notar que a reforma da SEC é imprescindível ao bom desempenho das suas tarefas rotineiras. A finalidade da reforma é, pois, dupla.

Três etapas podem ser distinguidas:

a) formulação dos princípios da reforma: êstes poderiam ser os contidos nesta parte do relatório;

b) elaboração do conteúdo da reforma: uma Comissão de Reforma Administrativa deveria ser imediatamente constituída. Incluiria os chefes dos Departamentos da Secretaria, e especialistas (um ou dois) em administração pública. A colaboração de técnicos em organização administrativa (e notadamente para implantação da mecanografia) poderia ser solicitada, junto ao Governo e à Universidade Federal de Santa Catarina.

Sem querer antecipar os resultados dos trabalhos dessa comissão, acreditamos que, em qualquer hipótese, deveriam desaparecer a Diretoria dos Serviços de Extensão e as Divisões de Ensino Especializado e Ensino particular - cujas funções, na medida em que se revelarem imprescindíveis, teriam de ser redistribuídas entre os outros órgãos. Os Departamentos de Serviços Autônomos seriam 7: Departamentos de Administração, Educação Primária, Ensino Médio e Cultura; Serviço Social Escolar, Serviço de Recursos Audio-Visuais, Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais.

c) implantação da reforma: seria principalmente a cargo da Assessoria de Planejamento - que passaria a se chamar Assessoria de Coordenação e Planejamento: com efeito, a AP não é só um dos principais dispositivos da reforma encarada, bem como o principal interessado por sua efetivação. Uma das tarefas da Assessoria seria explicar aos vários órgãos o espírito e o conteúdo da reforma, facilitando o entrosamento entre êles todos; ela teria de sugerir ao Secretário os mecanismos de detalhe que se fizerem necessários para melhorar essa conexão.

SANTA CATARINA

O ENSINO PRIMÁRIO

Devemos distinguir três aspectos:

1. Os problemas referentes à expansão quantitativa do sistema, do duplo ponto de vista das matrículas e dos prédios. Es tão abordados no Documento nº 2.

2. Os problemas do ensino: deveriam ser equacionados por um Setor de Currículos e Programas e um Setor de Orientação e Supervisão, trabalhando em estreita ligação, devido à dificuldade de separar a consideração do conteúdo ensinado da reflexão sobre a maneira de ministrá-lo. Uma Divisão do Ensino Primário englobaria os dois setores: comportaria também uma seção administrativa leve, de acordo com os princípios enunciados em outra parte deste relatório.

Cada um dos setores poderia incluir seções de pré-primário, primário complementar, primário elementar, talvez de ensino rural etc.... O essencial é que não se restabeleçam as paredes e tanques às quais aludimos, e que os diversos níveis ou ramais do ensino primário estejam submetidos a uma orientação unitária, se não única.

3. Os problemas do magistério: em virtude da sua importância estratégica, merecem ser equacionados por um órgão novo, a Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário. Documento nº 2.

A Divisão de Ensino Primário, e a de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, integrariam, junto com uma Divisão de Educação de Base, o Departamento de Educação Primária. Os problemas afins - de ensino e de magistério - justificam essa reunião, bem como, inversamente, a separação entre primário e médio. O atual Departamento de Educação, seria, pois, dividido.

858

*Jayer fiche*



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETARIO

GAB/396-208

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS  
601946 | 20 JUN 68  
- PROTOCOLO -

Florianópolis,  
em 17 de junho de 1968.

C. S. P. E.  
ENTRADA  
12 JUN 68  
1006/68

Senhor Diretor:

Esta Secretaria de Estado recebeu comunicação oficial à respeito do 1º Encontro Regional sobre Planejamento de Educação - ERPLED - que a Superintendência da Região Sul promoverá, em colaboração com o Programa CEOSE do Ministério de Educação e Cultura, e que terá a supervisão técnica a cargo da equipe UNESCO - INEP.

Tendo em vista a importância do referido Encontro para os rumos da educação catarinense, vimos à presença de Vossa Excelência solicitar seja a professora Neide Almeida Fiori, Técnica de Educação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, à disposição do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, um dos elementos que integrará a equipe MEC - INEP que participará do referido Encontro.

Exmº. Sr. Prof. Dr. Carlos Corrêa Mascaro  
DD. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
RIO DE JANEIRO - GB

*Prof. Dr. Carlos Corrêa Mascaro*  
*Coordenador*  
*25/6/68*  
*EBPE*



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

GAB/2

Além do interesse do Estado de Santa Catarina, na solicitação agora em pauta, acrescenta-se que no 1º Encontro Regional sobre Planejamento de Educação serão abordados importantes assuntos e problemas específicos dos Estados do Sul do Brasil, constituindo-se, por certo, elementos enriquecedores do projeto de pesquisa educacional que a professora Neide Almeida Fiori deverá realizar no Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Professor Queiroz Filho", em São Paulo, e que abrangerá, em princípio, os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esperando que o nosso pedido encontre em Vossa Excelência sua proverbial atenção, apresentamos antecipados agradecimentos e os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

---

Galileu Craveiro de Amorim  
Secretário da Educação e Cultura

Nº 1057

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1968

Ao: Ex<sup>mo</sup>. Sr. Secretário de Educação de Santa Catarina

Do: Coordenador do CEOSE

Senhor Secretário,

Devendo realizar-se em julho próximo o Encontro Regional sobre Planejamento de Educação, promovido pela SUDESUL e cujo programa é do conhecimento de V.Ex.<sup>a</sup>, tenho o prazer de comunicar-lhe a participação do CEOSE nessa iniciativa, que visa, entre outros objetivos, a ampliar e reforçar os programas de planejamento e reforma educacional já desencadeados nos Estados do Sul.

Com essa comunicação, desejamos fazer sentir a V.Ex.<sup>a</sup> e demais pessoas que venham a participar do Encontro nosso empenho em que ele seja aproveitado para um exame conjunto, em termos regionais, dos problemas tratados, separadamente, em cada Estado, nas reuniões do CEOSE.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes

Coordenador



Nº 1027

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1968

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador dos CESE

Do: Prof. Jacques Torfs  
Perito da UNESCO

Assunto: Reuniões em Florianópolis, 18 e 19 de abril de 1968

Senhor Coordenador,

A minha 1ª visita em Florianópolis foi ao Conselho Estadual de Educação. Expliquei aos seus membros que desejava conhecer as decisões do CEE e da Secretaria sobre a implantação da Reforma Administrativa e a elaboração do Plano Estadual de Educação. Os membros do CEE informaram-me que o Secretário de Educação tinha a intenção de contratar o estudo da Reforma Administrativa com uma firma privada do Rio de Janeiro. Quanto à elaboração do Plano, o Conselho não tinha idéia clara a respeito, e também achava que o Secretário tinha algumas idéias específicas.

Comentei que considerava que o Conselho tinha a responsabilidade de promover a elaboração e de aprovar os planos. Esta era, verdadeiramente, uma das mais importantes funções do Conselho de Educação. Além disso, parecia indispensável acelerar as atividades planejadoras, não somente porque a implantação de um plano poderia melhorar consideravelmente a produtividade do sistema educacional, como porque, a curto e a longo prazo, o Governo da União condicionaria a concessão de verbas aos sistemas de ensino estaduais à existência prévia de planos cientificamente estabelecidos. Assinalei, também, que não achava conveniente contratar firmas privadas para estudar planos e reformas administrativas, porque: a) poucas firmas são verdadeiramente competentes para fazer planos; b) esse sistema é particularmente caro e c) uma vez terminados os estudos dos planos e das reformas, as firmas se retiram do Estado, com todos os conhecimentos que adquiriram dos problemas administrativos e educacionais, e não deixam nada desse patrimônio ao Estado. Achava, porém, que a contratação de uma firma que pudesse implantar novas técnicas administrativas e que trabalhasse em estreito contato com o pessoal local não seria tão indesejável.

Sobre todos esses pontos, a reação do CEE pareceu-me pouco dinâmica.

O Secretário de Educação e Cultura, que depois visitei, explicou-me que estava negociando a contratação de uma firma privada para fazer a reforma administrativa. A discussão subsequente indicou que o Secretário não contemplava verdadeiramente introduzir reformas estruturais, mas, ao contrário, tinha a intenção de aproveitar os serviços dessa firma para melhorar as rotinas administrativas existentes.

Ele mencionou, porém, que tinha a intenção de utilizar técnicos "do Ministério" para assessorá-lo a respeito do esquema de trabalho que deveria seguir a firma encarregada da Reforma Administrativa.

Quanto à elaboração do plano educacional, explicou que várias circunstâncias haviam demorado as atividades planejadoras, mas que tinha a intenção de, dentro de dois ou quatro meses, reunir um grupo local para fazer o plano. Tinha também o intuito de convidar um grupo dos CEOSE e da Secretaria Geral do MEC para assessorar os trabalhos desse grupo local. Indiquei que me parecia anti-técnico começar por uma reforma administrativa para depois fazer um plano educacional. Logicamente, a reforma administrativa devia fornecer aos planejadores os instrumentos de que necessitassem para executar os planos, e resultava muito difícil definir claramente a natureza desses instrumentos na ausência de um Plano. Reiterei a oferta dos CEOSE de estender ao grupo de planejamento de Santa Catarina a colaboração e a assistência que pudessem desejar nos setores de planos e reformas.

Durante a conversação, o Secretário fez alguns comentários que me parecem particularmente pertinentes, por serem típicos dos pontos de vista de um grupo de pessoas geralmente pouco acessíveis às recomendações dos CEOSE:

1) Mencionou que não lhe parecia tão urgente fazer planos, porque, se desejava dinheiro para seus programas prioritários, poderia obtê-lo facilmente através da intervenção do Secretário Geral do MEC, que estendia uma proteção muito efetiva aos interesses da SEC de Sta. Catarina.

2) Considerava que os CEOSE tinham uma natureza bastante acadêmica e pouco operacional (o que acho ponto pacífico a respeito dos CEOSE da 1ª geração).

3) O Secretário parece agora disposto a autorizar a elaboração de um plano, mas explicou-me que considerava que esse plano deveria ser apresentado pelo Governador a seu sucessor, como uma das obras maiores de seu governo, mas para execução em 1970, isto é, para execução pelo próximo governo. Em outras palavras, o Secretário está de acordo em ter um plano, mas não deseja executá-lo.

4) O Secretário repetiu várias vezes que tinha que preparar um plano de aplicação para as verbas federais e ficou muito surpreendido quando expliquei que, na realidade, um plano de aplicação da verba federal não era, nem deveria ser, mais que um dos capítulos de um plano geral estadual de educação.

Finalmente, o Secretário referiu-se a umas das recomendações principais do CEOSE de Sta. Catarina, que tinham sido de evitar a proliferação das escolas normais e de eliminar ou reduzir os subsídios das escolas particulares, principalmente do sistema primário. Sobre esses dois temas, foi muito claro: é politicamente impossível e indesejável introduzir essas reformas.

No dia 1º de Abril, visitei o PLAMEG. Estavam presentes os Srs. Moyedo de Couveia Lins (Coordenador e Assessor de Administração do PLAMEG), Pedro Nicolau Prim (Assessor de Educação e Cultura), Ivo Maes (Divisão de Pesquisa e Estatística), Padre Nunes (Presidente do CEE), Sylvio Coelho dos Santos, Hercílio de Faveri (Grupo Executivo de Prédios Escolares) e outros.

Os membros do grupo me explicaram que a SEC e o PLAMEG desejam implantar uma Reforma Administrativa através da contratação de uma firma privada para evitar dificuldades políticas que, sem dúvida nenhuma, surgiriam se a reforma fosse realizada por um grupo local. O Dr. Lins confirmou o fato de que a firma contratada para realizar a reforma não teria a seu cargo a introdução de reforma de estrutura e me fez compreender que o Secretário de Educação somente aceitava reformas

de métodos. Comentei que, neste caso específico, as reformas estruturais eram provavelmente mais importantes que as reformas metodológicas.

O grupo do PLAMEG confirmou que o Plano de Educação seria elaborado por técnicos locais. O Presidente do CEE, que estava presente, perguntou-me se achava que o Conselho tinha que tomar a iniciativa de acelerar a organização do grupo de técnicos. Respondi que sim. Comentei que um grupo técnico não seria suficiente; deveria repousar-se sobre um grupo de alto nível (grupo político), que se encarregasse de vender a idéia do Plano a todos os interesses importantes do Estado e da União, e de evitar as dificuldades políticas.

Também, o grupo técnico teria que dispor da assistência e do assessoramento de vários grupos de trabalho, que ficariam encarregados de pesquisas e tarefas específicas.

No final da reunião com o PLAMEG, o Secretário de Planejamento e o Presidente do CEE perguntaram-me através de quem tinha que ser feita uma solicitação aos CROSE para obterem a assistência técnica desse grupo na elaboração do Plano Estadual. Respondi que parecia conveniente fazer o convite através do grupo político anteriormente citado e do Secretário de Educação.

Desejo mencionar que, em todas as minhas visitas, fui acompanhado pelo Prof. Silvio Coelho dos Santos, da Faculdade de Educação, o qual defende bem os interesses dos CROSE em Santa Catarina e recentemente publicou vários estudos muito interessantes sobre o planejamento educacional e a atividade dos CROSE. Nesses estudos, defende com talento nossos pontos de vista e recomendações.

Atenciosamente,

*Jacques Torfs*  
Jacques Torfs

Cópias: Mr. Howe  
Prof. Michel Debrun  
Prof. Silvio Coelho dos Santos  
Dr. Arlindo Lopes Correa  
Arquivo



Fundação Educacional de Santa Catarina  
Universidade para o Desenvolvimento do Estado de S. Catarina  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Rua Saldanha Marinho, 47 - Caixa Postal 619 - Fone 2680

OFÍCIO No. 134/68

Florianópolis 25-03-1968

Senhor Diretor:

Cumpre-me comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que a Faculdade de Educação, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, na qualidade de órgão local de coordenação do "Colóquio Estadual para a Organização do Sistema de Ensino" (CEOSE), realizado, entre 5 e 7 de julho do ano próximo findo, nesta cidade, sob o patrocínio dêsse Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em convênio com a Missão da UNESCO no Brasil, procedeu, a partir do momento em que recebeu o relatório dos Técnicos Professôres Michel Debrun e Jacques Torfs a tôdas as iniciativas concernentes ao encaminhamento do documento às autoridades educacionais e administrativas. Assim, a Faculdade efetuou a duplicação em mimeógrafo de 80 exemplares do relatório enviado, encaminhando-os ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado, Secretários de Estado, Câmara de Deputados, Diretores de organismos Educacionais e Conselheiros do Conselho Estadual de Educação.

Além disso, no âmbito da própria Faculdade o documento foi analisado pelos técnicos integrantes do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, vindo a servir de base para a discussão de vários aspectos referentes às pesquisas sôbre "evasão e repetência nas comunidades pes

Ao Exm<sup>o</sup> Sr.

Prof. Dumerval Trigueiro

DD. Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Rua Voluntários da Pátria - 107

BOTAFOGO - RIO DE JANEIRO

842  
-ent



Fundação Educacional de Santa Catarina  
Universidade para o Desenvolvimento do Estado de S. Catarina  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
Rua Saldanha Marinho, 47 - Caixa Postal 619 - Fone 2680

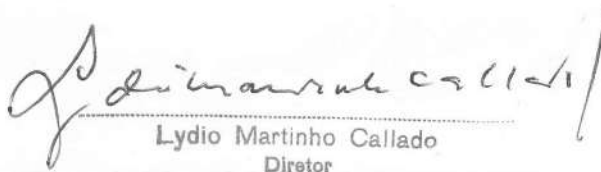
OFÍCIO No.

Florianópolis,

queiras" e "expansão da Escolaridade primária", que estão sendo ultimadas pelo referido Centro.

A Faculdade de Educação, pois, procurou desenvolver as tarefas derivadas da realização do CEOSE e aguarda que V. Ex<sup>a</sup>, continuando a prestigiar o Estado de Santa Catarina, venha facilitar a efetivação entre nós, da continuação do programa iniciado com o referido Colóquio. Assim, temos a esperança de que os professores integrantes do plano destinado, a criar condições motivacionais necessárias à reorganização dos sistemas de ensino estaduais, em breve possam estar entre nós a fim de se dar novo alento às discussões sobre a reforma administrativa dos órgãos educacionais e o estabelecimento de um plano integral de educação.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V. Ex<sup>a</sup> meus protestos de elevada estima e consideração.

  
Lydio Martinho Callado  
Diretor

Of. Nº 973

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1968

Ao: Dr. Lydio Martinho Callado,  
DD. Diretor da Faculdade de Educação de Santa Catarina

De: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes,  
Coordenador do GEOSE

Senhor Diretor:

Agradecendo as informações de V. Sa. contidas no Ofício nº 134/68, tenho o prazer de enviar-lhe cópia do expediente remetido ao Sr. Secretário de Educação desse Estado sobre a colaboração do GEOSE.

Esperando a oportunidade de um contato pessoal com V. Sa., envio-lhe.

Atenciosas Saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes,  
Coordenador do GEOSE

Of. Nº 973

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1968

Ao: D<sup>o</sup>. Lydio Martinho Callado,  
DD. Diretor da Faculdade de Educação de Santa Catarina

De: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes,  
Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor:

Agradecendo as informações de V.Sa. contidas no Ofício nº 134/68, tenho o prazer de enviar-lhe cópia do expediente remetido ao Sr. Secretário de Educação dêsse Estado sôbre a colaboração do CEOSE.

Esperando a oportunidade de um contato pessoal com V.Sa. envio-lhe

Atenciosas Saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes,  
Coordenador do CEOSE

Nº 960

Rio de Janeiro, 25 de março de 1968

Ao: Dr. Galileo Craveiro de Amerim  
DD. Secretário de Educação de Santa Catarina  
Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador dos CEOSE

Senhor Secretário,

Tenho o prazer de dirigir-me a V.Ex.<sup>a</sup> para tratar das atividades dos CEOSE (Colóquios Estaduais sobre a Organização de Sistemas de Educação) em Santa Catarina, as quais se iniciaram com a visita a êsse Estado, dos Sr. Michel Debrun e Jacques Torfs, membros de nossa equipe. Seria desnecessário detalhar, novamente, os objetivos dêste órgão criado pelo MEC, com a participação da UNESCO, pois isso foi feito na correspondência que antecedeu a referida visita. Lembremos apenas que êle veio responder à necessidade de promover o planejamento educacional, situando-o, originariamente, ao nível dos Estados, e atribuindo a sua responsabilidade a um staff qualificado nos diversos domínios abrangidos pela política da educação: o educacional pròpriamente dito, e sociológico, e econômico, etc. O planejamento educacional, como sabe V.Ex.<sup>a</sup>, se apresenta com exigências próprias, não podendo assimilar-se a normas puramente mecânicas com que, por equívoco, se confundem às vêzes, em nosso país, as atividades dêsse gênero.

Desejaria lembrar, ainda, outras características da ação do CEOSE: o sentido prático, procurando concorrer quando é o caso - para a transformação das condições e métodos de trabalho das Secretarias, ou mesmo, das estruturas do sistema educacional; o sentido de cooperação que exclui qualquer propósito de substituir-se às iniciativas locais às quais, ao contrário, procura estimular; e o sentido de continuidade, constituindo um processo permanente de ajuda técnica.



A primeira etapa desse esforço compreendeu a mencionada visita de membros do CEOSE, e o relatório enviado a essa Secretaria no mês de outubro, contendo a análise da situação educacional do Estado, e propostas, bastante concretas, visando à reformulação do sistema que a rege.

Uma vez que os contatos entre o CEOSE e essa Secretaria tiveram a participação de V. Ex.<sup>a</sup> como responsável pelas transformações projetadas, ficamos aguardando até agora o seu pronunciamento sobre o relatório, assim como informações sobre medidas porventura adotadas em consequência das sugestões nele contidas, caso tivessem merecido a sua aprovação. Como, entretanto, nada recebemos até agora dessa Secretaria, e desejamos fixar a posição do CEOSE nesse Estado em relação a um programa já iniciado, por solicitação do próprio Estado, e com o qual está comprometido o MEC, com a participação da UNESCO, decidimos voltar a Sta. Catarina para realizar, mediante um entendimento pessoal com V. Ex.<sup>a</sup> e o Sr. Governador do Estado, avaliação objetiva da viabilidade de nossa cooperação.

No dia 18 de abril, cheguei a Florianópolis, em companhia do Dr. Jacques Torfs; em princípios de maio, estará aí, igualmente o prof. Michel Debrun. Dentro de alguns dias serão transmitidas a V. Ex.<sup>a</sup> informações mais pormenorizadas sobre as referidas viagens.

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes

Nº 922

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1968

Ao: Dr. Galileu Craveiro de Amorim  
Secretário de Educação e Cultura  
do Estado de Santa Catarina

De: Prof. Michel Debrun  
Perito da UNESCO

Prezado Sr. Secretário,

Acabo de receber seu telegrama de 23/1/68.

Como já anunciou o Prof. Durmeval Trigueiro numa carta-Ofício nº 835 de 27 de novembro de 1967, o 1º Ciclo de Estudos sôbre Planejamento e Administração Educacionais foi adiado, por razões independentes da nossa vontade. Acreditamos, pelos entendimentos que mantemos com a Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, que se realizará, provàvelmente, no fim de abril ou início de maio. Avisaremos, em tempo oportuno, ao Sr. e ao Presidente do Conselho Estadual.

Aproveito êsse ensejo para indagar sôbre o destino do relatório CEOSE, que lhe mandamos em 31 de outubro de 1967. Será que o Sr. e as autoridades educacionais do Estado estão dispostas a encampar ou debater algumas das suas conclusões ?

Com essas explicações e êsse pedido, apresento a V.S.

Atenciosamente saudações

Michel Debrun

Nº 835

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1967

Ao: Dr. Galileu Craveiro de Amorim  
DD. Secretario de Educação de Santa Catarina  
Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador dos CEOSE

Assunto: Adiamento do I Ciclo de Estudos sobre o Planejamento Educacional

Senhor Secretário,

A Comissão Executiva dos CEOSE (Colóquios Estaduais sobre a Organização de Sistemas de Educação), constituída pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos com técnicos brasileiros e da UNESCO, depois dos encontros realizados, em vários Estados, com administradores e técnicos no campo da educação, reconheceu a necessidade de um levantamento conjunto dos dados recolhidos de tais experiências, e das análises que sobre elas vinha elaborando essa mesma Comissão. Reconheceu, igualmente, que êsse levantamento deveria realizar-se sob a forma de seminário, com a colaboração do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e com a participação de representantes de todos os Estados, devendo a escolha destes recair sobre pessoas-chave em cada sistema estadual de Educação. O temário deveria abranger os problemas da organização administrativa e do planejamento educacional, formulados à luz das condições específicas que caracterizam a política educacional.

Tendo a Secretaria Geral do MEC alguns propósitos semelhantes aos que acabo de mencionar, especialmente em relação à habilitação técnica das pessoas encarregadas do planejamento educacional nos Estados, foi constituída, sob a presidência do Sr. Secretário Geral, uma Comissão Coordenadora de que faziam parte a Secretaria Geral, o INEP (CEOSE) e o IPEA

Elaborados os programas e tomadas as providências de ordem técnica, esbarramos, à última hora, num impedimento que, malgrado os esforços realizados, se mostrou intransponível — a não liberação de verbas da Secretaria Geral e do INEP, necessárias para a realização do Projeto.

Essa, a razão de ter sido sustado o I Ciclo de Estudos sobre o Planejamento Educacional e Organização Administrativa, conforme a comunicação oficial, já dirigida a V.Ex.<sup>a</sup> pelo Sr. Secretário Geral do MEC.

Os esclarecimentos que agora acrescentamos àquela comunicação visam a manifestar às Autoridades educacionais e aos técnicos com os quais vimos lidando nos vários Estados a nossa decisão de manter de pé todos os compromissos de colaboração já assentados, e de firmá-los com os Estados que, por falta de tempo e de melhores oportunidades, ainda não se incluem no âmbito de nossas atividades. O objetivo do mencionado Ciclo de Estudos — a constituição de um staff capaz de sustentar o esforço técnico em que se baseia, em grande parte, a política educacional dos Estados — continua igualmente em nossos planos, devendo concretizar-se pela forma que, na época oportuna, se mostrar mais viável.

Com essas explicações que ofereço, em nome do Sr. Diretor do INEP e no meu próprio, apresento a V.Ex.<sup>a</sup>

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes

CEOSE - ESTADO DE SANTA CATARINA

SOLUÇÕES SUGERIDAS PARA ALGUNS DOS PROBLEMAS PRINCIPAIS  
DO ENSINO PRIMÁRIO E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Documento BR  
JACQUES TORFS  
UNESCO  
SETEMBRO de 1967

SANTA CATARINA

Documento nº 2

Aspectos Quantitativos do Ensino Primário

e

Suas Implicações Qualitativas

## ENSINO PRIMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

A maioria dos problemas do Ensino Primário foram analisados no documento "Sôbre as Condições do Processo Educacional em Santa Catarina", elaborado e apresentado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina.

Por esta razão, o grupo dos CEOSE considera supérfluo entrar num nôvo diagnóstico geral das condições do ensino primário e só deseja dedicar a sua atenção a alguns problemas específicos de alta prioridade, e discutir alguns dos remédios que poderiam ser adotados para solucioná-los.

Êstes problemas são :

- (a) mais de 120.000 dos 180.000 alunos da primeira série da escola primária e mais de 150.000 dos 400.000 alunos matriculados em tôdas as séries primárias em 1966 eram repetentes;
- (b) 84% dos estabelecimentos escolares são escolas isoladas onde fica claramente impossível proporcionar uma educação adequada a quatro séries;
- (c) mais de 70% dos professores são leigos;
- (d) são deficientes e incompletas as informações quantitativas sôbre a operação e os custos do sistema;
- (e) são antiquadas e inadequadas as técnicas de administração e contrôle técnico-pedagógico do sistema de ensino primário.

Além dêstes problemas, farei um exame rápido de uma das idéias apresentadas para discussão durante a realização do CEOSE: a conveniência de imprimir uma orientação técnica, e particularmente agrícola, ao ensino primário.

### 2. REPETÊNCIA

#### a. Análise quantitativa do problema da repetência

Em 1966, a população total do Estado era de 2.579.000 habitantes. Se se supuser que a população de uma faixa etária disponível para entrar na primeira série primária é de 3.3% dê

te total<sup>(1)</sup>, a "Matrícula Máxima Teórica" do primeiro ano da primeira série alcançaria, aproximadamente, 85.000 alunos.

É óbvio que nem todos os meninos de Santa Catarina se encontram nas proximidades de uma escola. Se se supuser que somente 10% da população escolar potencial não tem meios de assistir às aulas<sup>(1)</sup>, por razões geográficas (ou fisiológicas), o "Coeficiente de Acessibilidade" será de 0.9, e a "Matrícula Máxima Prática", de 76.600 alunos.

Pode-se supor que não exista deserção voluntária na primeira série primária, isto é, que todos os meninos com acesso à escola assistam à primeira série. A "Matrícula Nova Líquida" ( ${}^a N_1$ ) da primeira série seria, portanto, igual à "Matrícula Máxima Prática".

O sistema educacional de Santa Catarina é bastante desenvolvido, mas estende-se continuamente a novas zonas. O documento BP anexo explica as razões que determinam a existência de uma "sobre-matrícula" - isto é, um excesso de matrícula nova em relação às cifras calculadas teoricamente com base em considerações demográficas. Nas condições estatísticas do sistema primário de Santa Catarina, esta sobre-matrícula ( ${}^a R_2$ ) não será maior do que 4% da Matrícula Nova Líquida ( ${}^a N_1$ ).

A Matrícula Nova Bruta ( ${}^a N_2$ ), portanto, não será superior a 80.000 alunos. As cifras apresentadas pela Secretaria de Educação e Cultura indicam que a matrícula geral foi de .... 185.000 em 1966. O número de repetentes visíveis ( $R_1$ ) não foi, portanto, menos de 105.000 alunos e a taxa de repetência visível ( $z_2$ ), foi de perto de 57%.

Esta cifra parece elevada, mas é conforme às normas nacionais: de acordo com os cálculos do IPEA (Ministério do Planejamento), publicados no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, Tomo VI, a matrícula geral em 1963 era de .... 4.702.000 e o número de repetentes visíveis era de 2.586.000 alunos, ou 55% do total (Ver também documento BP).

A tabela I, a seguir, indica que as estimativas da repetência feitas pelos CEOSE para Santa Catarina são substancialmente coerentes com as tendências conhecidas dos parâmetros educacionais. Seria apenas inferior ( $z_2 = 52%$ ) se se supuser que 100% da população em idade escolar tenha efetivamente acesso ao sistema escolar primário, o que parece duvidoso.

(1) O que é muito alto, mas é a única cifra compatível com o resto das cifras sobre demografia e educação.



PARÂMETROS EDUCACIONAIS

PRIMEIRA SÉRIE PRIMÁRIA - 1966

ESTADO DE SANTA CATARINA

|                                  |           |             |
|----------------------------------|-----------|-------------|
| População                        | P         | 2.580.000.0 |
| População da faixa etária        | w         | 0.033       |
| Matrícula, Maxima Teórica        | $A_T$     | 85.140.0    |
| Coefficiente Acessibilidade      | y         | 0.9         |
| Matrícula, Maxima Prática        | $A_P$     | 76.626.0    |
| Deserção                         | d         | 0.0         |
| Matrícula Nova Líquida           | $a_{N_1}$ | 76.626.0    |
| Crescimento Matrícula Nova       | h         | 1.038       |
| Crescimento População            | r         | 1.0325      |
| Matrícula inicial uma zona       | n         |             |
| Número faixas etárias            | f         | 8.0         |
| Número de períodos ou zonas      | t         | 180.0       |
| Coefficiente Acessibilidade      | c         | 1.044       |
| Crescimento Matrícula Nova Bruta | u         | 1.038       |
| Matrícula Nova Bruta             | $a_{N_2}$ | 80.000.00   |
| Repetentes visíveis              | $a_{R_1}$ | 105.000.00  |
| Sobre-matrícula                  | $a_{R_2}$ | 3.374.00    |
| $R_1 + R_2$                      | $a_{R_t}$ | 108.374.00  |
| Taxa de Repetência visível       | $z_2$     | 0.568       |
| Taxa de Repetência longo prazo   | $z_1$     | 0.585       |
| Matrícula Geral                  | G         | 185.000.0   |
| Taxa Crescimento Matrícula Geral | g         | 1.038       |

## 2. Deserção

A deserção, por outro lado, é muito menor do que geralmente se supõe, ou do que poder-se-ia deduzir superficialmente das estatísticas disponíveis: a matrícula geral da primeira série primária alcançava 187.000 alunos em 1963 (Tabela II) o que equivale a uma matrícula nova bruta (incluindo sobre-matricula) de 70.000 alunos. Em 1966 a matrícula geral da 4ª série era de 51.000 alunos, o que provavelmente corresponde a 45.000 "conclusões". Isso indica que a verdadeira deserção não foi superior a 36%, o que é muito melhor que o promédio nacional, de 55/60% (a taxa de deserção foi de 0.64).

Concluiremos provisoriamente que, não fôsse pela alta taxa de repetência, a produtividade do sistema educacional primário de Santa Catarina seria boa e que as altas taxas de crescimento da matrícula nas 2ª, 3ª e 4ª séries indicam que em poucos anos poderia ser atingida uma situação de saturação do sistema educacional.

TABELA II

MATRÍCULA GERAL ESCOLAS PRIMÁRIAS  
SANTA CATARINA  
(000 alunos)

|               | <u>1962</u> | <u>1963</u> | <u>1964</u> | <u>1965</u> | <u>1966</u> | <u>Taxa Anual de Crescimento</u> |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------------------------|
| MATRÍCULA (I) | 320         | 383         | 393         | 401         | 418         | 1.069                            |
| I (1)         | 159         | 187         | 180         | 174         | 185         | 1.038                            |
| (2)           | 71          | 87          | 92          | 92          | 93          | 1.069                            |
| (3)           | 50          | 61          | 66          | 70          | 51          | 1.107                            |
| (4)           | 30          | 38          | 42          | 48          | 51          | 1.142                            |

Uma análise detalhada das cifras disponíveis (veja tabela a seguir) indica também que, provavelmente é pequena a deserção na segunda série e que somente na 4ª série poderá existir um verdadeiro problema. Se ficar demonstrado, por amostragens específicas, que esta conclusão não é válida, e que a taxa de deserção nas 2ª, 3ª e 4ª séries é efetivamente mais alta do que a que foi aqui estimada, isto implicaria, ou em erro das estimativas gerais da população de Santa Catarina ou que a taxa de repetência é muito mais alta, nestas séries do que a média nacional.

MODELO PROVÁVEL - TURMA DE 1963

Matrícula em 000 alunos

| SÉRIES                   |                   | (1)         | (2)         | (3)         | (4)         |
|--------------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| ANOS                     |                   | <u>1963</u> | <u>1964</u> | <u>1965</u> | <u>1966</u> |
| População Total          | (P)               | 2.350       | 2.430       | 2.500       | 2.580       |
| Uma faixa etária         | (%)               | 3.3         | 3.15        | 3.0         | 2.85        |
| Matrícula Máxima Teórica | (A <sub>T</sub> ) | 77.5        | 76.5        | 75.0        | 73.5        |
| Acessibilidade           | (%)               | 0.9         | 0.9         | 0.9         | 0.9         |
| Matrícula Nova Líquida   | (N <sub>1</sub> ) | 69.7        | 68.8        | 54.0        | 42.3        |
| Matrícula Máxima Prática | (A <sub>P</sub> ) | 69.7        | 68.8        | 67.5        | 66.1        |
| Deserção                 | (d)               | 0.          | 0.          | 0.8         | 0.64        |
| Sobre-matrícula          | (R <sub>2</sub> ) | 2.8         | 2.7         | 2.2         | 1.7         |
| Matrícula Nova Bruta     | (N <sub>2</sub> ) | 72.5        | 71.5        | 56.2        | 44.0        |
| Repetência Visível       | (R <sub>1</sub> ) | 114.5       | 20.5        | 13.8        | 7.0         |
| Matrícula Geral          | (G)               | 187.0       | 92.0        | 70.0        | 51.0        |
| Taxa Repetência Visível  | (z <sub>2</sub> ) | 0.61        | 0.22        | 0.20        | 0.14        |

### c. Remédios para a repetência

Examinaremos a seguir alguns dos principais remédios que podem ser utilizados na solução do problema mais importante, que é a repetência da 1ª série. São êles:

- 1º - Desdobramento da primeira série primária
- 2º - Desenvolvimento do Ensino Pré-Primário
- 3º - Modificação do programa da primeira série primária
- 4º - Redistribuição dos professores
- 5º - Melhoramento do magistério.

O último tema será tratado no capítulo 2, referente ao problema dos leigos.

### d. Série preparatória

Uma das causas importantes da repetência é o fato de que, para muitas crianças, a escola primária constitui o primeiro contato que têm com uma organização comunitária.

Nessas circunstâncias, as professoras têm, frequentemente que dedicar-se, durante 4 a 6 meses do ano letivo, à "socialização" dessas crianças, sem qualquer possibilidade de entregar-se ao ensino do programa escolar.

Lógicamente essa socialização deveria ser feita numa instância anterior, numa série principalmente dedicada à adequação e ao entrosamento do aluno no sistema "social" escolar.

Não parece conveniente resolver êste problema através da criação de vários tipos de primeiras séries, pois tem o inconveniente "mecânico" de dificultar consideravelmente a interpretação das estatísticas sobre a assistência a esta série e, conseqüentemente, complicar muito o planejamento educacional. Há também um inconveniente psicológico considerável: particularmente nas zonas menos desenvolvidas, onde os meninos se matriculam com a idade de 9, 10 ou 11 anos na primeira série primária, os pais terão uma tendência muito marcada a retirar seus filhos da escola, se permanecerem na primeira série 2, 3 ou mesmo 4 anos, como acontece frequentemente.

Teriam, provavelmente, melhor opinião da competência dos professores, e de seus filhos, se vissem estes percorrerem, no mesmo período, uma série preparatória, uma primeira e uma segunda séries, com promoção quase automática.

Por razões também de ordem psicológica e funcional não seria conveniente que o ano preparatório fôsse identificado com uma série pré-primária. Na realidade, a série preparatória deverá incluir parte do currículo atual da primeira série, a qual terá características nitidamente "primárias".

Ao discutir o problema da "série preparatória", muitos educadores acham que, se se aceitar esta idéia, o lógico seria reestruturar completamente o sistema primário, converter a atual primeira série em série preparatória, e instituir um regime uniforme de 5 séries primárias.

Recomenda-se não adotar esta solução: os níveis intelectuais que devem ser atingidos - teoricamente - pelos alunos aprovados na 1ª série já estão gravados nas mentes de 400.000 educadores brasileiros e seria muito difícil modificar seus instintos básicos.

Ademais, seria excessivamente fácil identificar este sistema - e o seu conteúdo, com o sistema de educação primária de 5 séries, existente em muitos Estados.

O que se propõe aqui é um sistema primário que inclua uma série preparatória, seguida das quatro séries tradicionais da escola primária, e não um sistema que inclua as quatro séries tradicionais e mais uma quinta, de nível mais alto.

A série preparatória, como todas as séries primárias, deveria ser obrigatória e gratuita. Uma das importantes tarefas que poderia cumprir, além das descritas, seria proporcionar acesso fácil à escola, aos meninos de 6 anos de idade, que por razões pouco compreensíveis foram deixadas fora do sistema primário pela L.D.B.

É evidente que a mesma L.D.B. pode constituir um obstáculo teórico à criação da série preparatória prevista. Não parece difícil encontrar solução legal para este problema.

Por exemplo, a criação de uma série preparatória pode ser assegurada pela legislação estadual que organiza o sistema pré-primário. Nesta legislação, a última série do "pré-primário" poderia ser chamada de "Série Preparatória da Escola Primária",

e possuir tôdas as características desejáveis. Criar-se-ia, assim, um sistema de, de jure, seria pré-primário e, de fato, totalmente integrado no primário.

#### e. Ensino pré-primário

A organização de uma série preparatória não seria incompatível com o desenvolvimento de um sistema pré-primário tradicional, predominantemente orientado para a "socialização" das crianças de 3 a 5/6 anos e se justifica mais especialmente em zonas industrializadas ou/e intensamente urbanizadas, onde as mães trabalham nas fábricas ou devem deixar seus lares por várias horas por dia para ir ao mercado fazer compras.

Ainda é rudimentar o sistema pré-primário de Santa Catarina, provavelmente porque o número de operárias industriais é pequeno. A sua expansão é desejável e quase inevitável se continuar o desenvolvimento econômico do Estado.

Para prever a expansão de tal sistema conviria:

- (1) organizar o treinamento de professoras especializadas - o que poderia ser feito através da Faculdade de Educação;
- (2) organizar um grupo cívico para definir as bases essenciais do desenvolvimento do sistema pré-primário e obter a colaboração das empresas particulares. Esse grupo e suas atividades poderiam ser promovidas pelo PLAMEG.

Idealmente, os investimentos relacionados com o sistema P-P deveriam ficar a cargo das empresas privadas. O Estado (e os Municípios) limitariam a sua intervenção ao pagamento dos professores.

#### f. Programas escolares

Além das medidas que podem ser adotadas para melhorar as articulações entre o lar e a escola, através do desenvolvimento do sistema pré-primário e de uma série primária preparatória, parece indispensável modificar fundamentalmente o currículo da primeira série primária que é, na realidade, muito difícil.

São obscuras as razões dêsse sobrecarregamento do programa da primeira série primária, tanto em Santa Catarina como no resto do País. Parece que o educador, espantado com a obsessão - baseada em estatísticas erradas - de a evasão arrebatada mais da metade dos alunos entre a primeira e segunda séries, decidiu dar ao aluno da primeira série a oportunidade de desenvolver simultaneamente todos os seus conhecimentos, e converteu esta série numa verdadeira Universidade do Povo.

Tanto a tentativa, como os resultados são ridículos e suas razões profundas, inexistentes: calculada de modo racional, é relativamente baixa a deserção escolar em Santa Catarina e seguramente muito mais baixa que o promédio para a União.

Existem, portanto, muito boas razões para se simplificar o programa da primeira série e ajustar-se os programas dos anos subsequentes de modo que os alunos alcancem os níveis atuais ao término da 4ª série da escola primária.

#### g. Distribuição dos professores por séries

Tradicionalmente os organizadores do sistema de ensino vêm nomeando, para a primeira série primária, professores leigos com experiência docente muito limitada.

É óbvio que a produtividade desta série aumentaria consideravelmente se se nomeasse, sistematicamente, as melhores professoras para suas aulas. Se fôr necessário, poder-se-á oferecer uma gratificação extra às professoras formadas e com grande experiência que aceitarem lecionar na primeira série primária.

#### h. Melhoramento do magistério

A baixa qualidade do magistério - tanto professores formados quanto leigos - tem influência importante sobre a taxa de repetência. Este tema será tratado no Capítulo 4.

### 3. ESCOLAS ISOLADAS

84% dos estabelecimentos escolares são "escolas isoladas", isto é, escolas de uma única sala. O que torna esta situação particularmente aberrante e indesejável é o fato de boa parte destas escolas se encontrarem em centros urbanos.

Não se pode esperar, porém, até a adoção e realização de todas as reformas que tal reorientação implicaria, para atacar o problema - muito premente e imediato - dos leigos e da qualidade dos professores normalistas.

Faz-se, a seguir, o diagnóstico e se recomendam remédios a serem adotados a longo prazo. Enquanto no documento 2 se descreve a série de medidas que poderão ser tomadas para melhorar imediatamente as condições, sem prejudicar o que se poderá fazer para introduzir reformas mais profundas e radicais.

A tabela, a seguir, descreve a situação do professorado do primário de Santa Catarina, e a compara com as condições nacionais.

CORPO DOCENTE

|                | <u>TOTAL</u> | <u>RURAL</u> | <u>NORMALISTAS</u> | <u>LEIGOS</u> |
|----------------|--------------|--------------|--------------------|---------------|
| UNIÃO          |              |              |                    |               |
| 1963           | 302.191      | 104.471      | 171.528            | 131.000       |
| 1964           | 336.906      | 114.646      | 189.560            | 148.000       |
| SANTA CATARINA |              |              |                    |               |
| 1963           | 12.186       | 7.308        | 5.408              | 6.778         |
| 1964           | 12.945       | 7.609        | 5.302              | 7.643         |



Em Santa Catarina 71% dos professores são leigos: a média nacional é de 40%. Mais da metade dos professores de Santa Catarina, ademais, não tem o mínimo de preparação necessária para assumir seus cargos. Em ambos os casos o número de leigos cresce em 13% anuais.

É óbvio, nessas circunstâncias, que a qualidade do ensino em Santa Catarina é excepcionalmente baixa - mais baixa que o nível promédio nacional.

Muitos argumentos são invocados oficialmente, em Santa Catarina e ao nível federal, para explicar esta situação. Os principais são: (a) que é escasso o número de normalistas, (b) que o Estado (ou a União) não dispõe de fundos necessários para pagar bem a seus professores.

Ambos argumentos são absolutamente falsos. A realidade é que existem razões políticas e culturais que levam a um aumento contínuo do número de leigos. A inércia dos líderes educacionais e seu desejo de fazer concessões políticas contribuem para cristalizar esta situação.

#### a. Disponibilidades de normalistas

Não há escassez de normalistas. Além do fato de os estoques de normalistas disponíveis não estarem sendo aproveitados no ensino, é muito alta a produção atual de normalistas, as projeções que podem ser feitas para o futuro indicam que será ainda muito mais alta entre 1968 e 1970.

A tabela III indica que, em Santa Catarina, a produção de normalistas em 1965/66 foi provavelmente o dôbro da produção em 1962/63. Em 1969 dobrará outra vez, para alcançar cifra superior a 2.500 graduados de nível colegial por ano.

A tabela IV indica que, nestas circunstâncias, a produção de normalistas de nível colegial previsível para o período 1965/69 atenderá perfeitamente à demanda de professores, e que, a demais, a grande maioria de leigos poderá ser eliminada, ou substituída por normalistas de nível colegial.

Estimativas semelhantes indicam que poder-se-ão obter os mesmos resultados, ou resultados ainda mais espetaculares em nível federal: em breve a produção atual de normalistas será suficiente para eliminar o problema dos leigos até 1970.

TABELA III

## ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO ANUAL DE NORMALISTAS DE NÍVEL COLEGIAL

| MATRÍCULA DAS<br>ESCOLAS NORMAIS<br>INÍCIO DO ANO |                        |                       | CONCLUSÕES<br>NÍVEL COLEGIAL<br>4 ANOS DEPOIS |               |                  | RENDIMENTO EFETIVO<br>OU PROVÁVEL (3) EM % |                  |
|---|------------------------|-----------------------|---|---------------|------------------|--|------------------|
| <u>ANOS</u>                                       | <u>BRASIL</u>          | <u>STA. CAT.</u>      | <u>ANOS</u>                                   | <u>BRASIL</u> | <u>STA. CAT.</u> | <u>BRASIL</u>                              | <u>STA. CAT.</u> |
| 1959  | 80.000                 | 7.496                 | 1962  | 22.223        | 521              | 27.5                                       | 7.0              |
| 1960  | 88.800                 | 8.283                 | 1963  | 25.806        | 630              | 29.0                                       | 7.6              |
| 1961  | 97.900                 | 9.219                 | 1964  | 30.883        | 1007             | 31.0                                       | 10.8             |
| 1962  | 111.400                | 10.272                | 1965  | 33.000        | 1027             | (30.0)                                     | (10.0)           |
| 1963  | 139.321                | 12.107                | 1966  | 41.700        | 1210             | (30.0)                                     | (10.0)           |
| 1964  | 175.384                | 14.219                | 1967  | 52.600        | 1421             | (30.0)                                     | (10.0)           |
| 1965  | 220.275                | 17.877                | 1968  | 66.000        | 1788             | (30.0)                                     | (10.0)           |
| 1966  | 277.000 <sup>(1)</sup> | 25.703 <sup>(2)</sup> | 1969  | 83.000        | 2570             | (30.0)                                     | (10.0)           |

(1) Extrapolado: o crescimento da matrícula entre 1962 e 1965 foi de 26% por ano.

(2) Cifra incompleta.

(3) Cifras estimadas em parênteses: supõe-se que os rendimentos obtidos em 1964 serão mantidos.

TABELA IV

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DE UM ADEQUADO APROVEITAMENTO  
DAS NORMALISTAS DE NÍVEL COLEGIAL

| <u>ANOS</u>               | <u>PRODUÇÃO<br/>DE NORMALISTAS<br/>NÍVEL COLEGIAL</u> | <u>DEMANDA DE PROFS.<br/>PARA AUMENTO (1)<br/>MATRÍCULA</u> | <u>SURPLUS</u> | <u>ESTOQUE DE<br/>LEIGOS MENOS<br/>SURPLUS (2)</u> |
|---------------------------|---|---|----------------|--|
| <u>(a) UNIÃO</u>          |   |   |                |  |
| 1965                      | 33.000  | 20.000  | 13.000         | 154.000  |
| 1966                      | 41.700  | 21.200  | 20.500         | 133.500  |
| 1967                      | 52.600  | 22.470  | 30.130         | 103.370  |
| 1968                      | 66.000  | 23.818  | 42.182         | 61.188   |
| 1969                      | 83.000  | 25.247  | 57.753         | <u>3.435</u>                                       |
| <u>(b) SANTA CATARINA</u> |   |   |                |  |
| 1965                      | 1.027   | 533   | 494            | 8.142  |
| 1966                      | 1.210   | 544   | 656            | 7.486  |
| 1967                      | 1.421   | 576   | 845            | 6.641  |
| 1968                      | 1.788   | 600   | 1.188          | 5.453  |
| 1969                      | 2.570   | 624   | 1.946          | <u>3.507</u>                                       |

(1) Professor por 30 alunos.

Matrícula início ano 1965 - União: 10.000.000 - Taxa 0.06 por ano

Matrícula início ano 1965 - Sta. Cat.: 500.000 - Taxa 0.04 por ano

(2) Início do ano havia 167.000 LEIGOS (União) e 8.636 LEIGOS (Sta. Cat.)

Nem se deve contemplar a possibilidade aumentar, intensificar ou desenvolver a produção de "normalistas de nível ginasial", um híbrido intelectual entre o leigo e o normalista verdadeiro, que não tem as qualidades de adaptação do primeiro, nem as intelectuais do segundo.

b. Disponibilidades de recursos

As tabelas I e II permitem calcular que uma matrícula ideal para as quatro séries primárias tradicionais não seria, até 1970, superior a 250.000 alunos - uma cifra que contém proporção razoável de repetentes e implica uma deserção muito baixa.

A existência de uma série preparatória aumentaria a matrícula total em 60.000 alunos.

Seria perfeitamente possível utilizar exclusivamente normalistas de nível colegial com um salário médio de Cr\$ 150.00 por mês, para educar tôdas essas crianças.

Se se supuser que cada normalista de nível colegial, bem treinada e paga, poderá encarregar-se de 40 alunos, poder-se-á calcular o orçamento total, dêste modo:

|              | MATRÍCULA | PROFESSÔRES | SALÁRIO ANO | TOTAIS (Milhões NCr\$) |
|--------------|-----------|-------------|-------------|------------------------|
| Séries 1 a 4 | 250.000   | 6.250       | 1.800       | 11.25                  |
| Preparatória | 60.000    | 1.500       | 1.800       | 2.70                   |
| TOTAL        | 310.000   | 7.750       | 1.800       | 13.95                  |

Êste total representa apenas 63% das despesas do ensino em Santa Catarina, a cargo do Estado e dos municípios.

O restante deveria ser amplamente suficiente para pagar o material e o equipamento escolares, a administração escolar, e algumas becas indispensáveis para alunos de nível ginasial.

Na realidade, o que impede, no momento atual, assegurar êste nível salarial aos professôres, são, principalmente:

- (a) O número de repetentes, com um custo aproximado de 9 Milhões de Cruzeiros Novos.
- (b) O fato de que a Secretaria paga a uma grande quantidade de normalistas para trabalharem nas demais Secretarias do Govêrno.

(c) O fato de que a Secretaria destina ao ensino particular de nível primário e médio um subsídio considerável.

Deve-se salientar, além disso, que se os recursos não forem suficientes para garantir uma educação primária decente a todas as crianças de Santa Catarina, o Governo do Estado e a Assembléia têm como obrigação fundamental e sagrada aumentar o orçamento para a educação, atualmente extraordinariamente baixo: o orçamento de custeio do sistema educacional representa, apenas, 20% do orçamento total. Em outros Estados esta cifra sobe a 40% das despesas totais.

### c. Condições de vida dos leigos

Ouve-se com freqüência o argumento de que é quase impossível diminuir o número de leigos porque as normalistas não aceitariam trabalhar nas zonas rurais, em condições muito difíceis, só suportadas pelo pessoal local, que pode morar na casa de parentes ou amigos.

Isto é em parte verdade e as estatísticas o confirmam, quando indicam coincidir o número de "leigas" com o das professoras em exercício nas zonas rurais. Para todo o Brasil o número de leigos é superior ao número de professores "rurais", o que aparentemente implica que quase todos, senão todos os professores rurais são leigos.

Não parece totalmente impossível remediar esta situação.

Menciona-se, com freqüência, que se poderia atrair para as escolas rurais as normalistas, com melhores salários, melhores condições de vida (o que pode implicar a construção de casa para as professoras, ao lado de cada escola rural) e também uma estabilidade maior de emprego (o que poderia ser obtido através da adoção de "estatutos" do professorado).

Parece-nos duvidoso que a adoção dessas medidas possam solucionar verdadeiramente este problema: levando-se em conta a mentalidade e as atitudes da população das zonas rurais, a importação de mulheres independentes e solitárias, de nível cultural e intelectual consideravelmente superior ao promédio local é, nas melhores circunstâncias, uma iniciativa arriscada e infecunda.

Na nossa opinião, o problema dos leigos não poderá ser

resolvido sem a criação de um professorado masculino bem treinado e disciplinado.

As vantagens da criação de tal grupo seriam consideráveis: em muitos países do mundo o professor primário masculino torna-se rapidamente num líder intelectual e moral das populações isoladas, a que pode prestar inestimáveis serviços.

#### d. O leigo e a política

Devese, finalmente, reconhecer que a proliferação dos leigos é uma técnica conveniente para os políticos que desejam ganhar a simpatia de autoridades locais, ou apresentar estatísticas impressionantes, com um mínimo de despesas.

Em alguns Estados há, também, um aumento considerável do número de leigos, por razões de economia: o treinamento de leigos é pago pela União.

### 5. INFORMAÇÕES

O Estado não dispõe de estatísticas educacionais adequadas. Apesar de dispor de um volume de informações mais recentes e ricas que a maioria dos Estados da União, a Secretaria não dispõe de dados que permitam adiantar um plano educacional científico.

Por exemplo: é desconhecido o número de repetentes. É também impossível determinar o nível de experiência dos professores, por séries e zonas geográficas. São rudimentares as estatísticas de custos de custeios.

A questão dos instrumentos administrativos que podem assegurar melhor disponibilidade de informação básica é assunto de capítulo especial sobre o Serviço Central de Informações, Estatísticas e Cadastro. O tipo de dados a serem coletados por este serviço é enumerado nos documentos BD e BE, anexos.

### 6. ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL PRIMÁRIO

Vários educadores e também alguns políticos projetam ou desejam introduzir um tipo rudimentar de ensino especializado, em nível primário.

Esta idéia é particularmente atraente para aqueles que consideram que os meninos das zonas rurais devem ser preparados para as atividades agrícolas.

Em nossa opinião, esta tese tem dois inconvenientes fundamentais:

a) Parte do pressuposto que a maioria dos meninos das zonas rurais poderão verdadeiramente derivar a sua renda da agricultura.

Isto é provavelmente falso. Santa Catarina não tem reservas ilimitadas de solos agrícolas economicamente aproveitáveis e, particularmente se continuar o desenvolvimento econômico do Brasil, é muito provável que a maior parte das crianças de hoje venha a trabalhar - quando adultos - nas indústrias e no comércio das grandes ou pequenas cidades.

É duvidosa a conveniência de produzir uma grande quantidade de "bons camponeses"

b) Supõe que meninos de 7 a 10 anos possam realmente receber um treinamento técnico "orientado para a agricultura".

É provável que se possa inculcar nos meninos alguns princípios muito simples e fundamentais: por exemplo, que não se deve cultivar terras inclinadas; que se deve utilizar adubos, inseticidas e fungicidas, etc; que o gado deve ser limpo e sadio e receber atenção veterinária, etc.

Para ensinar isto aos meninos não é preciso criar um novo sistema de ensino, nem escolas especiais; basta dar às professoras um bom livro.

Porém, os que falam de um ensino agrícola de nível primário, têm, aparentemente, idéias mais ambiciosas: planejam até a construção de umas escolas com terras e máquinas agrícolas, isto é, tudo o que permita dar aos alunos um exemplo prático das técnicas agrícolas apropriadas.

Essas intenções só poderão ser justificadas, se fôr estabelecido:

a) que os meninos da escola primária rural deverão ter 13 ou 14 anos - idades em que podem dedicar-se a trabalhos físicos intensivos. Isto pode ser atualmente exato. Mas esta situação é aberrante e temporária. Com a elevação dos níveis de vida, diminui a idade dos meninos da escola rural. A longo prazo, esta idade não deverá exceder 10 a 11 anos;

b) que o Estado terá recursos financeiros para organizar escolas rurais modelo. Inútil é insistir sobre o fato de que não os possui;

c) que será desejável formar, em nível primário, um "bon camponês", bem treinado para ser um operário agrícola rural. As ambições dos educadores devem ser maiores e mais generosas.



Nº 811

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1967

Ao: Dr. Galileu Craveiro de Amorim  
Secretario de Educação e Cultura  
do Estado de Santa Catarina

De: Prof. Michel Debrun  
Prof. Jacques Torfs  
Peritos da UNESCO

Senhor Secretário,

Temos o prazer de mandar-lhe o nosso relatório, referente ao Colóquio (CEOSE) que se verificou em Florianópolis, do dia 6 ao dia 9 de julho deste ano. Pedimos desculpas pelo atraso, que se deve às muitas tarefas que temos de realizar.

O documento se compõe das seguintes peças:

- 1 - Introdução
- 2 - Princípios de Reforma Administrativa
- 3 - Apresentação dos Problemas do Ensino Primário
- 4 - Ensino Primário - Documento 1: Aspectos Quantitativos do Ensino Primário e suas Implicações Qualitativas
- 5 - Ensino Primário - Documento 2: A Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário
- 6 - O Ensino Médio
- 7 - Plano Estadual de Educação.

Apresentamos-lhe os protestos da nossa elevada consideração.

MICHEL DEBRUN

JACQUES TORFS

Nº 810

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1967

Ao: Dr. Orlando Ferreira de Melo  
Presidente do Conselho Estadual de  
Educação de Santa Catarina

De: Prof. Michel Debrun  
Prof. Jacques Torfs  
Peritos da UNESCO

Senhor Presidente,

Temos o prazer de mandar-lhe o nosso relatório, referente ao Colóquio (CEOSE) que se verificou em Florianópolis, do dia 6 ao dia 9 de julho deste ano. Pedimos desculpas pelo atraso, que se deve às muitas tarefas que temos de realizar.

O documento se compõe das seguintes peças:

- 764 1 - Introdução (SC)
- 752 2 - Princípios de Reforma Administrativa (SC)
- 770 3 - Apresentação dos Problemas do Ensino Primário (SC)
- 826 4 - Ensino Primário - Documento 1: Aspectos Quantitativos do Ensino Primário e suas Implicações Qualitativas (parte Documentos II)
- 763 5 - Ensino Primário - Documento 2: A Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário (SC)
- 7536 - O Ensino Médio (SC)
- 7547 - Plano Estadual de Educação (SC)

Apresentamos-lhe os protestos da nossa elevada consideração.

MICHEL DEBRUN

JACQUES TORFS



M. E. C. — I. N. E. P.

**CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS**  
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo  
Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 802

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro  
Coordenador dos CEOSE

Do: Prof. Michel Debrun  
Perito da UNESCO

Prezado Durmeval,

Entrego-lhe os seguintes documentos, que constituem a minha contribuição ao Relatório CEOSE de Santa Catarina:

1. Introdução
2. Princípios de Reforma Administrativa
3. Apresentação dos problemas do Ensino Primário
4. A Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário
5. O Ensino Médio.

Cordialmente,

MICHEL DEBRUN



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

793  
ent.

Ofício n. 463/67

Florianópolis,

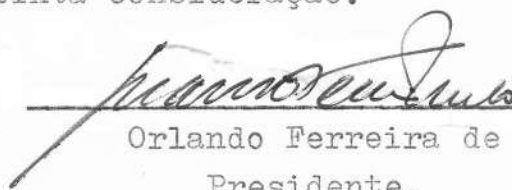
27 de outubro de 1967.

Senhor Professor:

Acusamos e agradecemos o seu expediente nº 761, de 29 de setembro próximo passado, em que V. Sia. comunica a realização do Primeiro Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais.

Atendendo à sua solicitação, este Conselho, em reunião plenária de 24 do corrente mês, indicou os nomes dos Professores Orlando Ferreira de Melo e Sílvio Coelho / dos Santos, para, como estagiários, tomarem parte no Primeiro Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais.

Na oportunidade apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
Orlando Ferreira de Melo  
Presidente.

Ao Ilm<sup>o</sup> Senhor  
Michel Debrun  
DD. Perito da UNESCO  
Rua Voluntários da Pátria, nº 107 - Botafogo  
RIO DE JANEIRO - GB

A DIVISÃO (OU SEÇÃO) DE FORMAÇÃO E  
APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

MICHEL DEBRUN

INEP - UNESCO

## A DIVISÃO (OU SEÇÃO) DE FORMAÇÃO E

### APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

A idéia de colocar sob a orientação e o contróle de um mesmo órgão tôdas as modalidades de formação e aperfeiçoamento do magistério primário baseia-se nas seguintes considerações:

1. Existe uma grande heterogeneidade - maior ainda do que a que se verifica nos níveis médio e superior - entre os professôres primários. Tendo êles, porém, de prestar básicamente os mesmos serviços, há de orientar a formação - ou aperfeiçoamento, "reciclagem", conforme os casos - das várias categorias segundo os mesmos princípios, embora em graus de tecnicidade e aprofundamento diferentes. Essa inspiração comum só pode ser transmitida por um órgão único, que terá também de adaptá-la à diversidade dos professôres e dos ambientes em que ensinam.

2. Na maior parte dos Estados, é pouco realista encarar a eliminação dos leigos como possibilidade próxima. Ou as normalistas estão em número insuficiente - e o permanecerão por muito tempo: é o caso em vários Estados, principalmente no Nordeste. Ou estão bastante numerosas (inclusive as normalistas com 2º ciclo), mas vários fatores se opõem à sua utilização plena: baixos vencimentos; relutância em aceitar cargos na zona rural e semi-rural, no interior de modo geral; expectativas tradicionais em relação à escola normal, encarada como fonte de status sociais, não como via de acesso ao magistério etc ... Não raro, aliás, a escassez de normalistas coincide com a presença dêsses fatores negativos, fazendo com que os poucos elementos titulados fujam do magistério, através dos comissionamentos, do ingresso no ensino superior etc ...

É claro que uma melhoria substancial dos vencimentos poderia, simultâneamente, aumentar o número das normalistas, onde fôr preciso; e multiplicar as vocações para o magistério, permitindo que outros aspectos da situação do professor primário fôsem aceitos com maior facilidade: o que se verifica em São Paulo. Mas todos sabemos que, na maioria dos Estados, tal solução não pode ser encarada a curto, e mesmo a médio prazo. (1).

Nessas condições, a segunda finalidade de uma Divisão (ou Seção) de Formação e aperfeiçoamento do magistério primário, seria a concepção e a execução de uma política sistemática de recuperação das leigas. De cer-

---

(1) Não seria, em certos casos, absurda em si, levando-se em conta o total dos recursos - próprios ou doados - dos quais o Estado dispõe para educação: só que a remodelação da repartição dêsses recursos, a supressão de muitas despesas inúteis ou contraproducentes - tudo isso exige uma mudança das expectativas sócio-culturais, a qual, por definição, não pode ser instantânea. Tal observação não deve desencorajar os esforços no sentido de aumentar os vencimentos das professôras normalistas: poder-se-ia, por exemplo, recusar ou suprimir os comissionamentos dêsses elementos, o que permitiria melhorar a situação dos que ingressam no magistério. Uma parte maior dos recursos do PNE poderia também ser afetada a melhorias salariais.

tas categorias de leigas: acreditamos que, para quem não possui pelo menos o primário completo, os cursos de aperfeiçoamento não podem, em regra geral, representar muita coisa. O bom seria limitar-se aos elementos acima deste nível, dando particular ênfase aos que têm o ginásio completo (seja qual fôr êle: secundário, comercial etc ...).

A recuperação das leigas deixaria assim de ser encarada como um mero expediente, antes correspondendo ao tipo de formação privilegiado que permitem os recursos dos Estados pobres ou de nível econômico médio para baixo. Isso não significa, é claro, que os vencimentos das próprias leigas não devam ser melhorados: aumentos são imediatamente possíveis, em particular com recursos do P.N.E. ou doações de organismos regionais (SUDENE, SUDESUL etc ...). Sugerimos também um sistema de promoção destinado a encorajar as leigas a prosseguir nos cursos de treinamento: cada novo curso, ou etapa de curso, daria ensejo a uma remuneração mais alta. O certo é que tal fórmula é muito mais econômica que os aumentos maciços que se fariam necessários para que as professoras tituladas consentissem a ensinar nos rincões do interior.

Há, porém, de dissipar tais equívocos:

a) não se trata de impedir que as leigas, quando manifestarem vocação para tanto, subam na hierarquia professoral. Mecanismos legais e pedagógicos deveriam, inclusive, facilitar o seu acesso à formação de 2º ciclo (ou a retomada de tal formação). O que acarreta, é verdade, a possibilidade do abandono das zonas rurais, por êsses elementos (na nossa hipótese, de não poder haver um grande aumento dos vencimentos das tituladas): o essencial, porém, é que haja, sempre, um número suficiente de professoras, leigas ou não, mas de razoável eficiência, em todos os lugares que fôr necessário;

b) não se trata de reduzir o número das alunas do curso normal de 2º ciclo. Primeiro, êsse curso, mesmo quando leva finalmente a carreiras muito diversas do magistério primário, presta serviços inegáveis: fato que, exatamente como a existência e a função das leigas, há de ser aceito realísticamente. Em segundo lugar, verifica-se uma tendência crescente, de todo conforme às exigências sócio-culturais e econômicas da sociedade industrial em formação, no sentido de diminuir as barreiras entre os vários ramos do ensino médio, não só ginásial como colegial. É possível que, em breve, uma escola única com várias seções substitua a tradicional divisão em estabelecimentos secundários, normais e comerciais. (Ver a parte dêste relatório referente ao ensino médio). Pouco importa, nessas condições, que o aluno ingresse no curso normal, e não no secundário: os matizes profissionalizantes que adquirirá não são coisa irreversível - e o serão cada vez menos. Em terceiro lugar, não propomos uma substituição das normalistas pelas leigas: deve haver normalistas ... onde pode haver. E o recrutamento dêsses elementos será melhor assegurado se houver um número ponderável de alunos ingressando no 2º ciclo médio com a idéia de ingressar ulteriormente no magistério primário: daí a conveniência de não frear a expansão do ensino normal (senão das escolas normais).

3. A terceira função de uma Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário seria examinar, com as Divisões de Currículos e Programas e de Orientação e Supervisão, os problemas de ensino decorrentes da diversidade dos professores: os programas hão de ser basicamente os mesmos para todos os alunos, mas devem ser êles dados com certa flexibilidade - tanto no que diz respeito aos métodos como ao conteúdo -, de acôrdo com os diversos ambientes e também com as qualificações dos professores destinados a êsses ambientes.

4. Haveria também de estabelecer, em colaboração com o Departamento (ou Divisão) de Educação de Base, fórmulas específicas de formação ou treinamento para os professores e monitores encarregados da alfabetização dos adultos ou de projetos de educação comunitária.

5. A promoção de cursos de formação e aperfeiçoamento para su pervisoras e diretoras, no Estado, a elaboração de uma política racional de bolsas e estágios para tais elementos - dentro ou fora do país -, ficariam a cargo do novo órgão.

6. Com outros órgãos (Assessoria de Planejamento, Departamento de Administração), colaboraria à reclassificação dos cargos do ensino primário, tornando-os consoantes, quando fôr preciso, com as exigências da LDB e das reformas administrativas, federal e estaduais; definiria com maior rigor, do que atualmente, as modalidades de seleção do pessoal, de ingresso no magistério, e de promoção.

O lugar natural de uma Divisão do Magistério Primário é no Departamento de Ensino Primário, junto aos órgãos encarregados dos currículos e programas, da orientação e supervisão. Pode-se pensar também num órgão autônomo. A única solução a excluir é a integração ao Departamento de Ensino Médio, seja qual fôr a importância do corpo docente primário de origem normalista: primeiro, porque uma das principais razões de ser do órgão proposto é a existência de numerosas leigas, que ele há de recuperar; segundo, porque o destinatário do corpo docente formado ou melhorado pelo órgão é o ensino primário. Isso não implica, porém, que as escolas normais - ou, de modo mais geral, o ensino normal (e seu professorado) - devam ser desligados do ensino médio: mais uma vez, há de distinguir entre os alunos dos cursos normais, e os aspirantes a professor primário, em que alguns dêles se transformam. É só sobre estes últimos que a Divisão do Magistério deve exercer sua jurisdição, na fase pròpriamente profissionalizante.

No tocante ao funcionamento do novo órgão, duas providências práticas podiam ser imediatamente tomadas:

a) concentrar sob o comando da Divisão tôdas as modalidades de aperfeiçoamento das leigas. O que significa que os programas INEP e DNE, onde existem simultaneamente, não forçosamente no sentido de uma fusão, mas estabelecendo-se uma definição clara das competências de cada um, ou seja, das categorias de leigas que deveriam aprimorar. Parece que o treinamento das leigas de formação básica mais precária (de nível ginásial para baixo) poderia ser atribuído ao PAMP (DNE), enquanto os Centros de Treinamento - cujo número e capacidade poderiam ser substancialmente aumentados (2) - cuidariam das leigas "superiores". A unificação, dentro da diferenciação, deveria também estender-se ao conteúdo dos progra-mas.

É claro que o entrosamento, no âmbito estadual, entre o PAMP e os Centros de Treinamento (e outras entidades, eventualmente) não pode depender exclusivamente de uma instância como a Divisão que preconizamos. Há de existir uma colaboração - mais estreita do que atualmente - entre as instâncias federais que promovem os respectivos programas. Pensamos, porém, que a existência da Divisão pode facilitar - ao mesmo tempo que os adapte às

---

(2) Não existem ainda em todos os Estados.



condições do Estado - os esforços empreendidos no âmbito nacional no sentido dessa integração.

b) submeter as normalistas, que se destinarem ao magistério primário, a um treinamento pedagógico de um ano, depois do 2º ciclo colegial. Esse treinamento realizar-se-ia, sob a orientação da nova Divisão, num Instituto de Educação. Comportaria estágios em escolas urbanas e rurais. Instituir-se-ia também uma reciclagem periódica das professoras, em centros de treinamento ou Instituto de Educação.

\*

\*

\*

A ênfase dada à recuperação dos professores leigos teria sua significação prejudicada se existisse uma grande diferença de eficiência pedagógica entre a normalista de 2º ciclo -, pelo menos a normalista atualizada, periodicamente reciclada (3) - e as melhores leigas "recuperadas". Nesse caso, a política em relação ao professorado primário esbarraria numa dificuldade quase insuperável: não seria possível aumentar substancialmente, pelas razões apontadas, o número das professoras normalistas ensinando e efetivamente: todavia, o hiato entre elas e os outros elementos redundaria numa nova forma de dualismo escolar. A oposição entre o campo e a cidade se alargaria, seria problemática a adaptação dos alunos de muitas zonas rurais aos ginásios menores (4). Há sinais (5), porém, que a diferença entre as duas categorias de professores pode ser reduzida a um mínimo aceitável - dependendo dos tipos de treinamento a serem estudados e postos em prática pela Divisão de formação e aperfeiçoamento do magistério primário.

Outro ponto importante: a política aqui esboçada só terá pleno êxito se não se limitar às áreas da competência específica do governo estadual. Deve ser uma política no Estado, não apenas do Estado. O que implica na necessidade de convênios com os municípios e os estabelecimentos particulares, no sentido, não só de levantar o nível do professorado onde fôr preciso, assim como de recolocá-lo no eixo comum (melhorado) lá onde se verificar um "aquecimento" artificial dos alunos (caso, por exemplo, do ensino primário em alguns estabelecimentos particulares do Sergipe, cujos alunos são os melhores candidatos ao ginásio, mas, depois, prematuramente "cansados", recaem). Toda e qualquer assistência do Estado à outras entidades deve ser subordinada à celebração de tais convênios.

- 
- (3) Com efeito, não basta demonstrar que muitas leigas, uma vez treinadas, são melhores que muitas normalistas: é evidente, mas a comparação só tem pleno sentido, quando se pode proporcionar a essas últimas o treinamento periódico, do qual falamos.
- (4) Cf. parte deste relatório relativa ao ensino médio.
- (5) Pelas experiências feitas em alguns Estados, notadamente a Paraíba.

Nº 762

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1967.

Caro Orlando:

Dirijo-me a V., extra-oficialmente, para que a escolha dos estagiários do curso seja feita com o máximo cuidado. Desejamos pessoas realmente capazes de melhorar o sistema educacional de Santa Catarina. O que significa que tenham:

1. eficiência técnica, pelo menos em potencial;
2. algum peso político, que lhes facilite o acesso, atual ou futuro, a postos-chaves da educação.

Gostaríamos muito do Silvio Coelho dos Santos, se preencher a segunda condição.

Tem notícias do Osvaldo ?

Com um grande abraço,  
para V. e a turma toda

MICHEL DEBRUN

P.S.: É claro que V. pode integrar a equipe - isso nos agradaria muito. Receio, apenas, que seu gabarito educacional seja superior ao do próprio curso.

Nº 761

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1967

Prezado Senhor,

Tenho o prazer de comunicar-lhe que os CEOSE, em colaboração com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura e com o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento), vão realizar, entre o dia 23 de outubro e o dia 21 de novembro, o 1º Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais.

Os documentos anexos expõem a finalidade do curso e resumem seu conteúdo.

Venho, exatamente, solicitar do Conselho Estadual do Sr. Secretário de Educação a sugestão de alguns nomes, entre os quais escolheremos três estagiários (no máximo quatro), na base das referências apresentadas. As pessoas escaladas serão, depois, formalmente convidadas pelo Sr. Secretário-Geral do MEC.

Insistimos em que os indicados sejam:

1. pessoas jovens, com bastante dinamismo;
2. pessoas já pertencendo ao staff da Secretaria (incluindo o setor do PLAMEG ligado à educação), ou nêles suscetíveis de ingressar, nas áreas da reforma administrativa e do planejamento. Com efeito, o curso não terá finalidade acadêmica: trata-se de um treinamento com vistas a tarefas imediatas, como a elaboração dos planos que, no início de 1968, hão de ser preparados para 1969. E a SEC, por sua vez, deve se comprometer a utilizar plenamente êsse pessoal, depois do curso.

3. No tocante às despesas, é possível - ainda não certo - que o MEC peça a cada Estado uma contribuição financeira. Por exemplo, o pagamento das passagens de ida e volta dos estagiários.

Colho êste ensejo para renovar-lhe os protestos da minha mais alta consideração.

MICHEL DEBRUN

Perito da UNESCO  
Membro da Comissão dos CEOSE

P.S.: Mandaremos em breve o relatório CEOSE relativo a Santa Catarina. Nos foi, até hoje, impossível concluí-lo, devido às tarefas que se avolumam.

Exmo. Sr.  
Prof. Orlando Ferreira de Melo  
DD. Presidente do Conselho Estadual de Educação  
Faculdade Educação  
FLORIANÓPOLIS - Santa Catarina

Nº 760

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1967

Prezado Senhor,

Tenho o prazer de comunicar-lhe que os CEOSE, em colaboração com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura e com o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento), vão realizar, entre o dia 23 de outubro e o dia 21 de novembro, o 1º Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais.

Os documentos anexos expõem a finalidade do curso e resumem seu conteúdo.

Venho, exatamente, solicitar de V. Sª e do Conselho Estadual de Educação a sugestão de alguns nomes, entre os quais escolheremos trêsstagitários, (no máximo quatro), na base das referências apresentadas. As pessoas escaladas serão, depois, formalmente convidadas pelo Sr. Secretário-Geral do MEC.

Insistimos que os indicados sejam:

1. pessoas jovens, com bastante dinamismo;
2. pessoas já pertencendo ao staff da Secretaria (incluindo o setor do PLAMEG ligado à educação), ou nêles suscetíveis de ingressar, nas áreas da reforma administrativa e do planejamento. Com efeito, o curso não terá finalidade acadêmica: trata-se de um treinamento com vistas a tarefas imediatas, como a elaboração dos planos que, no início de 1968, hão de ser preparados para 1969. E a SEE, por sua vez, deve se comprometer a utilizar plenamente êsse pessoal, depois do curso.

3. No tocante às despesas, é possível - ainda não certo - que o MEC peça a cada Estado uma contribuição financeira. Por exemplo, o pagamento das passagens de ida e volta dos estagiários.

Colho êste ensejo para renovar-lhe os protestos da minha mais alta consideração.

MICHEL DEBRUN  
Perito da UNESCO  
Membro da Comissão dos CEOSE

P.S.: Mandaremos em breve o relatório CEOSE relativo a Santa Catarina. Nos foi, até hoje, impossível concluí-lo, devido às tarefas que se avolumam.

Exmo. Sr.  
Dr. Galileu Craveiro de Amorim  
DD. Secretário de Educação de Santa Catarina  
Secretaria de Educação  
FLORIANÓPOLIS - Santa Catarina

SANTA CATARINA

ENSINO MÉDIO

Há de salientar dois aspectos, em relação ao ensino médio:

1. Os defeitos de caráter conjuntural, próprios ao sistema de Santa Catarina, e cuja solução pode ser encarada a curto prazo.

2. Os problemas de caráter estrutural, presentes, em graus diversos, em qualquer Estado da Federação (aliás, no mundo inteiro), que refletem a situação particular do ensino médio, na encruzilhada dos outros níveis: suas finalidades e articulações não de ser redefinidas em função, simultaneamente, dos imperativos cívico-culturais da ordem democrática, e das exigências da sociedade industrial em formação. É claro que a solução de tais problemas, além de merecer exame acurado por parte das instâncias federais e estaduais, só pode se concretizar a médio prazo.

I - Defeitos conjunturais e soluções a curto prazo.

1. Salientamos para os Exmos. Srs. Governador e Secretário de Educação e Cultura quanto nos parece exorbitante - é o único do seu gênero no panorama educacional brasileiro - o sistema de Convênios entre o Estado e os estabelecimentos particulares. Muitos destes últimos nem pensavam em tais favores, anteriormente à celebração dos primeiros convênios.

Nenhuma consideração, nem doutrinária nem mesmo de mera tática, pode, acreditamos, justificar a manutenção do sistema:

a) Não se pode dizer que o Estado transfere encargos para a rede privada, assim realizando economias: só seria o caso se o ensino particular, juntando os recursos obtidos do Estado aos recursos próprios, expandisse substancialmente seus prédios e seu equipamento. Há expansão, mas não na proporção dos recursos (4 bilhões em 1967, aproximadamente um sexto do orçamento estadual para educação) conseguidos. Estes, se diretamente aplicados pelo Estado, poderiam ser mais rendosos.

b) Ventilou-se a tese, no decorrer do CEOSE, de que qualquer aluno tem o direito de escolher o tipo de ensino, público ou privado, da sua preferência. Nada mais legítimo, e a concessão de

bolsas vem, exatamente, atender às necessidades dos alunos pobres que querem ingressar no ensino particular. Nos foi dito, porém, que a atribuição da bolsa ao aluno não exclui a subvenção ao colégio (ou reciprocamente) - a qualquer colégio que pleiteie ou quase -, esbanjamento que nem os países altamente desenvolvidos podem se dar ao luxo.

Isso não quer dizer, seguramente, que, em alguns casos, depois de exame acurado, não podem ser admitidos, cumulativamente, convênios e bolsas: só pode tratar-se, porém, de casos de emergência, ou ainda, de estabelecimentos pioneiros cujas iniciativas, porventura custosas, hão de ser encorajadas.

c) Afirma-se que a supressão repentina dos convênios poderia acarretar, além de gastos políticos, protestos suscetíveis de afetar o bom rendimento da máquina educacional no Estado. Seria preferível agir aos poucos, reduzindo progressivamente os convênios, o que já estaria sendo executado (mas a verba prevista para 1967 NCR\$ 2.700.000 contra NCr\$ 2.992.000 em 1966 - será insuficiente: vimos que se fala em NCr\$ 4.000.000). Mas não vai a manutenção do atual regime embora provisória, consolidá-lo, torná-lo institucional, de fato senão de direito? Parece menos custosa, em termos tão sociais quanto econômicos, uma intervenção cirúrgica radical, já no fim de 1967.

2. Estranha-se a diferença, no que tange ao rigor do tratamento, entre os professores dos estabelecimentos sob inspeção federal e os submetidos à inspeção estadual: esta última não impede o professor reprovado no exame de suficiência, que segue o curso de verão de um mês (muito fraco, apesar de ter o patrocínio da CADES), de continuar no cargo; enquanto aquela determina (Portaria 501) que ele só pode permanecer um ano a mais, havendo depois de dois anos de rerepresentar-se no exame de suficiência (e sendo eliminado, no caso de reprovação).

Foi sustentada a tese de que a aplicação da Portaria 501 aos estabelecimentos sob inspeção estadual destruiria êsses educandários, que não, a maioria dêles, do próprio Estado. O argumento é uma faca de dois gumes: fortalece a rede particular que poderá, com certa razão, dizer que a diferença de qualidade entre o seu professorado e o professorado aceito nos estabelecimentos sob contróle estadual justifica as subvenções concedidas ao ensino privado; impede, pois, que, com parte dos recursos aplicados nessas subvenções, se levante a rede estadual, que poderia oferecer melhores condições, não só a professores diplomados (em núme-



ro ainda muito escasso, e cuja quantidade não pode crescer substancialmente nos anos vindouros), bem como a elementos detentores dos cursos longos da CADES (ou melhor: da Faculdade de Filosofia em associação com a CADES) ou de outra modalidade semelhante.

## II - PROBLEMAS ESTRUTURAIS E SUGESTÕES A MÉDIO PRAZO

O ensino médio se encontra hoje no centro da problemática educacional brasileira:

1. pela crise que vem atravessando: expansão desenfreada das matrículas (que, de 1947 a 1964 aumentaram à taxa de 9,2% cumulativos, ao ano), não acompanhada por um desenvolvimento paralelo da rede de prédios e, principalmente do corpo docente (nem da melhoria deste último); taxa de deserção enorme (diplomações no ciclo colegial: 7 por 100 matrículas iniciais na 1ª série ginasial); ingurgitamento de certos ramos (secundário e comercial), em detrimento de outros (técnico industrial e, principalmente, técnico agrícola); desajuste entre os fins oficialmente proclamados dos ensinos comercial e normal e os objetivos almejados de fato pelos pais e alunos; currículos inadequados às exigências da sociedade industrial em formação; falta de orientação e assistência aos alunos, no tocante às possibilidades do mercado de trabalho.

2. pelos debates teóricos que suscita, alguns dos quais interessam às suas relações básicas com os dois outros níveis:

a) 5ª e 6ª séries primárias ao lado da 1ª e 2ª séries ginasiais, ou ensino ginasial "menor" (2 anos) e, eventualmente (mais tarde, "maior" (4 anos) para todo mundo ?

b) ginásio "compreensivo", ou manutenção das atuais opções ?

c) 3ª série colegial no colégio universitário ou manutenção do atual regime, melhorado ? Regime híbrido prevendo dois tipos de 3ª série colegial, segundo se pretende ou não ingressar no superior ?

É logo evidente que qualquer melhoria durável e orgânica em relação ao item 1 pressupõe uma escolha lúcida entre as alternativas evocadas no item 2. Como, por exemplo, pretender emendar os currículos dos ginasiais técnicos, aumentar ou diminuir suas matrículas, se não se tem, previamente, uma visão clara do seu futuro ? Porque procurar, na 3ª série colegial, suprimir todo o hiato entre o conteúdo do ensino ali ministrado e as exigências dos vestibulares, se nem toda a clientela deste ensino deve se destinar ao ensino superior ?

As opções que indicamos a seguir nos parecem:

- a) intrinsecamente desejáveis por motivos cívicos, culturais e ligados ao desenvolvimento da civilização urbana e industrial;
- b) consoantes com a evolução que se verifica universalmente;
- c) quase inevitáveis, no âmbito estadual, sendo já adotadas - ou em vias de sê-lo - no âmbito federal.

As seguintes eventualidades poderiam merecer a atenção do C.E.E. e da SEC:

1. Constituição de um tronco comum ginásial de 4 anos, onde houver condições para tanto, e de pelo menos 2 anos (com extensão progressiva para 4 anos) nas outras áreas. Tal tronco comum não excluiria opções vocacionais leves, diversificadas segundo as áreas, ou os estabelecimentos, realizando-se assim a escola "compreensiva" ou "polivalente". Já não mais se trataria do "ginásio para o trabalho" (do qual, aliás, nenhuma definição vigorosa chegou a ser dada): há de ser superada qualquer forma de oposição, entre a educação geral e a educação para o trabalho, em que pêsse às exigências de certa flexibilidade.

As justificativas do tronco comum são várias. Permitiriam:

- a) a aquisição de sólidos conhecimentos de base, por todos;
- b) a unificação da formação cultural e cívica dos futuros cidadãos brasileiros, que só pode ser conseguida mediante eliminação de qualquer resquício de dualismo escolar;
- c) uma certa igualização das oportunidades de mobilidade vertical;
- d) a postergação das opções decisivas, para o aluno que prosseguir no ciclo colegial; no fim do ginásio e com a assistência de orientadores, é de modo refletido que poderá escolher determinado ramal; disporá também de um back-ground mais sólido para outra opção colegial, caso a primeira se revele infrutífera, a pesar das precauções.

2. Criação de ginásios "menores", que seriam localizados na zona rural (na zona rural "concentrada", para começar), para atender à extensão da escolaridade obrigatória. Os melhores elementos desses estabelecimentos seguiriam, depois, para as cidades, a

fim de completar, eventualmente em regime de internato, o ciclo ginásial.

3. Supressão progressiva das 5ª e 6ª séries primárias, e, em todo caso, estacamento de novas criações. Com efeito, tais séries, não têm conquistado, pelo menos nas cidades, a autonomia sonhada por seus promotores, em virtude, ao mesmo tempo, do descrédito que continua arraigado à noção de trabalho manual, e do caráter rudimentar das noções técnicas ali ministradas. De forma que têm sido sobretudo, até hoje, cursos de preparação, (quase cursinhos) ao ginásio.

Poder-se-ia, é verdade, objetar que, nas zonas rurais, o artesanato ensinado nas últimas séries, longe de constituir mera duplicação da aprendizagem informal recebida no ambiente familiar, reverte em benefício para este ambiente: pais aprendem dos filhos, melhorando técnicas rotineiras. Por outro lado o caráter polivalente da iniciação ao trabalho dispensada na escola, impede que ela seja interpretada como arcaísmo: não fixa necessariamente o camponês à terra (ou à atividade de pesca, na orla marítima), antes facilita a sua eventual transferência para centros urbanos; enquanto, porém, isso não se verifica, propicia um melhor aproveitamento das condições do meio rural, o desenvolvimento da economia de mercado etc...

Convenientemente estruturadas, as 5ª e 6ª séries podem, sem dúvida, representar uma alternativa interessante de escola para o meio rural, no sentido, simultaneamente, de melhorar suas perspectivas a curto prazo, e de antecipar sua adaptação às exigências da civilização urbana ou semi-urbana. Acreditamos, porém, que a maior parte das vantagens atribuídas às 5ª e 6ª séries poderiam ser conservadas dentro de um ginásio menor adaptado às condições rurais, o qual, sem sacrificar as exigências da formação geral, poderia dar maior ênfase às solicitações do meio. O entrosamento, com a comunidade, dêsse ginásio "compreensivo" de vocação rural mais acentuada (mas sem que se volte a um "ginásio orientado para o trabalho agrícola", menos ainda ao "ginásio agrícola") deveria merecer cuidados especiais.

Acrescentemos que a grande dispersão da população de Santa Catarina, onde predomina a pequena propriedade agrícola, impediria de qualquer modo que as 5ª e 6ª séries fôsem extendidas, a curto prazo (a não ser a custos extremamente elevados), à totalidade da zona rural dispersa - onde, conforme seus arautos, a sua utilidade seria a mais evidente. A manutenção de escolas

isoladas para as 4 primeiras séries já constitui sério problema para o Estado. Implantando o ginásio menor, prioritariamente nas zonas rurais concentradas, não se sacrifica pois, o campo: êste, de qualquer modo, não poderia ser integralmente alcançado pelo progresso educacional, antes de muito tempo.

Enfim, dentro da perspectiva de um tronco comum ginásial, grande parte das instalações, existentes ou previstas, das 5ª e 6ª séries poderiam ser aproveitadas pelos novos ginásios. Bem como elementos do corpo docente, mediante reciclagem. A importância já alcançada pelas 5ªs. séries em Santa Catarina justifica a utilização sistemática dêsse acêrvo.

4. Transformação dos ginásios normais, e de boa parte dos ginásios comerciais - quer públicos, quer privados, quer pertencentes à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG), em ginásios comuns, ou seja "polivalentes" para atender, simultaneamente:

- à demanda dêstes últimos ginásios; ela vai se expandir substancialmente em função da implantação do tronco comum.

Tal transformação, juntamente com o aproveitamento da capacidade ociosa de muitos estabelecimentos (privados sobretudo), deveria limitar o número de construções novas, a serem incluídas no próximo plano estadual de educação.

- às exigências de racionalização dos ramais normal e comercial: sobretudo no nível ginásial, tende a reduzir-se o ensino que dispensam ao do secundário, não raro com qualidade inferior. Realiza-se, assim, uma maneira de tronco comum, mas sem as vantagens do tronco comum autêntico, acima apontadas.

A transformação encarada não deixará de suscitar resistências, principalmente na área do ensino comercial. É que pais e alunos vislumbram, no comercial, uma dupla possibilidade: seguir para o superior ou, se isto se revelar impossível, adquirir uma qualificação "técnica", ao menos de nível ginásial. Atitude plausível, já que, por um lado, a fraqueza do secundário comum não coloca necessariamente, nos vestibulares, os alunos egressos do comercial em posição de inferioridade; e que, por outro lado, as possibilidades de colocação de pseudo-técnicos comerciais não estão esgotadas, num mercado urbano (mais do que industrial) em constante expansão. A superação radical de tais expectativas só pode decorrer, por uma parte, da melhoria dos diversos ramos do ensino colegial - p que, sem eliminar o co

legial comercial de boa qualidade, fará com que êste tipo de ensino seja procurado por suas virtudes intrínsecas e com vistas a uma carreira (de técnico médio ou superior) específica, comercial ou econômica; e, por outra parte, de exigências mais seletivas do mercado de trabalho, em relação a categorias como gerentes , vendedores, etc...

Há, porém, de tentar, o mais breve possível, a eliminação dos ginásios comerciais - e normais -, causa (entre muitas outras) e efeito do aviltamento do ensino médio. O que poderia ser conseguido, na rede particular, pela manipulação hábil dos incentivos dos quais dispõe o Estado: notadamente o sistema de bolsas. Todo ginásio teria de transformar-se em ginásio "polivalente" - para receber alunos bolsistas e outros recursos. Tal manipulação, permitiria, simultâneamente, uma melhor distribuição dos alunos, com vistas ao aproveitamento da capacidade ociosa dos estabelecimentos particulares: tôda concessão de bolsas (do Estado ou do MEC) deveria ficar subordinada à aceitação, por parte do candidato, do estabelecimento indicado pelo Estado, contanto que êste preencha todos os requisitos pedagógicos. Na rede pública, a transformação dos ginásios normais não apresenta maior dificuldade.

Poder-se-ia encarar, como primeira etapa, a manutenção das atuais denominações - ginásios "normal" e "comercial" -, de tamanha importância sociológica: mudando-se, porém, o estilo do ensino, graças à implantação progressiva, em todos os estabelecimentos de nível ginasial, de um professorado formado nos métodos e técnicas da pedagogia moderna. A mudança dos nomes impor-se-ia insensivelmente, a partir da reestruturação das expectativas em relação ao ensino.

##### 5. Desenvolvimento de um professorado específico para o nível ginasial:

Para atender às necessidades quantitativas e qualitativas do ginasial e para, simultâneamente, reservar ao ensino colegial as turmas de diplomados pelas Faculdades de Filosofia (ou pelas Faculdades de Educação), dever-se-ia constituir um professorado puramente ginasial, que se alimentaria em duas fontes:

a) docentes formados por cursos do tipo CADES (os cursos longos). Êsses cursos teriam sua duração substancialmente aumentada, com vistas ao ensino das didáticas especiais necessárias no ginásio polivalente (em particular a didática moderna das matemáticas).

b) as melhores normalistas, contanto que fôssem voluntárias. Deveriam receber um treinamento suplementar de um ano, quer na própria escola normal (ou, de preferência, nos Institutos de Educação), quer nas Faculdades de Filosofia (ou Educação). À diferença do que preconizamos para a categoria precedente, dar-se-ia particular ênfase às matérias de conteúdo - já que não se trata de pessoal com um ou vários anos de ensino superior. As matérias didáticas poderiam, em certos casos, ser ministradas para as duas categorias, simultaneamente.

Seja qual fôsse a sua origem, os professores para o nível ginásial teriam de ser polivalentes, como o próprio ginásio: trata-se de evitar que o aluno se defronte de repente, na saída do primário, com uma multiplicidade de professores; deve haver uma transição, cada professor (2 ou 3, no máximo) lecionando várias matérias. É a tendência que se vem observando em vários países.

Por essas medidas consagrar-se-ia a qualificação do professor ginásial como técnico de nível intermediário, o que nos parece altamente desejável; isso permitiria, outrossim, que os licenciados pelas Faculdades de Filosofia deixassem de ver nos estagiários dos cursos da CADES concorrentes, atuais ou em potencial. Possivelmente se poderia renunciar ao curso atual de 3 anos para o professorado do 1º ciclo. Embora seja uma iniciativa interessante, como já salientamos, sua posição é ambígua: quem já fez três anos na Universidade pode em geral fazer um 4º ano (portanto tornar-se professor diplomado do 2º ciclo) - o que impede ver nessa modalidade uma fonte de suprimento regular de professores para o nível ginásial.

6. Expansão das várias modalidades do ensino colegial, de conformidade com as diretrizes de um planejamento a médio prazo, que deverá incluir considerações econométricas.

Com efeito, a situação do ensino colegial deve ser encarada de maneira muito diversa da do ensino colegial:

a) em relação ao primeiro (e, provisoriamente, às 5ª e 6ª séries), não deve haver muito receio pelo aumento maciço da matrícula - já que se trata de, aos poucos, enveredar pela escolaridade obrigatória de 8 anos; nem pela repartição dos alunos entre os vários ramos - já que se trata, exatamente, de eliminar essa divisão para dar a todos a mesma formação básica.

b) Pelo contrário, o ensino colegial deve ser:

- seletivo, ainda por algum tempo;
- diferenciado, de modo crescente da 1ª para a 3ª série, para atender tanto à variedade das vocações quanto às múltiplas exigências do mercado do trabalho. Isso, de modo orgânico, não devendo se chegar a uma pulverização dos recursos destinados ao ensino colegial.

Sem prejudicar do conteúdo dos planos a serem elaborados em relação a êsse nível de ensino, acreditamos que os planejadores deveriam atentar para as seguintes possibilidades:

A) Criação de um só tipo de estabelecimento para os alunos dos ensinos secundário, normal e comercial. Apenas, à diferença do que propomos para o nível ginásial, a percentagem das matérias comuns seria menor e diminuiria gradativamente.

A razão dessa fusão é tripla:

- de fato, as diferenças autais entre os três tipos de ensino não são tais que justifiquem três categorias de estabelecimentos;

- em tese, as diferenças têm de ser menores ainda: há de proporcionar uma sólida cultura geral aos futuros economistas, quadros superiores e médios do comércio e das autarquias etc...; e às normalistas, muitas das quais não integrarão o magistério primário (e as que o farão só deveriam tornar-se professoras depois de um ano de profissionalização pós-colegial, sob a orientação da "Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério - ver capítulo a respeito).

- Em termos de mercado do trabalho, é conveniente que sejam preservadas, até o fim do ciclo colegial, as possibilidades de transferência entre os três ramais.

B) Introdução, em caráter experimental de um ensino colegial que não desembocaria sobre o ensino superior, constituindo assim um colégio "curto", ao lado do colegial tradicional, ou "longo".

Trata-se, ao mesmo tempo, de evitar o engarrafamento de certos vestibulares e de atender à demanda, que só poderá crescer, de técnicos de nível médio.

Há de precisar:

a) os currículos do colegial "curto" teriam de ser bastante práticos, sem prejuízo da cultural geral.

b) não se deve, porém, confundir o colegial "curto" com



o atual ensino técnico - industrial, agrícola ou comercial: o ensino técnico poderá também comportar um colegial "longo"; e o ensino secundário, reciprocamente, um colegial "curto". Pode-se prever, nos mesmos termos, um colegial normal "longo", para as normalistas que se revelarem capazes quer de fazer um curso superior completo (não devendo, porém, ser sistematicamente encorajada tal orientação; havendo, em todo caso, de vinculá-la a um compromisso da normalista em relação ao professorado de nível colegial) quer de se tornarem técnicas de educação de nível intermediário (psicólogo escolar, orientador, etc...), mediante dois anos complementares na Faculdade de Educação.<sup>(1)</sup>

Essas sugestões são compatíveis com as enunciadas no item A: dentro dos estabelecimentos comuns ao secundário, ao normal e ao comercial, poderia perfeitamente haver, para cada modalidade de ensino e para cada matéria, comum ou específica, uma distinção entre ciclo "longo" e ciclo "curto".

c) A escolha - colegial "curto" ou "longo" - far-se-ia no fim do ginásio, com a colaboração de um Serviço de Orientação Vocacional, mostrando aos alunos suas possibilidades e a evolução provável do mercado do trabalho. Não seria compulsória.

d) Haveria sempre mecanismos de recuperação, permitindo ao aluno mal orientado, inicialmente, para o ensino "curto" passar para o "longo", ou reciprocamente. Principalmente no fim da 1ª série.

A generalização, após experiência, dos dois tipos de ensino, tornaria mais fácil a generalização do regime do Colégio Universitário, para os alunos do colegial "longo". Pelo menos nos ramos em que se evidencia, realmente, a necessidade do Colégio Universitário: isto é, quando se verifica grande descompasso entre o nível do ensino médio e as exigências (contanto que estas não sejam arbitrárias) do 1º ano universitário. Nesses ramos, a fórmula do Colégio Universitário não mais poderia ser acusada de seletiva, reservando suas vagas a poucos eleitos: essas vagas poderiam, com relativa rapidez, ser de número igual ao dos alunos do curso médio "longo".

---

(1) A necessidade do curso colegial "longo" não nos parece, impor-se, no caso dos professores normalistas para o ginásio.

C) Aumento maciço do número e melhoria da qualidade dos professôres das disciplinas científicas - cuja demanda, em qualquer das hipóteses encaradas, crescerá substancialmente nos próximos anos. Não sendo provável um aumento rápido do número dos licenciados, as faculdades poderiam - isoladamente ou em colaboração com o CECIRS - promover <sup>(1)</sup> uma formação emergencial de tipo intermediário (2 anos: mais rica, portanto, do que a que admitimos para o professorado ginásial). Os direitos dêsses professôres, os lugares onde poderiam ensinar, teriam de ser cuidadosamente definidos, para não prejudicar os licenciados. Tal solução, embora não ideal, seria preferível ao empirismo atual.

\*

\*                    \*

As idéias acima trazem algumas sugestões para o organograma da Secretaria:

1. A Divisão de Ensino Médio passaria à categoria de Departamento.

2. Haveria duas Divisões nesse Departamento: Ensino Ginásial e Ensino Colegial. Os assuntos referentes ao ensino médio, atualmente tratados na Divisão de Ensino Particular, passariam para uma ou outra dessas divisões, conforme os casos.

3. Seria criado o Serviço de Orientação Vocacional, destinado a orientar os alunos no fim do ginásial, durante o ciclo colegial e na saída dêste ciclo.

---

(1) Além da reciclagem (cursos de verão, estágios) e da orientação (classes-pilôto, material didático), que são medidas a curto prazo.

Revisão / Plano de Educação Estadual  
Nº 741/A

C E O S E

RECOMENDAÇÕES SOBRE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA  
DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DOCUMENTO BO  
JACQUES TORFS  
UNESCO  
Julho de 1967

PLANO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL

1. DEFINIÇÕES

Planejamento é um processo que permite a realização eficiente, racional e econômica dos objetivos e metas fixadas pela coletividade.

O Plano educacional estadual estabelecerá metas e objetivos econômicos, pedagógicos, culturais e sociais, em função das metas gerais do plano da Nação, do Plano de Educação Nacional e dos planos econômicos, sociais e culturais do Estado, formulados pelo PLAMEG. Levará em conta as previsões das necessidades em mão-de-obra e profissionais, os objetivos de melhoria social do Governo e as aspirações culturais da comunidade.

O Plano educacional estadual descreverá os meios de realização desses objetivos, ou seja, a política educacional estadual e as medidas administrativas, econômicas, financeiras e pedagógicas, que deverão ser mobilizadas durante um período definido, para assegurar a realização, total ou parcial, dessa política e dos objetivos. A descrição das medidas será detalhada, geográfica e funcionalmente, e constituir-se-á em plano de trabalho da Secretaria, ficando seus órgãos executivos encarregados de cumpri-lo dentro dos prazos previstos.

Este planejamento, para ser válido, deverá ser completo e integral, ou seja, abarcar todas as formas e níveis de ensino e assegurar harmônica utilização dos vários instrumentos de decisão e execução. É impossível planejar a educação primária, sem planejar a média ou, desenvolver o sistema estadual de ensino, sem levar em conta a evolução dos sistemas municipais ou particulares.

2. REQUISITOS

Existem em Santa Catarina condições propícias à elaboração de um Plano educacional.

- a) Os planos e estudos do desenvolvimento econômico e social da União e do Estado são suficientemente adiantados para permitir a definição de objetivos econômicos e sociais gerais para um Plano Estadual de Educação.
- b) O Estado dispõe de técnicos competentes em estatísticas, planejamento e pedagogia.
- c) Também dispõe da informação técnica especializada e de parte das estatísticas educacionais necessárias.

3. CONTEÚDO DO PLANO. PRAZO.

Nessas circunstâncias, recomenda-se dar início imediato aos trabalhos de elaboração do Plano.

O documento BD, anexo, descreve a lista dos temas que devera desenvolver e dos trabalhos que deverá apresentar.

O plano educacional, em suas linhas gerais, será estabelecido para um período de vinte anos, prazo durante o qual pode efetuar-se a formação

completa do cidadão, desde a escola pré-primária aos últimos anos da universidade.

O plano apresentará uma forma mais especificamente detalhada para um período de cinco anos, prazo durante o qual as perspectivas da evolução econômica e financeira e a orientação geral do Estado podem ser previstas com precisão maior.

Os planos de 5/20 anos serão revistos anualmente e substituídos por novos planos de uma duração igual. Assim, elaborar-se-á em 1967 o plano 1968/72/87, e em 1968 o plano 1969/73/88.

O primeiro ano de cada plano de 5/20 anos definirá em todos os seus detalhes o orçamento-programa para o ano seguinte, devendo as tarefas de elaboração do orçamento-programa ser inteiramente ligadas e subordinadas às tarefas de elaboração do Plano Educacional.

#### 4. ETAPAS DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS

A Secretaria de Educação, assim como órgãos que trabalham em íntima relação com ela, como o PLAMEG e a FACULDADE DE ENSINO, dispõem de parte importante, mas não da totalidade ou da maioria dos dados importantes e das informações enumeradas no documento BD.

Nessas condições, seria impossível adiantar, agora, a elaboração de um plano definitivo, que deveria abranger todo o material incluído no documento BD.

Para obter a informação restante, seria necessário dar início a um recenseamento detalhado da situação educacional.

Para cumprir as determinações da União e poder receber verbas federais em 1969, o Estado terá que apresentar, em março de 1968, um Plano de Educação.

Será, portanto, necessário adotar medidas excepcionais e adiantar, agora, com os dados disponíveis, a elaboração de um plano de emergência, cujo conteúdo é descrito no documento BE, anexo. A elaboração do "verdadeiro" plano só poderá ser empreendida quando os resultados do recenseamento estiverem prontos.

Deve-se observar, também, que durante a elaboração do Plano de Emergência e do Plano Estadual de Educação, os trabalhos de planejamento se processarão em ritmo intenso, exigindo a participação de pessoal numeroso e qualificado e a operação contínua de um sistema eficiente de consultas e deliberações.

Terminado o primeiro Plano, produzir-se-á uma modificação na natureza dos trabalhos: o pessoal encarregado do Plano deverá dedicar um tempo maior à fiscalização e controle da realização do Plano e à elaboração de orçamentos-programa, e tempo menor à revisão anual do próprio Plano.

Em consequência, a elaboração e a aplicação do Plano Educacional exigirá duas etapas essenciais e dois sistemas administrativos. Devem ser analisadas separadamente as estruturas necessárias durante a elaboração do Plano de Emergência e do Primeiro Plano de Educação Estadual e as que deverão existir, uma vez terminados esses trabalhos.

#### 5. INSTRUMENTO CENTRAL

Quaisquer que sejam as etapas ou estruturas propostas, um plano não pode ser criado através de um processo de aglomeração de projetos e subplanos, nem ser o resultado de discussões de tipo parlamentar, ou de intuições filosóficas ou poéticas de pedagogos inspirados.

Uma das características fundamentais das atividades de planejamento é a de deverem ser realizadas por um grupo reduzido de técnicos, que trabalham sob regime de tempo integral e sob a orientação e direção de um chefe único e altamente qualificado.

Por razões de conveniência e de lógica este grupo deve ser a Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação. O plano, e as suas revisões, devem ser aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, cuja tarefa essencial deve ser, na realidade, o trabalho de estudo, consideração, deliberação e revisão do plano.

Nas condições atuais, não dispõe o Conselho de técnicos para os estudos adicionais, nem de pessoal e dos serviços indispensáveis à realização das demais tarefas. Seria, então, lógico, que a Assessoria de Planejamento da Secretaria funcionasse como assessoria do Conselho.

Em Santa Catarina, no momento atual, o único órgão que nos parece capacitado para criar um grupo adequado de planejamento e para organizar uma Assessoria de alto nível, é a Faculdade de Educação da Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Para assegurar a necessária independência da Assessoria de Planejamento durante o período de elaboração dos planos, e a continuidade dos trabalhos depois da apresentação do primeiro plano educacional, a Assessoria deveria ser instituída na forma de uma FUNDAÇÃO.

## 6. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O melhor dos planos pode transformar-se em exercício intelectual sem qualquer utilidade, se não existir o desejo de realizá-lo. Da mesma forma, não será possível a sua execução, se faltarem os instrumentos administrativos apropriados.

Tôda a cúpula da Secretaria manifestou o desejo de adequar a reforma administrativa da Secretaria às exigências do planejamento.

É este um fator altamente favorável: a existência de uma estrutura administrativa apropriada é tão indispensável, que se deve considerar a reforma da administração como condição indispensável para o êxito das atividades de Planejamento.

Notar-se-á que todos os temas que interessam aos planejadores, interessam, inevitavelmente, aos técnicos da reforma e, tanto uns como os outros, não poderão realizar um trabalho útil, sem coordenar seus esforços de maneira contínua.

Assim sendo, a descrição dos instrumentos a serem utilizados no estudo e elaboração do Plano incluirá os necessários ao estudo e elaboração da Reforma Administrativa.

## 7. INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS DE PLANEJAMENTO

### ETAPA DE ELABORAÇÃO DOS PRIMEIROS PLANOS

Para adiantar a elaboração do Plano de Emergência e as atividades paralelas indispensáveis à sua boa execução será necessário criar uma Assessoria de Planejamento, uma Comissão de Reforma Administrativa, um Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas e vários grupos de trabalho que poderão estudar e formular opiniões sobre temas gerais ou especiais a eles submetidos pela Assessoria ou pela Comissão.

a. Assessoria de Planejamento

Durante a primeira etapa de suas atividades, o trabalho da Assessoria de Planejamento consistirá principalmente na elaboração do Plano de Emergência, do Plano Estadual de Educação, que conterão todos os objetivos, programas, cálculos e a legislação descritos nos documentos BD e BE, anexos.

Devido à natureza do material que deve ser incluído no Plano, a Assessoria deveria ter, entre seus membros:

- um economista
- um especialista em estatísticas e interpretação estatística
- um educador
- um especialista em administração pública.

A Assessoria terá a responsabilidade eminente pela elaboração e redação do Plano. Obterá as informações e orientações necessárias através de:

- i - seus próprios estudos e recursos;
- ii - estudos e amostragens realizados por firmas privadas, pelo Centro de Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e pelas demais organizações do Estado.
- iii - Os conselhos e recomendações de quatro grupos de trabalho, assim:

1º Grupo de Objetivos Educacionais

Este grupo participará da descrição da filosofia educacional do Plano (Capítulo I dos documentos BD e BE) e será composto de educadores, chefes dos departamentos técnico-pedagógicos da Secretaria e do Centro de Pesquisas Educacionais, assim como de economistas.

2º Grupo de Orientação Econômica

Este grupo, de economistas, definirá os objetivos do ensino médio do 2º ciclo, do ensino superior e da educação de adultos.

3º Grupo de Orientação Financeira

Este grupo, de economistas e administradores, estudará os recursos financeiros disponíveis para a realização do plano.

4º Grupo de Custos

Este grupo, integrado por economistas e engenheiros, informará a Assessoria de Planejamento sobre todos os assuntos relacionados com custos unitários de ensino, salários, custos de construção e conservação, etc.

A Assessoria de Planejamento consultará regularmente o Secretário de Educação, o Conselho Estadual de Educação, assim como tôdas as organizações do Estado interessadas em Planejamento ou Educação, e particularmente a PLAMEG e a FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

O Plano será apresentado para aprovação prévia ao Secretário e aprovação final do Conselho Estadual.

b. Comissão de Reforma Administrativa

O trabalho da Comissão da Reforma Administrativa consistiria principalmente na preparação do texto definitivo da nova Organização Administrativa da Secretaria, de acôrdo com as recomendações dos CEOSE.

A Comissão deverá ter entre seus membros:

- um especialista em administração pública
- um educador
- um economista

A Comissão de Reforma Administrativa será assessorada por um grupo de trabalho, assim:

Grupo de Organização e Métodos

Este grupo, composto dos chefes dos departamentos da Secretaria e dos assessores do Governo em matéria de organização administrativa e dos especialistas da Universidade Federal de Santa Catarina, dedicar-se-á principalmente ao estudo das exigências administrativas do sistema de ensino.

c. Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas

Para simplificar os processos administrativos e dispor das informações necessárias ao desenvolvimento e fiscalização permanentes do Plano, recomenda-se organizar, para todos os serviços da Secretaria, um sistema central de informações, cadastro e estatísticas (SCICE), que dependerá diretamente da Assessoria de Planejamento.

A organização deste Centro deverá ser confiada a um grupo de peritos em administração, educação e estatística, sob o alto controle do chefe da Assessoria de Planejamento.

A primeira tarefa do Serviço será a de realizar o levantamento de um Recenseamento básico. Este Recenseamento deverá ser conceituado de tal maneira que permita realizar as seguintes operações:

1. Dar à Assessoria de Planejamento tôdas as informações necessárias à elaboração dos Planos (ver Documentos BD e BE).
2. Ser utilizado como instrumento de controle administrativo principal da Secretaria.

Deverá, portanto, este Recenseamento ser organizado de forma a ser convertido numa operação permanente.

A Comissão deverá dispor de dois grupos de estudo, ou sejam:

1º - Grupo de Formulários

O Serviço Central de Informações será o instrumento único, através do qual os demais departamentos, divisões, assessorias, etc. da Secretaria, poderão obter as informações sistemáticas que necessitam para basear as suas decisões e atividades. Estes órgãos não poderão mais dispor de serviços autônomos de estatística ou de informação sistemática. Isto implica em que o Centro de informações, estatísticas e cadastro deverá conhecer perfeitamente as necessidades de cada uma das demais organizações da Secretaria.

A finalidade do Grupo de Formulários será definir essas necessidades.

Este Grupo integrado por todos os altos funcionários da Secretaria, assessores, chefe do escritório de pesquisas e alguns Inspectores e Supervisores, definirá:



- 1º - O tipo de informação quantitativa e qualitativa de que necessitarão cada um dos serviços da Secretaria e o Conselho para realizar os seus trabalhos rotineiros e os que implicam na elaboração e execução do Plano.
- 2º - A parte destas informações que deverá ser coletada pela Secretaria e a parte a ser obtida pelas outras organizações dependentes do Governo do Estado.
- 3º - A estrutura e o texto dos formulários a serem preenchidos pelos professores, regentes, inspetores, supervisores, para fornecerem regularmente as informações necessárias.
- 4º - A periodicidade na coleta das informações.

2º - Grupo de Contrôlo e Classificação de Dados

Recomenda-se que tôdas as informações necessárias para a elaboração do Plano, assim como para seu desenvolvimento e execução e tôdas as informações do sistema centralizado de cadastro e informações, sejam integradas nas fichas de um sistema eletrônico de contrôle e classificação de dados.

O Grupo de Contrôlo e Classificação de Dados, composto por engenheiros especialistas em computadores, de economistas e de especialistas em administração, deverá assegurar o melhor aproveitamento do sistema eletrônico e, também, definir, de antemão e de maneira absolutamente clara, os tipos de operações que não poderão ser realizadas eficientemente através do computador.

Especificamente o Grupo deverá:

- 1º - Examinar todos os formulários e questionários apresentados pelo Grupo de Informações e Formulários e compatibilizá-los com as exigências do sistema eletrônico.
- 2º - Estudar a forma pela qual o sistema eletrônico poderá dispensar uma informação contínua aos diversos órgãos da Secretaria e estudar se esta forma é compatível com as necessidades.
- 3º - Estudar os custos de operação do sistema eletrônico, comparando-os com os custos de sistemas mecânicos ou tradicionais.
- 4º - Se fôr aconselhável, recomendar a utilização de um sistema misto no qual o computador só será utilizado para realizar parte das operações necessárias.

Nº 741

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes

Coordenador dos CEOS

Do: Prof. Jacques Torfs

Perito da UNESCO

Prof. Durmeval Trigueiro,

Tenho o prazer de enviar-lhe em anexo o documento BO: "Recomendações sobre Organização Administrativa dos Sistemas de Planejamento Educacional, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

  
Jacques Torfs

## SANTA CATARINA

PLANO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL1. DEFINIÇÕES

Planejamento é um processo que permite a realização eficiente, racional e econômica dos objetivos e metas fixadas pela coletividade.

O Plano educacional estadual estabelecerá metas e objetivos econômicos, pedagógicos, culturais e sociais, em função das metas gerais do plano da Nação, do Plano de Educação Nacional e dos planos econômicos, sociais e culturais do Estado, formulados pelo PLAMEG. Levará em conta as previsões das necessidades em mão-de-obra e profissionais, os objetivos de melhoria social do Governo e as aspirações culturais da comunidade.

O plano educacional estadual descreverá os meios de realização desses objetivos, ou seja, a política educacional estadual e as medidas administrativas, econômicas, financeiras e pedagógicas, que deverão ser mobilizadas durante um período definido, para assegurar a realização, total ou parcial, dessa política e dos objetivos. A descrição das medidas será detalhada, geográfica e funcionalmente, e constituir-se-á em plano de trabalho da Secretaria, ficando seus órgãos executivos encarregados de cumpri-lo dentro dos prazos previstos.

Este planejamento, para ser válido, deverá ser completo e integral, ou seja, abarcar todas as formas e níveis de ensino e assegurar harmoniosa utilização dos vários instrumentos de decisão e execução. É impossível planejar a educação primária, sem planejar a média ou, desenvolver o sistema estadual de ensino, sem levar em conta a evolução dos sistemas municipais ou particulares.

2. REQUISITOS

Existem em Santa Catarina condições propícias à elaboração de um Plano educacional.

- a) Os planos e estudos do desenvolvimento econômico e social da União e do Estado são suficientemente adiantados para permitir a definição de objetivos econômicos e sociais gerair para um Plano Estadual de Educação.
- b) O Estado dispõe de técnicos competentes em estatísticas, planejamento e pedagogia.
- c) Também dispõe da informação técnica especializada e de parte das estatísticas educacionais necessárias.

### 3. CONTEÚDO DO PLANO. PRAZO.

Nessas circunstâncias, recomenda-se dar início imediato aos trabalhos de elaboração do Plano.

O documento BD, anexo, descreve a lista dos temas que deverá desenvolver e dos trabalhos que deverá apresentar.

O plano educacional, em suas linhas gerais, será estabelecido para um período de vinte anos, prazo durante o qual pode efetuar-se a formação completa do cidadão, desde a escola pré-primária aos últimos anos da universidade.

O plano apresentará uma forma mais especificamente detalhada para um período de cinco anos, prazo durante o qual as perspectivas da evolução econômica e financeira e a orientação geral do Estado podem ser previstas com precisão maior.

Os planos de 5/20 anos serão revistos anualmente e substituídos por novos planos de uma duração igual. Assim, elaborar-se-á em 1967 o plano 1968/72/87, e em 1968 o plano 1969/73/88.

O primeiro ano de cada plano de 5/20 anos definirá em todos os seus detalhes o orçamento-programa para o ano seguinte, devendo as tarefas de elaboração do orçamento-programa ser inteiramente ligadas e subordinadas às tarefas de elaboração do Plano Educacional.

### 4. ETAPAS DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS

A Secretaria de Educação, assim como órgãos que trabalham em íntima relação com ela, como o PLAMEG e a FACULDADE DE ENSINO, dispõem de parte importante, mas não da totalidade ou da maioria dos dados importantes e das informações enumeradas no documento BD.

Nessas condições, seria impossível adiantar, agora, a elaboração de um plano definitivo, que deveria abranger todo o material incluído no documento BD.

Para obter a informação restante, seria necessário dar início a um recenseamento detalhado da situação educacional.

Para cumprir as determinações da União e poder receber verbas federais em 1969, o Estado terá que apresentar, em março de 1968, um Plano de Educação.

Será, portanto, necessário adotar medidas excepcionais e adiantar, agora, com os dados disponíveis, a elaboração de um plano de emergência, cujo conteúdo é descrito no documento BE, anexo. A elaboração do "verdadeiro" plano só poderá ser empreendida quando os resultados do recenseamento estiverem prontos.

Deve-se observar, também, que durante a elaboração do Plano de Emergência e do Plano Estadual de Educação, os trabalhos de planejamento se processarão em ritmo intenso, exigindo a participação de pessoal numeroso e qualificado e a operação contínua de um sistema eficiente de consultas e deliberações.

Terminado o primeiro Plano, produzirá-se uma modificação na natureza dos trabalhos: o pessoal encarregado do Plano deverá dedicar um tempo maior à fiscalização e controle da realização do Plano e à elaboração de orçamentos-programa, e tempo menor à revisão anual do próprio Plano.

Em consequência, a elaboração e a aplicação do Plano Educacional exigirá duas etapas essenciais e dois sistemas administrativos. Devem ser analisadas separadamente as estruturas necessárias durante a elaboração do Plano de Emergência e do Primeiro Plano de Educação Estadual e as que deverão existir, uma vez terminados esses trabalhos.

##### 5. INSTRUMENTO CENTRAL

Quaisquer que sejam as etapas ou estruturas propostas, um plano não pode ser criado através de um processo de aglomeração de projetos e sub-planos, nem ser o resultado de discussões de tipo parlamentar, ou de intuições filosóficas ou poéticas de pedagogos inspirados.

Uma das características fundamentais das atividades de planejamento é a de deverem ser realizadas por um grupo reduzido de técnicos, que trabalham sob regime de tempo integral e sob a orientação e direção de um chefe único e altamente qualificado.

Por razões de conveniência e de lógica este grupo deve ser a Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação. O plano, e as suas revisões, devem ser aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, cuja tarefa essencial deve ser, na realidade, o trabalho de estudo, consideração, deliberação e revisão do plano.

Nas condições atuais, não dispõe o Conselho de técnicos para os estudos adicionais, nem de pessoal e dos serviços indispensáveis à realização das demais tarefas. Seria, então, lógico, que a Assessoria de Planejamento da Secretaria funcionasse como assessoria do Conselho.

Em Santa Catarina, no momento atual, o único órgão que nos parece capacitado para criar um grupo adequado de planejamento e para organizar uma Assessoria de alto nível, é a Faculdade de Educação da Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Para assegurar a necessária independência da Assessoria de Planejamento durante o período de elaboração dos planos, e a continuidade dos trabalhos depois da apresentação do primeiro plano educacional, a Assessoria deveria ser instituída na forma de uma FUNDAÇÃO.

## 6. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O melhor dos planos pode transformar-se em exercício intelectual sem qualquer utilidade, se não existir o desejo de realizá-lo. Da mesma forma, não será possível a sua execução, se faltarem os instrumentos administrativos apropriados.

Toda a cúpula da Secretaria manifestou o desejo de adequar a reforma administrativa da Secretaria às exigências do planejamento.

É este um fator altamente favorável: a existência de uma estrutura administrativa apropriada é tão indispensável, que se deve considerar a reforma da administração como condição indispensável para o êxito das atividades de Planejamento.

Notar-se-á que todos os temas que interessam aos planejadores, interessam, inevitavelmente, aos técnicos da reforma e, tanto uns como os outros, não poderá realizar um trabalho útil, sem coordenar seus esforços de maneira contínua.

Assim sendo, a descrição dos instrumentos a serem utilizados no estudo e elaboração do Plano incluirá os necessários ao estudo e elaboração da Reforma Administrativa.

## 7. INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS DE PLANEJAMENTO

### ETAPA DE ELABORAÇÃO DOS PRIMEIROS PLANOS

Para adiantar a elaboração do Plano de Emergência e as atividades paralelas indispensáveis à sua boa execução será necessário criar uma Assessoria de Planejamento, uma Comissão de Reforma Administrativa, um Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas e vários grupos de trabalho que poderão estudar e formular opiniões sobre temas gerais ou especiais a eles submetidos pela Assessoria ou pela Comissão.

#### a. Assessoria de Planejamento

Durante a primeira etapa de suas atividades, o trabalho da Assessoria de Planejamento consistirá principalmente na elaboração do Plano de Emergência, do Plano Estadual de Educação, que conterão todos os objetivos, programas, cálculos e a legislação descritos nos documentos BD e BE, anexos.

Devido à natureza do material que deve ser incluído no Plano, a Assessoria deveria ter, entre seus membros:

- um economista
- um especialista em estatísticas e interpretação estatística
- um educador
- um especialista em administração pública.

A Assessoria terá a responsabilidade eminente pela elaboração e redação do Plano. Obterá as informações e orientações necessárias através de:

- i - seus próprios estudos e recursos;
- ii - estudos e amostragens realizados por firmas privadas, pelo Centro de Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e pelas demais organizações do Estado.

iii - Os conselhos e recomendações de quatro grupos de trabalho, assim:

1º - Grupo de Objetivos Educacionais

Este grupo participará da descrição da filosofia educacional do Plano (Capítulo I dos documentos BD e BE) e será composto de educadores, chefes dos departamentos técnico-pedagógicos da Secretaria e do Centro de Pesquisas Educacionais, assim como de economistas.

2º - Grupo de Orientação Econômica

Este grupo, de economistas, definirá os objetivos do ensino médio do 2º ciclo, do ensino superior e da educação de adultos.

3º - Grupo de Orientação Financeira

Este grupo, de economistas e administradores, estudará os recursos financeiros disponíveis para a realização do plano.

4º - Grupo de Custos

Este grupo, integrado por economistas e engenheiros, informará a Assessoria de Planejamento sobre todos os assuntos relacionados com custos unitários de ensino, salários, custos de construção e conservação, etc.

A Assessoria de Planejamento consultará regularmente o Secretário de Educação, o Conselho Estadual de Educação, assim como todas as organizações do Estado interessadas em Planejamento ou Educação, e particularmente a PLAMEG e a FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

O Plano será apresentado para aprovação prévia ao Secretário e aprovação final do Conselho Estadual.

b. Comissão de Reforma Administrativa

O trabalho da Comissão da Reforma Administrativa consistiria principalmente na preparação do texto definitivo da nova Organização Administrativa da Secretaria, de acordo com as recomendações dos CEOSE.



A Comissão deverá ter entre seus membros:

- um especialista em administração pública
- um educador
- um economista.

A Comissão de Reforma Administrativa será assessorada por um grupo de trabalho, assim:

Grupo de Organização e Métodos

Este grupo, composto dos chefes dos departamentos da Secretaria e dos assessôres do Governo em matéria de organização administrativa e dos especialistas da Universidade Federal de Santa Catarina, dedicar-se-á principalmente ao estudo das exigências administrativas do sistema de ensino.

c. Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas

Para simplificar os processos administrativos e dispor das informações necessárias ao desenvolvimento e fiscalização permanentes do Plano, recomenda-se organizar, para todos os serviços da Secretaria, um sistema central de informações, cadastro e estatísticas (SCICE), que dependerá diretamente da Assessoria de Planejamento.

A organização deste Centro deverá ser confiada a um grupo de peritos em administração, educação e estatística, sob o alto controle do chefe da Assessoria de Planejamento.

A primeira tarefa do Serviço será a de realizar o levantamento de um Recenseamento básico. Este Recenseamento deverá ser conceituado de tal maneira que permita realizar as seguintes operações:

1. Dar à Assessoria de Planejamento todas as informações necessárias à elaboração dos Planos (ver Documentos BD e BE).
2. Ser utilizado como instrumento de controle administrativo principal da Secretaria.

Deverá, portanto, este Recenseamento ser organizado de forma a ser convertido numa operação permanente.

A Comissão deverá dispor de dois grupos de estudo, ou sejam:

- 1º - Grupo de Formulários

O Serviço Central de Informações será o instrumento único, através do qual os demais departamentos, divisões, assessorias, etc. da Secretaria, poderão obter as informações sistemáticas que necessitam para basear as suas decisões e atividades. Estes órgãos não poderão mais dispor de serviços autônomos de estatística ou de informação sistemática. Isto implica em que o Centro de informações, estatísticas e cadatros deverá conhecer perfeitamente as necessidades de cada uma das demais organizações da Secretaria.

A finalidade do Grupo de Formulários será definir essas necessidades.

Este Grupo integrado por todos os altos funcionários da Secretaria, assessôres, chefe do escritório de pesquisas e alguns Inspetores e Supervisores, definirá:

- 1º - O tipo de informação quantitativa e qualitativa de que necessitarão cada um dos serviços da Secretaria e o Conselho para realizar os seus trabalhos rotineiros e os que implicam na elaboração e execução do Plano.
- 2º - A parte destas informações que deverá ser coletada pela Secretaria e a parte a ser obtida pelas outras organizações dependentes do Governo do Estado.
- 3º - A estrutura e o texto dos formulários a serem preenchidos pelos professores, regentes, inspetores, supervisores, para fornecerem regularmente as informações necessárias.
- 4º - A periodicidade na coleta das informações.
- 2º - Grupo de Contrôlo e Classificação de Dados

Recomenda-se que tôdas as informações necessárias para a elaboração do Plano, assim como para seu desenvolvimento e execução e tôdas as informações do sistema centralizado de cadastro e informações, sejam integradas nas fichas de um sistema eletrônico de contrôlo e classificação de dados.

O Grupo de Contrôles e Classificação de Dados, composto por engenheiros especialistas em computadores, de economistas e de especialistas em administração, deverá assegurar o melhor aproveitamento do sistema eletrônico e, também, definir, de antemão e de maneira absolutamente clara, os tipos de operações que não poderão ser realizadas eficientemente através de computador.

Especificamente o Grupo deverá:

- 1º - Examinar todos os formulários e questionários apresentados pelo Grupo de Informações e Formulários e compatibilizá-los com as exigências do sistema eletrônico.
- 2º - Estudar a forma pela qual o sistema eletrônico poderá dispensar uma informação contínua aos diversos órgãos da Secretaria e estudar se esta forma é compatível com as necessidades.
- 3º - Estudar os custos de operação do sistema eletrônico, comparando-os com os custos de sistemas mecânicos ou tradicionais.
- 4º - Se for aconselhável, recomendar a utilização de um sistema misto no qual o computador só será utilizado para realizar parte das operações necessárias.



Estado de Santa Catarina

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

OFÍCIO N.º 210/67

Florianópolis, 10 de julho de 1967

Senhor Coordenador:

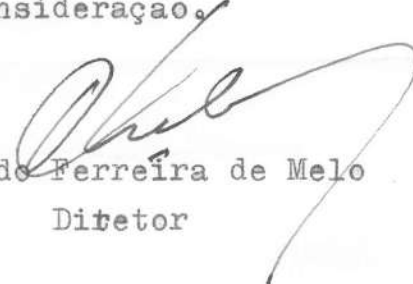
Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que / em data de 8 do corrente, com a presença do Exmº Sr. Governador do Estado, encerrou-se o Colóquio Estadual sôbre os Sistemas de Ensino, realizado nesta Capital, sob a coordenação local da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Posso assegurar a V. Exa. o pleno êxito do certame que contou com a participação de delegações da Secretaria de / Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade para o Desenvolvimento do Estado / de Santa Catarina, Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Govêrno do Estado, Senai, Senac, Acaresc e outras.

Os Profs. Michel Debrun e Jacques Torfs da UNESCO conduziram todos os trabalhos, tendo-se obtido, nos debates realizados, um levantamento da problemática educacional do Estado, com / vistas ao planejamento.

Os representantes do INEP e UNESCO levam a V. Exa. farta documentação referente ao colóquio.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. meus protestos da mais elevada consideração.

  
Osvaldo Ferreira de Melo  
Diretor

Ao Exmo. Senhor  
Prof. Dumerval Trigueiro Mendes  
DD. Coordenador dos CEOSE  
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais  
Caixa Postal 1-02 - Botafogo  
Rio de Janeiro - GB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 DADOS SÔBRE ATUAÇÃO DO GOVÊRNO FEDERAL  
 NO SETOR DO ENSINO

---

|  |       |
|--|-------|
| 1. <u>Pincípio normativo da Constituição do Brasil de 1967</u> .....       | p. 1  |
| 2. <u>Objetivos gerais da Educação Brasileira no Plano Decenal</u> .....   | p. 1  |
| 3. <u>Tarefa dos CEOSE</u> .....   | p. 1  |
| 4. <u>Estrutura administrativa dos Serviços de Educação em S.Catarina.</u> | p. 1  |
| 5. ENSINO PRIMÁRIO   |       |
| 5.1. Dados estatísticos .....  | p. 3  |
| 5.2. Norma constitucional e metas do Plano Nac. de Educação ....           | p. 4  |
| 5.3. Metas sugeridas pela Faculdade de Educação .....                      | p. 4  |
| 5.4. Recursos do Plano Nac. de Educação .....                              | p. 4  |
| 5.5. Recursos do Orçamento Estadual para Educação .....                    | p. 5  |
| 5.6. Assistência técnica do INEP .....                                     | p. 5  |
| 5.7. Assistência técnica do DNE .....                                      | p. 6  |
| 5.8. Assistência técnica pelo acôrdo MEC-USAID .....                       | p. 6  |
| 5.9. Analfabetismo e educação de adultos .....                             | p. 6  |
| 6. ENSINO MÉDIO  |       |
| 6.1. Dados estatísticos .....  | p. 7  |
| 6.2. Recursos do Plano Nac. de Educação .....                              | p. 8  |
| 6.3. Metas do Plano Nac. de Educação .....                                 | p. 8  |
| 6.4. Metas sugeridas pela Fac. de Educação .....                           | p. 9  |
| 6.5. Assistência técnica da Dir. do Ensino Secundário .....                | p. 9  |
| 6.6. Assistência de outros setores .....                                   | p. 10 |
| 6.7. Assistência técnica pelo acôrdo MEC-USAID .....                       | p. 10 |
| 7. ENSINO SUPERIOR   |       |
| 7.1. Dados estatísticos .....  | p. 10 |
| 7.2. Recursos do Orçamento-Programa para 1967 .....                        | p. 11 |
| 7.3. Recursos da C.E.E.F.F. para 1967 .....                                | p. 11 |
| 7.4. Metas do Plano Nac. de Educação .....                                 | p. 12 |
| 7.5. Metas sugeridas pela Fac. de Educação .....                           | p. 12 |
| 7.6. Equipe de Planejamento do Ensino Superior .....                       | p. 12 |
| 7.7. Assistência técnica da CAPES .....                                    | p. 12 |
| 8. SENAI EM SANTA CATARINA - 1966 .....                                    |       |
| A. Cursos de aprendizagem .....  | p. 13 |
| B. Cursos para adultos .....   | p. 13 |
| C. Levantamento de mão-de-obra industrial .....                            | p. 13 |
| 9. SENAC EM SANTA CATARINA - 1966 .....                                    |       |
|  | p. 14 |

---

## 1. PRINCÍPIO NORMATIVO DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1967

Pela organização jurídica em vigor no País, a atuação do Governo Federal no setor do ensino terá caráter supletivo, isto é, a iniciativa da União será condicionada pelas deficiências locais (art. 169), excluídos os Territórios, administrados pelo sistema federal.

Assim sendo, caberá à União prestar assistência técnica e financeira ao desenvolvimento dos sistemas estaduais, conforme dispõe o § 1º do art. 169.

## 2. OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PLANO DECENAL\*

Na definição do Plano, a educação brasileira deverá proporcionar, no período 1967-76, a "consolidação da estrutura de capital humano, em quantidade e qualidade adequadas, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico".

Em consequência, as rês de ensino médio e superior terão que se capacitar para a formação de mão-de-obra especializada, dispensando a uma parcela dos contingentes de nível superior formação adequada visando à adaptação de novas técnicas emergentes no rápido processo de evolução científica e tecnológica.

Deverá intensificar-se o treinamento - incluída a aprendizagem - à medida que a escolarização média se eleve, de modo que os candidatos ao ingresso na força de trabalho, com educação básica, possam absorver as técnicas especializadas, capacitando-se a desempenhar convenientemente seu papel na produção.

## 3. TAREFA DOS CEOSE

A efetiva prestação da assistência técnica referida na Lei de Diretrizes e Bases cabe ao Ministério da Educação e Cultura que, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, vem realizando "Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas de Educação" (CEOSE)

O programa a cumprir em cada Estado, com a duração de uma semana, visa sobretudo: a) ao diagnóstico da situação local, indicando medidas administrativas e técnicas capazes de conduzir à implantação de novas estruturas ou mecanismos no sistema de educação do Estado e na organização da Secretaria de Educação; b) à discussão de idéias que devem lastrear sua política de educação; c) ao processo de planejamento educacional.

A coordenação dos Colóquios está sob a responsabilidade do Prof. Durval Trigueiro Mendes (do Conselho Federal de Educação), contando com a participação dos professores Angel Diego Marques, Jacques Torfs e Michel Debrun (peritos da UNESCO) e de especialistas brasileiros convidados.

## 4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO EM S.CATARINA

A administração dos serviços educacionais acha-se definida na Lei .... 2.975 de 18/12/1961, que estruturou a Secretaria de Educação e Cultura, englobando como órgãos de complementação os Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura e o Grupo de Supervisão. Posteriormente, a Lei .. 3.030, de 15/5/62 deu ao Cons. Estadual de Educação as características previstas na Lei de Diretrizes e Bases. Por sua vez, o Sistema Estadu

---

\* Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Tomo IV - vol. 1 - Educação e Mão-de-Obra, março 1967, 225 págs.

al de Ensino mereceu nova ordenação através da Lei 3.191, de 8/5/63.

#### 4.1. Secretaria de Educação e Cultura

Além dos órgãos de complementação, a SEC abrange:

Órgãos de assessoramento técnico, jurídico, administrativo e serviço de relações públicas.

Órgãos de direção: Departamento de Educação, Departamento de Cultura, Diretoria de Administração e a dos Serviços de Extensão.

O Departamento de Educação compreende: Divisão de Educação Primária, com os serviços de educação pré-primária, primário elementar, primário complementar e primário supletivo.

Divisão de Ensino Especializado, com os serviços de ensino rural, especial, educação artística e física.

Divisão de Ensino Médio: serviços de ensino normal, secundário, agrícola, industrial, comercial e artesanal.

Divisão de Ensino Particular: serviços de inspeção e orientação do ensino, de convênios e bolsas escolares.

Órgãos de execução: Inspetorias Regionais com setores administrativo e técnico, incluídos neste os serviços de estatística educacional, de orientação do ensino e inspetorias escolares; Serviços locais de educação - órgãos representativos da comunidade, de caráter distrital.

O Departamento de Cultura abrange as Divisões: Ciências, Letras e Artes e Instituições Culturais: Biblioteca Pública, Teatro Álvaro de Carvalho, Museu de Arte Moderna, Casa de S.Catarina, Biblioteca Pedagógica e Museu Didático.

A Diretoria de Administração compreende: Serviços de contabilidade, pessoal, material, transporte, comunicações e arquivo, portaria e limpeza.

A Diretoria dos Serviços de Extensão: serviços de levantamento, estudos e pesquisas; orientação, documentação e informação pedagógica, orientação educacional e profissional; assistência escolar; cursos extraordinários; estatística educacional; concursos; prédios e equipamento; publicações.

Segundo o relato da pesquisa\* efetuada pela Faculdade de Educação de S.Catarina, essa estrutura legal não teria ainda alcançado condições de funcionamento, devido sobretudo à carência de pessoal técnico. Vários serviços técnicos estão sendo organizados.

4.2. Conselho Estadual de Educação. É integrado por 14 membros, com mandato de seis anos, sendo a presidência exercida por conselheiro com mandato de um ano. Abrange as comissões de ensino primá -

\* Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais - "Sobre as condições do processo educacional em S.Catarina", Florianópolis, 1967, 192 págs.

rio, de ensino normal, de ensino secundário e técnico, de ensino superior e de legislação e normas. Suas deliberações, salvo em casos de competência específica, dependem de aprovação do Governador do Estado.

- 4.3. Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo. Criado na administração Celso Ramos, o Gabinete realizou o I Plano de Metas para o quinquênio 1961-65, estabelecendo metas sobretudo quantitativas a serem atingidas pelo processo educacional. A presente administração deu continuidade ao PLAMEG, fixando novo Plano de Metas para o quinquênio 1966-70.

Paralelamente ao Gabinete de Planejamento atuam o Grupo Executivo de Prédios Escolares (GEPE) e a Divisão de Pesquisa e Estatística.

## 5. ENSINO PRIMÁRIO

### 5.1. Dados estatísticos.

#### TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO\*

|  |         |
|--|---------|
| Crianças recenseadas de 7 a 11 anos .....  | 349.559 |
| Frequêntam escola .....                    | 252.842 |
| Taxa de escolarização .....                | 72,2%   |
| Crianças recenseadas de 12 a 14 anos ..... | 159.371 |
| Frequêntam escola .....                    | 105.532 |
| Taxa de escolarização .....                | 66,2%   |

#### MOVIMENTO ESCOLAR EM 1964\*\* (Rêdes Estadual, Municipal e Particular)

| Séries | MI      | MF      | A       | Evasão | %A   | %E   |
|--------|---------|---------|---------|--------|------|------|
| 1      | 180.393 | 155.743 | 87.853  | 24.650 | 56,3 | 15,8 |
| 2      | 92.230  | 81.049  | 63.987  | 11.181 | 78,8 | 13,7 |
| 3      | 66.474  | 58.121  | 48.646  | 8.353  | 83,7 | 14,3 |
| 4      | 42.379  | 36.839  | 32.675  | 5.540  | 88,2 | 15,0 |
| 5      | 11.946  | 10.164  | 8.784   | 1.782  | 86,4 | 17,5 |
| 6      | 327     | 283     | 253     | 44     | 89,4 | 15,5 |
| TOTAL  | 393.749 | 342.201 | 242.198 | 51.548 | 70,7 | 15,5 |

#### CORPO DOCENTE

|   |        |
|---|--------|
| - Total de professôres em exercício *** .....   | 12.289 |
| Normalistas de 2º ciclo .....                   | 2.463  |
| Normalistas de 1º ciclo .....                   | 3.224  |
| Pós-colegial .....                              | 89     |
| Não normalistas de 2º ciclo concluído .....     | 592    |
| Não normalistas de 2º ciclo não concluído ..... | 483    |
| Não normalistas de 1º ciclo concluído .....     | 685    |
| Não normalistas de 1º ciclo não concluído ..... | 495    |
| Com o curso primário concluído .....            | 3.572  |
| Com o curso primário não concluído .....        | 686    |
| Não regentes de classe .....                    | 900    |

\* MEC - INEP - I.B.G.E. - Censo Escolar do Brasil - 1964 - 1º vol.

Apurações preliminares, Rio, 1966, XII: 688 p.

\*\* FACULDADE DE EDUCAÇÃO - Subsídios ao Plano Quinquenal de Educação do Estado de Santa Catarina - 1966-70, Florianópolis, 1965, 85 p.

\*\*\* Centro de Estudos Pesquisas Educacionais - "Sobre as condições do processo educacional em S.Catarina, Florianópolis, 1967, 192 pags.



## PRÉDIOS ESCOLARES E SALAS DE AULA

|                                      |        |
|--------------------------------------|--------|
| - Total de prédios escolares *       | 5.508  |
| Salas de aula                        | 10.502 |
| Salas utilizadas para o ensino comum | 8.436  |
| Salas especiais                      | 2.066  |

5.2. Norma constitucional e metas do Plano Nacional de Educação

A Constituição em vigor eleva a escolaridade obrigatória até os 14 anos (art. 168, § 3º, II).

O Plano Nacional de Educação, aprovado em setembro de 1962, adotou as seguintes metas quantitativas para o ensino primário a serem alcançadas em 1970:

- matrícula até a 4ª série, de 100% da população escolar de 7 a 11 anos.
- matrícula na 5ª e 6ª séries, de 70% da população escolar de 12 a 14 anos.

E as seguintes metas qualitativas:

- Até 1970, o sistema escolar deverá contar com professores diplomados, sendo 20% em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial.
- A 5ª e 6ª séries do curso primário deverão oferecer dia completo de atividades escolares, incluindo em seu programa o ensino das artes industriais em oficinas adequadas.

5.3. Metas sugeridas pela Faculdade de Educação

- Adaptação do ensino primário às reais necessidades do Estado, enfatizando-se sua importância na preparação das crianças para sua integração plena na sociedade atual;
- escolarização de toda a população catarinense entre 7 e 12 anos.

5.4. Recursos do Plano Nacional de Educação distribuídos pelo DNE:

Relativos a 1965:

|                                    |                  |
|------------------------------------|------------------|
| 1ª parcela - (av. 2756 de 5-10-66) | Cr\$ 322.200.000 |
| 2ª parcela - (av. 86 de 9-2-67)    | Cr\$ 322.200.000 |
| 3ª parcela - (a pagar)             | Cr\$ 161.100.000 |

Salário Educação:

|                                     |                 |
|-------------------------------------|-----------------|
| 1ª parcela - (av. 2.173 de 15-7-66) | Cr\$ 74.870.800 |
| 2ª parcela - (av. 2.173 de 15-7-66) | Cr\$ 74.870.800 |
| 3ª parcela - (a pagar)              | Cr\$ 37.441.400 |

Relativos a 1966:

|                                     |                  |
|-------------------------------------|------------------|
| 1ª parcela - (av. 3.199 de 5-12-66) | Cr\$ 112.000.000 |
| 2ª parcela - (a pagar)              | Cr\$ 112.000.000 |
| 3ª parcela - (a pagar)              | Cr\$ 56.000.000  |

Salário Educação:

|                        |                  |
|------------------------|------------------|
| 1ª parcela - (a pagar) | Cr\$ 232.848.000 |
| 2ª parcela - (a pagar) | Cr\$ 232.848.000 |
| 3ª parcela - (a pagar) | Cr\$ 116.424.000 |

\* Centro de Estudos Pesquisas Educacionais - "Sobre as condições do processo educacional em S.Catarina, Florianópolis, 1967, 192 págs.

Relativos a 1967:

|                             |                  |
|-----------------------------|------------------|
| Disponível .....            | Cr\$ 594.613.000 |
| 1ª parcela (a enviar) ..... | Cr\$ 297.307.000 |
| 2ª parcela (a enviar) ..... | Cr\$ 297.307.000 |

Não foi ainda elaborado o quadro de recursos do salário-educação para 1967.

#### 5.5. Recursos do orçamento estadual para educação

Relativos a 1965:

|   |                     |
|---|---------------------|
| Gastos orçados com educação .....                         | Cr\$ 11.895.497.000 |
| Taxa dos gastos com educação sôbre a despesa orçada ..... | 15,6%               |

Relativos a 1966:

|   |                     |
|---|---------------------|
| Gastos orçados com educação .....                         | Cr\$ 16.510.649.000 |
| Taxa dos gastos com educação sôbre a despesa orçada ..... | 18,9%               |

Relativos a 1967:

|   |                     |
|---|---------------------|
| Gastos orçados com educação .....                         | Cr\$ 27.228.012.764 |
| Taxa dos gastos com educação sôbre a despesa orçada ..... | 22,1%               |

#### 5.6. Assistência técnica do INEP

Desde sua criação, em 1938, vem o INEP prestando assistência técnica aos Estados, seja pelos Cursos de Aperfeiçoamento de Professores, seja pela assessoria eventualmente solicitada para reformulação dos sistemas de ensino.

O setor de Coordenação de Cursos foi estruturado na administração Murilo Braga em 1947.

Êsses cursos eram realizados inicialmente no Rio de Janeiro destinando-se a professores indicados pelas Secretarias de Educação, incluindo estágios de aperfeiçoamento nas seguintes especialidades: Metodologia da Leitura, do Cálculo, dos Estudos Sociais, Iniciação à Ciência, Artes Industriais, Psicologia Educacional, Administração escolar, Recreação e Jardim de Infância.

Na gestão Anísio Teixeira fêz-se a descentralização, cabendo aos Centros de Pesquisas Educacionais realizá-los. Durante a gestão Carlos Pasquale foram criados os Centros de Treinamento que vêm sendo progressivamente instalados nas unidades da federação. Para Santa Catarina está programado um Centro de Treinamento em Chapecô, com início de obras previsto ainda para 1967; os recursos destinados ao projeto elevam-se a NCr\$ 350.000,00.

A iniciativa dos Centros resultou do Acôrdo básico firmado entre o Governo Federal e as Organizações participantes do "Programa Ampliado de Assistência Técnica" (MEC-INEP-UNESCO-FISI), de 29-12-64, seguido de Convênio Básico, celebrado entre o Governo Federal e o FISI, a 28-3-1966.

Aplicando êsse programa, INEP e FISI realizaram o Primeiro Plano de Operações para um projeto de educação primária e normal, dêle resultando os Centros de Treinamento e Formação do Professor Primário de Emergência e de Professor Supervisor, em funcionamento no Estado da Paraíba.

Êste programa foi reformulado com a reunião efetuada em Brasília

a 12-1-67, com a presença dos secretários de educação, quando foi elaborado um Segundo Plano Mestre de Operações para um Projeto de Educação Primária e Normal, reunindo o MEC, o FISI e a Secretaria de Educação de cada Estado.

De 1948 a 1965 foram beneficiados com bôlsas do INEP 276 professores do Estado de S.Catarina, nos diversos campos da metodologia e do currículo da escola primária; dêsses, 131 receberam formação de supervisor, 16 especializaram-se em artes industriais e 13 em ensino especial.

Em 1966, 42 bolsistas participaram dos cursos, havendo 30 supervisores que receberam formação no Centro do Rio G.do Sul.

Em 1967, há 43 bolsistas, sendo 30 supervisores no curso que se realiza em Curitiba. Os demais nos campos especializados acima referidos.

O Serviço de Expedição do INEP vem atendendo às escolas normais e faculdades de filosofia com publicações e livros editados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, especialmente a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a Bibliografia Brasileira de Educação, a coleção de Guias de Ensino e monografias.

#### 5.7. Assistência técnica do DNE

A partir de 1965, vem o Departamento Nacional de Educação promovendo Cursos de Treinamento para Professôres Leigos no Estado, abrangendo hoje as seguintes localidades: Caçador, Campinzal, Canoinhas, Chapecó, Curitibaanos, Itajaí e Rio do Sul.

Êsses cursos efetuam-se no bimestre janeiro-fevereiro, e em julho, em regime de internato ou semi-internato, sôbre currículo e metodologia do ensino primário.

Dos cursos realizados em 1965, participaram 488 professôres leigos, e 47 professôres titulados receberam formação de supervisor.

Em 1966, cêrca de 900 professôres leigos fizeram o curso de emergência e 90 titulados o de supervisor.

Em 1967, houve 730 professôres leigos no curso de emergência do bimestre janeiro-fevereiro, estando previstos 560 para o curso de julho. Para supervisores, além do encontro estadual de março, está previsto um outro em novembro.

Os professôres leigos cumprem, gradativamente, nesses cursos intensivos etapas correspondentes às séries primárias, retornando à prática de ensino sob orientação do supervisor.

O DNE anuncia a distribuição de 60 bibliotecas com 300 volumes e 250 de 30 volumes às escolas primárias que vêm recebendo sua assistência técnica.

#### 5.8. Assistência técnica pelo acôrdo MEC-USAID

Em decorrência do 1º acôrdo MEC-USAID, foi constituída a "Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário" (EATEP), com escritório no Rio, à Trav. Guimarães Natal, 12 - Copacabana. Além de prestar assistência aos Estados que a solicitarem, a Equipe, composta de 6 educadores brasileiros e 6 norte-americanos, vem realizando estudos sôbre repetência e evasão escolar na fase inicial do ensino primário.

#### 5.9. Analfabetismo e educação de adultos

Os dados preliminares do Censo Demográfico de 1960, divulgados por

1º Serviço Nacional de Recenseamento, apresentam os seguintes índices relativos a Santa Catarina:

|  |           |
|--|-----------|
| POPULAÇÃO PRESENTE .....                 | 2.129.270 |
| População residente .....                | 2.118.130 |
| Homens .....                             | 1.074.257 |
| Mulheres .....                           | 1.043.873 |
| PESSOAS PRESENTES DE 5 ANOS E MAIS ..... | 1.749.950 |
| Sabem ler e escrever .....               | 1.165.088 |
| Taxa de alfabetizados .....              | 66,6%     |

Critério de alfabetização adotado pelo Censo: ler e escrever um bilhete simples, num idioma qualquer, não sendo considerados os que apenas assinam o nome.

Quanto à alfabetização de adolescentes e adultos, a orientação do Departamento Nacional de Educação é no sentido de reconhecê-la como atribuição específica de cada Estado, devendo constar dos planos de educação de cada unidade federada. O DNE entrega ao Estado os recursos globais previstos no Plano Nacional de Educação para o ensino primário, prestando assessoria técnica sobre alfabetização quando solicitado.

## 6. ENSINO MÉDIO

### 6.1. Dados estatísticos \*

#### CANDIDATOS A EXAME DE ADMISSÃO

|          | <u>Totais</u> | <u>Aprovados</u> |
|----------|---------------|------------------|
| Secund.  | 11.941 .....  | 7.472            |
| Comerc.  | 790 .....     | 533              |
| Indust.  | 1.408 .....   | 573              |
| Agríco.  | 429 .....     | 170              |
| Normal.  | 6.298 .....   | 4.311            |
| TOT.GER. | 20.866 .....  | 13.059           |

#### MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO - 1965

##### Ginásio

|          | Total  | 1ª.sér. | 2ª.    | 3ª.   | 4ª.   |
|----------|--------|---------|--------|-------|-------|
| Secund.  | 26.371 | 9.925   | 7.194  | 5.367 | 3.885 |
| Comerc.  | 2.076  | 672     | 551    | 477   | 376   |
| Indust.  | 1.400  | 692     | 404    | 211   | 93    |
| Agríco.  | 447    | 160     | 124    | 96    | 67    |
| Normal.  | 12.781 | 5.122   | 3.300  | 2.403 | 1.956 |
| TOT.GER. | 43.075 | 16.571  | 11.573 | 8.554 | 6.377 |

##### Colégio

|          | Total  | 1ª.ser. | 2ª    | 3ª    | <u>Totais Gerais</u> |
|----------|--------|---------|-------|-------|----------------------|
| Secund.  | 2.194  | 1.183   | 642   | 369   | Secund. 28.565       |
| Comerc.  | 3.717  | 1.659   | 1.197 | 861   | Comerc. 5.793        |
| Indust.  | 206    | 117     | 49    | 40    | Indust. 1.606        |
| Agríco.  | 32     | 32      | -     | -     | Agríco. 479          |
| Normal.  | 5.096  | 2.176   | 1.709 | 1.211 | Normal. 17.877       |
| TOT.GER. | 11.245 | 5.167   | 3.597 | 2.481 | TOT.GER. 54.320      |

\* FONTE: Sinopse Estatística do Ensino Médio - 1965- Serv. de Estatística da Educação e Cultura - MEC.

## CONCLUSÕES DE CURSO - 1964

|                 | <u>Total Geral</u> | <u>Ginásio</u> | <u>Colégio</u> |
|-----------------|--------------------|----------------|----------------|
| Secund.         | 3.302              | 2.997          | 305            |
| Comerc.         | 1.032              | 335            | 697            |
| Indust.         | 89                 | 50             | 39             |
| Agrícola.       | 44                 | 44             | -              |
| Normal.         | 2.624              | 1.617          | 1.007          |
| <b>TOT.GER.</b> | <b>7.091</b>       | <b>5.043</b>   | <b>2.048</b>   |

## CURSOS EXISTENTES - 1965

|             | <u>Ginásio</u> |             |             |             |             |              | <u>Colégio</u> |             |             |             |              |
|-------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|----------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
|             | <u>T.G.</u>    | <u>Tot.</u> | <u>Fed.</u> | <u>Est.</u> | <u>Mun.</u> | <u>Part.</u> | <u>Tot.</u>    | <u>Fed.</u> | <u>Est.</u> | <u>Mun.</u> | <u>Part.</u> |
| Sec.        | 103            | 89          | -           | 15          | 3           | 71           | 14             | -           | 5           | -           | 9            |
| Com.        | 56             | 20          | -           | 1           | -           | 19           | 36             | -           | 2           | -           | 34           |
| Ind.        | 9              | 5           | 1           | 3           | -           | 1            | 4              | 2           | -           | -           | 2            |
| Agr.        | 5              | 4           | 3           | 1           | -           | -            | 1              | 1           | -           | -           | -            |
| Nor.        | 154            | 109         | -           | 104         | -           | 5            | 45             | -           | 13          | -           | 32           |
| <b>T.G.</b> | <b>327</b>     | <b>227</b>  | <b>4</b>    | <b>124</b>  | <b>3</b>    | <b>96</b>    | <b>100</b>     | <b>3</b>    | <b>20</b>   | <b>-</b>    | <b>77</b>    |

## CORPO DOCENTE - 1964

|                          |              |                 |
|--------------------------|--------------|-----------------|
| Federal .....            | 1 124        | 1ª ciclo: 2.197 |
| Estadual .....           | 1.362        | 2ª ciclo: 1.078 |
| Municipal .....          | 36           |                 |
| Particular .....         | 1.753        |                 |
| <b>TOTAL GERAL .....</b> | <b>3.275</b> |                 |

6.2. Recursos do Plano Nacional de Educação para o Ensino Médio

Relativos a 1965

|                                       |                  |
|---------------------------------------|------------------|
| Total: .....                          | Cr\$ 769.700.000 |
| 1ª parcela (av. 2757 de 5-10-66)..... | 307.880.000      |
| 2ª parcela (av. 89 de 9-2-67) .....   | 307.880.000      |
| 3ª parcela (a pagar) .....            | 153.940.000      |

Relativos a 1966

|                                       |                  |
|---------------------------------------|------------------|
| Total: .....                          | Cr\$ 660.000.000 |
| 1ª parcela (av. 3.200 de 5-12-66) ... | 264.000.000      |
| 2ª parcela (a pagar) .....            | 264.000.000      |
| 3ª parcela (a pagar) .....            | 132.000.000      |

Relativos a 1967

|                            |                    |
|----------------------------|--------------------|
| Disponível .....           | Cr\$ 1.207.131.000 |
| 1ª parcela (a pagar) ..... | 603.565.000        |
| 2ª parcela (a pagar) ..... | 603.566.000        |

6.3. Metas do Plano Nacional de Educação para o Ensino Médio

O Plano estabelece as seguintes metas quantitativas e qualitativas:

- Matrícula de 30% da população escolar de 11 a 14 anos nas duas primeiras séries do ciclo ginásial; matrícula de 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries do ciclo ginásial; matrícula de 30% da população escolar de 15 a 18 anos nas séries do ciclo ginásial.
- extensão do dia letivo a seis horas de atividades escolares, incluindo práticas educativas; inclusão do estudo dirigido.

A Complementação de 1966 do referido Plano acrescenta:

- Para a população de 10 a 20 anos com instrução primária, a organização de ginásios orientados para o trabalho;
- Para a população de 15 a 30 anos, cursos para exame de madureza ginásial, utilizando-se quando possível a televisão.

6.4. Metas sugeridas pela Fac. de Educação para o Ensino Médio \*

- a) inserir o ensino médio no complexo catarinense, observando as tendências de desenvolvimento sócio-econômico do Estado;
- b) dar possibilidade de matrícula para 30 jovens em grupo de 1.000 indivíduos, ou seja, 90.000 matrículas até 1970.

6.5. Assistência técnica da Diretoria do Ensino Secundário

As iniciativas de maior relevância dessa Diretoria são os Ginásios Orientados para o Trabalho, os Centros de Ciências, o SERTE (Serviço de Rádio e Televisão Educativa) e os Cursos de Preparação aos Exames de Suficiência.

A. Ginásios Orientados para o Trabalho. O programa em Santa Catarina deve expandir-se em 1967. Ao todo, 8 cidades já foram beneficiadas por solicitação da União Catarinense de Educação que obteve a autorização de recursos no montante de NCr\$ 140.000,00, para instalação de 8 oficinas de artes industriais e 6 agrícolas nas cidades de Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Jaraguá, Joaçaba, Joinville e S. Bento do Sul. Além disso, mais 5 estabelecimentos deverão ser atendidos após cumprimento de exigências.

A cada oficina de técnicas industriais, o programa concede a dotação de NCr\$ 10.000,00; à de técnicas comerciais, NCr\$ ..... 14.000,00; às de técnicas agrícolas, e economia doméstica NCr\$ 8.000,00 cada.

A Habilitação de professores realiza-se através de cursos promovidos pela Diretoria. Os de 1967 têm início a 1º de julho, estendendo até novembro. O local escolhido é a cidade de Betim em Minas Gerais.

Os recursos do GOT para 1967 elevam-se a NCr\$ 5.000.000,00

B. Centros de Ciências. Foram criados 6, localizados nas capitais dos Estados mais desenvolvidos de cada região do País, e atendendo aos Estados vizinhos com instalação de núcleos.

O núcleo de Santa Catarina integra o CECIRS (Centro de Ciências do Rio G. do Sul) com sede no Instituto de Educação de Florianópolis, sob a responsabilidade de D. Maria da Glória Brandemburgo de Oliveira, Inspectora Secional do Ens. Secundário.

As atividades de cada Centro constam de: cursos de treinamento e aperfeiçoamento de professores do ensino secundário em Ciências Físicas, Biológicas, Química e Matemática; estágios para professores e alunos da 3ª e 4ª séries de faculdade de filosofia; instalação de classes-piloto; seminários, conferências, jornadas científicas, feira de ciências, difusão científica (boletim, rádio, jornal, publicações), fabricação de material e seu fornecimento, projetos especiais e assessoria aos núcleos.

De novembro de 1966 a março de 1967, o núcleo de Santa Catarina promoveu cursos de treinamento em Ciências e Biologia nas cidades de Chapecó, Blumenau, Florianópolis, Joinville, e Tubarão, atendendo a 157 participantes, dos quais, 155 eram não licenciados.

\* Subsídios ao Plano Quinquenal de Educação do Estado de Santa Catarina, op. cit.

Estão previstas 24 bolsas para estágio de aperfeiçoamento de Porto Alegre, com 4 meses de duração.

A ajuda financeira a cada núcleo é de NCr\$ 10.000,00.

C. SERTE. O Setor Experimental de Rádio e Televisão Educativa até a gora não iniciou suas atividades em Santa Catarina. Em outros Estados o programa vem constando principalmente de cursos para exame de madureza ginásial.

D. Curso de Preparação aos Exames de Suficiência. A Faculdade de Filosofia da Universidade Federal foi credenciada pelo Conselho Federal de Educação para realizar o curso. Anualmente vêm sendo promovidos, a partir de 1965, com 5 meses de duração, preparando professores ao magistério das disciplinas do currículo ginásial. Cerca de 231 candidatos participaram desses cursos.

Também a Inspetoria Seccional tem promovido cursos intensivos de 1 mês para o Exame de Suficiência. De 1965 até agora, cerca de 785 candidatos frequentaram esses cursos.

#### 6.6. Assistência de outros setores

A. CONABE. A Comissão Nacional de Bolsas-de-Estudo é o órgão do Ministério da Educação e Cultura encarregado de atender com bolsas aos jovens estudantes oriundos de famílias carentes de recursos econômicos.

A rubrica orçamentária para 1967 destina à CONABE um total de Cr\$ 3.808.231.000, dos quais Cr\$ 300.000.000 para o Estado de Santa Catarina.

B. Bolsas-de-Estudo para Operários Sindicalizados. Instituído pelo Dec. nº 57.870, de 25-2-1966, esse programa vem sendo coordenado pelo Ministério do Trabalho, efetuando-se as inscrições dos operários ou seus filhos na sede do sindicato a que estão filiados.

Para 1967, contando com recursos da USAID, foram previstas 70.000 bolsas, encerrando-se as inscrições a 25 de fevereiro.

C. Centros de Educação Física. A Divisão de Educação Física do MEC tem concedido, quando solicitada, assistência financeira para o equipamento de Centros de Educação Física, de preferência a estabelecimentos públicos.

D. Diafilmes para o ensino médio. O Instituto Nacional de Cinema Educativo (Praça da República, 141-A - Rio) distribui a ginásios e colégios, séries completas de diafilmes para as diversas matérias do currículo, além de emprestar filmes educativos de 16mm.

#### 6.7. Assistência técnica pelo Acôrdio MEC-USAID

Em decorrência do Acôrdio, foi criada a EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio), constituída por 4 educadores brasileiros e 4 norte-americanos. A EPEM acha-se instalada no Escritório do Rio, no endereço já referido. Realiza no momento estudos sobre o ensino médio e atende a solicitações dos Estados.

### 7. ENSINO SUPERIOR

#### 7.1. Dados estatísticos\*

EXAME VESTIBULAR - 1965

|                                     |                   |                |
|-------------------------------------|-------------------|----------------|
| Número de vagas: 707                | Candidatos: 1.504 | Aprovados: 685 |
| Ciências exatas e naturais ..... 40 | ..... 60          | ..... 36       |

\* Sinopse Estatística do Ensino Superior - 1965 - Serv. de Estatística da Educação e Cultura, MEC.

|                   |     |       |     |       |     |
|-------------------|-----|-------|-----|-------|-----|
| Farmácia .....    | 45  | ..... | 54  | ..... | 26  |
| Medicina .....    | 47  | ..... | 337 | ..... | 47  |
| Odontologia ..... | 60  | ..... | 46  | ..... | 16  |
| Administração e   |     |       |     |       |     |
| Economia .....    | 50  | ..... | 127 | ..... | 94  |
| Ciências Sociais  | 40  | ..... | 23  | ..... | 13  |
| Serviço Social .  | 30  | ..... | 36  | ..... | 17  |
| Engenharia .....  | 80  | ..... | 143 | ..... | 89  |
| Direito .....     | -   | ..... | 290 | ..... | 99  |
| Educação .....    | 80  | ..... | 82  | ..... | 70  |
| Humanidades ..... | 135 | ..... | 137 | ..... | 121 |
| Não especificado  | 100 | ..... | 169 | ..... | 57  |

## CURSOS E MATRÍCULA POR SÉRIE - No início do ano - 1965

## Matrícula

|                    | Cursos    | Total        | 1ª ser     | 2ª.        | 3ª.        | 4ª.        | 5ª.        | 6ª.       |
|--------------------|-----------|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|
| Administ. e        |           |              |            |            |            |            |            |           |
| Economia .....     | 2         | 294          | 78         | 91         | 86         | 39         | -          | -         |
| Direito.....       | 1         | 549          | 129        | 202        | 67         | 76         | 75         | -         |
| Engenharia ...     | 1         | 194          | 71         | 72         | 34         | 17         | -          | -         |
| Farmácia.....      | 1         | 86           | 36         | 28         | 32         | -          | -          | -         |
| Filosofia.....     | 1         | 39           | 28         | 7          | 4          | -          | -          | -         |
| Geografia .....    | 1         | 44           | 28         | 10         | 6          | -          | -          | -         |
| História .....     | 1         | 66           | 40         | 15         | 11         | -          | -          | -         |
| Letras .....       | 1         | 68           | 38         | 19         | 11         | -          | -          | -         |
| Matemática ...     | 1         | 36           | 36         | -          | -          | -          | -          | -         |
| Pedagogia .....    | 1         | 105          | 70         | 30         | 5          | -          | -          | -         |
| Medicina .....     | 1         | 223          | 47         | 57         | 31         | 29         | 31         | 28        |
| Odontologia ..     | 1         | 67           | 24         | 27         | 16         | -          | -          | -         |
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>13</b> | <b>1.781</b> | <b>625</b> | <b>558</b> | <b>303</b> | <b>161</b> | <b>106</b> | <b>28</b> |

## CORPO DOCENTE E CONCLUSÕES DE CURSO - 1964

|             |    |          |
|-------------|----|----------|
| Administ. e |    |          |
| Economia... | 49 | ..... 22 |
| Direito ... | 33 | ..... 46 |
| Engenharia. | 41 | ..... -  |
| Farmácia... | 27 | ..... 28 |
| Filosofia,  |    |          |
| Cien.Letras | 93 | ..... 51 |
| Medicina .. | 52 | ..... -  |
| Odontologia | 52 | ..... 23 |
| Ser.Social. | 22 | ..... -  |

7.2. Recursos do Orçamento-Programa para 1967

Dotação para a Universidade Federal de Santa Catarina:

Cr\$ 8.686.565.000 - assim distribuídos:

Cr\$ 3.362.720.000 - para projetos e

Cr\$ 5.323.845.000 - para atividades.

7.3. Recursos da C.E.E.F.F. para 1967

A Comissão de Especialistas de Ensino nas Faculdades de Filosofia, ex-Cadiff, destina os seguintes recursos à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de S. Catarina:

|                                  |                       |               |
|----------------------------------|-----------------------|---------------|
| História (para Antropologia) ... | Cr\$ 2.100.000        | (equipamento) |
| Pedagogia .....                  | Cr\$ 2.100.000        | (equipamento) |
| <b>TOTAL .....</b>               | <b>Cr\$ 4.200.000</b> |               |



#### 7.4. Metas do Plano Nacional de Educação para o Ensino Superior

Quantitativa: expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos de metade dos que terminam o curso colegial;

Qualitativa: tempo integral para 30% de professores e alunos, pelo menos.

#### 7.5. Metas sugeridas pela Faculdade de Educação \*

I. Integração do ensino superior na realidade catarinense.

II. Engajamento de 9.000 jovens no ensino superior.

#### 7.6. Equipe de Planejamento do Ensino Superior - MEC-USAID

Com base em convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), em 23-6-1965, baixou o Ministro da Educação a Port. nº 33 de 3-2-67, expedindo instruções para o funcionamento da Equipe, instalada à rua Honório de Barros, 41 - 8º and. Botafogo, Rio.

De acôrdo com a Portaria, são êstes os objetivos da EPES:

- levantamento da situação em que se encontra o ensino superior, em confronto com as necessidades do País;
- formulação e apresentação de planos e projetos conducentes ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino superior, notadamente no que se refere à distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino (regionalização);
- treinamento de técnicos especializados em planejamento de educação universitária.

A EPES vem funcionando em ligação direta com a Diretoria do Ensino Superior.

Simultaneamente foi criada a Equipe de Planejamento das Faculdades de Filosofia, sob a coordenação do Prof. Alexis Stepanenko, com a finalidade de desenvolver e criar centros de treinamento para professores nas faculdades de filosofia.

O convênio foi mantido pelo Ministro Tasso Dutra.

#### 7.7. Assistência técnica da CAPES

Desde sua criação em 1951, vem a CAPES realizando um programa de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, concedendo bôlsas-de-estudo para cursos no País e no Exterior, além de auxílios individuais.

Reestruturada em 1964, passou a denominar-se Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculada ao Ministério da Educação e com sede a Av. Mal. Câmara, 210 - 8º and. Pio.

Seus objetivos:

- colaborar no aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, concedendo bôlsas-de-estudo e auxílios individuais e estimulando a criação de cursos de pós-graduação em áreas definidas como prioritárias: (Ciências Básicas - Física, Química, Matemática, Biologia; Ciências Bio-Médicas - Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia e Veterinária; Tecnologia.
- colaborar na formação e aperfeiçoamento de pessoal docente universitário.
- prestar auxílio técnico e financeiro a universidades, escolas superiores isoladas e institutos científicos na aquisição de equipamento, implantação de regime de tempo integral e construção de obras.

---

\* Op. cit.

- promover estudos visando à integração do ensino universitário e da pesquisa de alto nível, bem como a aglutinação de disciplinas afins em núcleos de concentração de recursos.

Em 1966, 18 candidatos de S.Catarina foram beneficiados com bôlsas no País e um outro recebeu auxílio individual para curso no exterior, no valor Cr\$ 1.332.000. Para equipamento e instituto foi destinado o auxílio de Cr\$ 158.871.000, assim discriminados:

|  |                 |
|--|-----------------|
| Faculdade de Medicina .....            | Cr\$ 96.471.000 |
| Esc. de Eng. Indust. ....              | 50.000.000      |
| Fac. de Filos. Ciências e Letras ..... | 7.400.000       |
| Fac. de Odontologia .....              | 5.000.000       |

A inscrição e entrega de documentos deve ser feita no período de 30 de novembro do ano anterior a 31 de maio, para bôlsas no País. De 28 de fevereiro a 31 de agosto para bôlsas no Exterior e de 31 de março a 30 de setembro para auxílios individuais.

As solicitações para equipamento, pessoal pós-graduação e cursos de vem ser feitas até 28 de fevereiro de cada ano.

## 8. SENAI EM SANTA CATARINA - 1966

### A. Cursos de aprendizagem para menores de 14 a 18 anos: (CAO-CAI) -

ajustador, marceneiro, mecânica de automóvel, mecânico eletricista, serralheiro, soldador elétrico, torneiro mecânico. Duração: 20 meses na escola e 11 meses em estágio na indústria, com tempo integral de 44 horas semanais.

A matrícula nesses cursos foi de 718, concedendo-se 147 certificados de aprendizagem.

### B. Cursos para adultos: (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal) ajustador, desenho técnico, eletricista instalador, marceneiro, mecânico reparador de máquinas de costura industrial, tecnologia e leitura de desenho, tecnologia e manutenção de automóvel, torneiro mecânico. Duração variável e em tempo parcial.

Foram concedidos 215 certificados a concluintes desses cursos.

O SENAI concedeu ainda 76 cartas de ofício a concluintes de cursos de ajustador, caldeireiro, marceneiro, mecânico de automóvel, mecânico eletricista e torneiro mecânico. E 31 alunos receberam certificado do ginásio industrial.

A rede de escolas do SENAI abrange 5 estabelecimentos e 4 agências de treinamento.

Cêrca de 4.128 aprendizes realizaram aprendizagem no local de trabalho com supervisão do SENAI. Ao todo, 276 empresas foram atendidas.

### C. Levantamento de mão-de-obra por grupo de indústria em 170 empresas do Estado:

| Indústria                | Tot. | Empregados | Empreg.Qualif. | Menores no trab. |
|--------------------------|------|------------|----------------|------------------|
| Alimentação              | 20   | 2.380      | 1.057          | 394              |
| Vestuário                | 12   | 1.158      | 455            | 246              |
| Cons. Civil e Mobiliário | 27   | 3.361      | 417            | 975              |
| Fiação e Tecelagem       | 54   | 12.449     | 6.143          | 2.438            |
| Químicas e Farmacêuticas | 8    | 837        | 94             | 186              |

| Indústria                                 | Tot. Empregados | Empreg.Qualif. | Menores no trab. |       |
|---|-----------------|----------------|------------------|-------|
| Papel e<br>papelo                         | 2               | 507            | 55               | 47    |
| Gráficas                                  | 2               | 94             | 13               | 41    |
| Vidros,cerâmicas<br>e Porcelanas          | 5               | 1.809          | 182              | 225   |
| Metalúrgicas,Mecâni<br>cas e Mat.Elétrico | 40              | 5.125          | 1.084            | 432   |
| TOTAL                                     | 170             | 27.720         | 9.500            | 4.984 |

#### 9. SENAC EM SANTA CATARINA - 1966

O SENAC dispõe de dois estabelecimentos de ensino, (Florianópolis e Blumenau), além de Cursos em Brusque, Itajaí e Tubarão.

A matrícula foi de 2.217, havendo 1.793 aprovações e 1.395 conclusões de cursos profissionais para adultos.

NOTA: A coleta de dados feita diretamente nas fontes e em publicações editadas pelos serviços, inclusive relatórios do SENAI e SENAC, bem como a redação deste informe e sua impressão foram realizados pela Secretaria dos CEOSE - à rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo - Rio - GB.

C. B. P. E.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1967

Nº 659

Prezado Prof. Orlando Melo,

Fiquei privado, infelizmente, da possibilidade de ir a Santa Catarina.

De acôrdo com o relatório a ser feito pelos Profs Debrun e Torfs, fixarei e lhe comunicarei - nova data para ir a Florianópolis, integrando-me no trabalho dos CEOSE.

Cordial abraço de

D.T.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1967

Nº 658

Ao: Exmo Sr. Luiz Lessegueur de Faria  
Secretário de Educação de Santa Catarina

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador dos CEOSE

Sr. Secretário,

Solicitei aos meus companheiros Profs. Jacques Torfs e Michel Debrun o obséquo de explicar a V. Excia. as razões que impedem, a mim e ao Prof. Carlos Maciel de comparecer aos trabalhos da primeira etapa dos CEOSE em Santa Catarina. Como se trata, contudo, de um trabalho a desenvolver-se em várias fases, posso assegurar-lhe a minha presença aí noutra oportunidade, participando de todos os esforços dos CEOSE no sentido do aperfeiçoamento do sistema educacional desse Estado.

Atenciosas saudações,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

720  
Ent.

Ofício n. 209/67

Florianópolis,

5 de junho de 1967.

Excelentíssimo Senhor Coordenador:

Recebi hoje a visita do Professor Osvaldo Ferreira de Melo, que recentemente esteve em contato com Vossa Excelência e o Diretor do INEP, tratando de assuntos referentes ao CEOSE.

Disse-me o Professor Osvaldo que dêsse entendimento ficara marcada, em tese, a realização do CEOSE em Florianópolis a partir do dia 28 do corrente mês de junho.

Entretanto, apresso-me a comunicar a Vossa Excelência que estamos recebendo correspondência da Secretaria Geral dêsse Ministério marcando para os dias 29 e 30 de junho e 1º de julho a realização, em Pôrto Alegre, do Encontro de Planejamento - ENPLA, de que participa o nosso Estado e mais os Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Se considerarmos que os membros natos do ENPLA, bem como seus assessôres imediatos são praticamente os mesmos do CEOSE, teremos um impasse de difícil solução, pois os dois conclaves se realizariam nos mesmos dias, um em Florianópolis e outro em Pôrto Alegre.

Solicito pois a benévola atenção de Vossa Excelência para o problema, ao mesmo tempo que sugiro a realização do CEOSE /

Excelentíssimo Senhor  
Professor Dumerval Trigueiro  
DD Coordenador do CEOSE  
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS  
Rua: Voluntário da Pátria, 107 - Botafogo  
Rio de Janeiro - GB



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

nesta capital 1º) se em junho, logo a partir do dia 20; 2º) na 1ª semana de julho, depois do dia 3; ou, então, 3º) em qualquer época de agosto.

Acresce que acabo de trocar idéias a respeito com o Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura deste Estado, Professor Dr. Galileu Craveiro de Amorim, o qual mostrou-se inteiramente favorável à realização do CEOSE no mês de agosto.

Lamentando a ocorrência dêsse impasse, que, na realidade, não dependeu de nossa vontade, renovo meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, confiando na sua esclarecida determinação.

  
Orlando Ferreira de Melo - Presidente

Nº 620

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1967

Ao: Ilmo. Sr.

Secretário do Conselho Estadual de Educação

Da: Secretária Executiva dos CEOSE

Senhor Secretário,

Estamos organizando uma seção de documentação, com o intuito de reunir todos os dados indispensáveis aos trabalhos dos Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Ensino.

Solicitamos, pois, de V.S.<sup>ª</sup> o especial obséquio de nos enviar as publicações desse Conselho. Para o Colóquio a se realizar, em breve, em Santa Catarina é particularmente importante o trabalho do Prof. Alcides Abreu: "Universidade e Desenvolvimento", e outros que, a critério de V.S.<sup>ª</sup>, contenham informações úteis sobre o problema educacional desse Estado.

Antecipadamente grata, apresento-lhe minhas cordiais saudações.

Regina Coeli da Rocha Freire  
Secretária Executiva





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
REITORIA

Of. nº 0 320/67

Florianópolis, 27 de abril de 1967.

Senhor Coordenador:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 527, datado de 5 do corrente, pelo qual V. Exa. comunicou a reformulação do plano dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas de Ensino (CROSE), agora transformados em Colóquios Estaduais (CEOSE).

Agradecendo a gentileza da informação, aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. protestos de consideração e apreço.

Prof. João David Ferreira Lima  
Reitor

Ao  
Exmo. Sr.  
Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
DD. Coordenador do Centro Brasileiro de  
Pesquisas Educacionais.  
Rua Voluntário da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 -02-Botafogo  
RIO DE JANEIRO - GB.  
AH/ac.



Fundação Educacional de Santa Catarina  
Universidade para o Desenvolvimento do Estado de S. Catarina  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Rua Saldanha Marinho, 47 - Caixa Postal 619 - Fone 2680

OFÍCIO No. 106/67

Florianópolis, 20-4-1967.

Senhor Coordenador:

Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que esta Faculdade recebeu e anotou os elementos que acompanharam o expediente nº 522/67 dessa Coordenação Geral dos CEOSE.

O Professor Sílvio Coelho dos Santos, Diretor Assistente do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, designado coordenador local dos trabalhos pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado, manterá contato com V.Exa. no sentido de melhor entrosamento e maior participação nos trabalhos que se irão desenrolar e nos quais nós, da Faculdade de Educação, muito acreditamos.

Aproveitando a oportunidade, apresento a V.Exa. meus protestos de consideração.

  
OSVALDO FERREIRA DE MELO  
DIRETOR

Ao Exmo. Senhor  
Prof. Dumerval Trigueiro Mendes  
DD. Coordenador dos CEOSE  
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais  
Caixa Postal 1-02 - Botafogo  
Rio de Janeiro - GB

mmf

689  
Ent.



INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Nº 8/67.....

FLORIANÓPOLIS, 7 de abril de 1967.

A Secretaria, fm parecer  
em 14/4/67

Dib

Senhor Coordenador:

Devidamente credenciado pelo Magnifico Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, a fim de coordenar a realização do "Colóquio Regional sôbre a Organização dos Sistemas Educacionais" nesta cidade e conforme entendimentos mantidos com os Profs. Jacques Torfs, Pierre Furter e Michel Debrunt, dirijo-me a V. Ex<sup>a</sup>. com o objetivo de estabelecer o período de realização do referido encontro.

Assim, depois de mantermos contato com as principais instituições que deverão ser envolvidas pelo CROSE, consideramos como período ideal a primeira quinzena de junho próximo.

De outro lado, cumpre-me comunicar a V. Ex<sup>a</sup>. que nesta data estamos enviando o relatório da pesquisa "Sôbre as Condições do Processo Educacional do Estado", com o objetivo de que êste documento venha a servir de base às discussões sôbre a organização do sistema de ensino e ao planejamento do processo educacional dêste Estado.

Na oportunidade, apresento a V. Ex<sup>a</sup>. protestos de minha distinta consideração.

Atenciosamente,

Sílvio Coelho dos Santos  
Assistente de Direção do CEPE

Ao  
Exmo. Sr.  
Prof. Dumerval Trigueiro  
Coordenador dos Colóquios Regionais Sôbre a  
Organização dos Sistemas Educacionais

RIO DE JANEIRO

Nº 573

Rio de Janeiro, 31 de março de 1967

Ao : Il.<sup>mo</sup> Sr. Presidente do Conselho Estadual da Educação  
do Estado de Santa Catarina

De : Coordenador dos CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização  
de Sistemas de Ensino.)

Senhor Presidente,

Venho comunicar a V.S.<sup>a</sup> a reformulação do plano dos Colóquios Regionais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino (CROSE), agora transformados em Colóquios Estaduais (CEOSE), como resultado de novas pesquisas e reflexões feitas pela Comissão encarregada de sua organização. A visita que realizamos, os membros da Comissão, a todos os Estados, nos convenceu de que a eficiência dos Colóquios só poderia ser plenamente assegurada, se êles fôsem estaduais, em vez de regionais, como fôra planejado. Só assim tornar-se-ia viável o contato com todos os serviços que integram cada sistema estadual de educação, e a comunicação direta com a massa de administradores e técnicos que a êles estão vinculados.

O documento anexo esclarece, mais explicitamente, o sentido dos CEOSE, sua organização e as alterações acima referidas. A época de realização do Colóquio em cada Estado está sendo objeto de estudo e será comunicada oportunamente a V.S.<sup>a</sup>.

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador

Nº 527

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1967

Ao: Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina

Do: Coordenador dos CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino)

Magnífico Reitor,

Venho comunicar a V.Ex.<sup>a</sup> a reformulação do plano dos Colóquios Regionais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino (CROSE), agora transformados em Colóquios Estaduais (CEOSE), como resultado de novas pesquisas e reflexões feitas pela Comissão encarregada de sua organização. A visita que realizamos, os membros da Comissão, a todos os Estados, nos convenceu de que a eficiência dos Colóquios só poderia ser plenamente assegurada, se êles fôsem estaduais, em vez de regionais, como fôra planejado. Só assim tornar-se-ia viável o contato com todos os serviços que integram cada sistema estadual de educação, e a comunicação direta com a massa de administradores e técnicos que a êles estão vinculados.

O documento anexo esclarece, mais explicitamente, o sentido dos CEOSE, sua organização e as alterações acima referidas. A época de realização do Colóquio em cada Estado está sendo objeto de estudo e será comunicada oportunamente a V.Ex.<sup>a</sup>.

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador

Nº 522

Rio de Janeiro, 31 de março de 1967

Ao: Professor Oswaldo Ferreira de Melo

Do: Coordenador dos CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino).

Senhor Professor,

Venho comunicar a V. S<sup>a</sup>. a reformulação de plano dos Colóquios Regionais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino (CROSE), agora transformados em Colóquios Estaduais (CEOSE), como resultado de novas pesquisas e reflexões feitas pela Comissão encarregada de sua organização. A visita que realizamos, os membros da Comissão, a todos os Estados, nos convenceu de que a eficiência dos Colóquios só poderia ser plenamente assegurada, se êles fôsem estaduais, em vez de regionais, como fôra planejado. Só assim tornar-se-ia viável o contato com todos os serviços que integram cada sistema estadual de educação, e a comunicação direta com a massa de administradores e técnicos que a êles estão vinculados.

O documento anexo esclarece, mais explicitamente o sentido dos CEOSE, sua organização e as alterações acima referidas. A época de realização do Colóquio em cada Estado está sendo objeto de estudo e será comunicada oportunamente a V. S<sup>a</sup>.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador

Nº 393

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1967

Aos Ex.<sup>mos</sup> Sr. Dr. João David Ferreira Lima  
Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina

Do: Dr. Carlos Correa Mascare  
Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Magnífico Reitor:

Tenho a honra de comunicar a V.Ex.<sup>a</sup> a realização, sob os auspícios do INEP, a partir de março próximo, dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas Educacionais, destinados a administradores e técnicos que estão a serviço da educação em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases fixou uma nova sistemática de educação no Brasil, compreendendo na sua filosofia, bem como na sua organização e administração. De resto, cabe a esta exprimir aquela, na medida em que depende do aparelho institucional a eficácia dos novos propósitos formulados na Lei.

Fôrça é constatar, todavia, a desconexão persistente, depois da Lei, entre os dois planos: o das intenções nela expressas, ou implícitas, e o das condições institucionais de sua aplicação. Consciente de suas funções específicas, cuida o INEP - órgão de pesquisa e estudo da educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades - de colaborar no sentido de que seja preenchido esse intervalo entre o sistema estatuído e o aparelho executor, indicando, realísticamente, os caminhos abertos à Administração para atingir os propósitos da nova política educacional brasileira. E não visa a fazê-lo através de elaborações de gabinete, mas constituídas ao contato com os fatos e as pessoas ligadas ao processo educacional. No que concerne ao ensino primário e médio, a sua vinculação aos Estados nos sugeriu a conveniência de sistematizar esse contato ao nível e no âmbito dos próprios Estados, reunidos em colóquios regionais.

Estendendo-se os objetivos dos CROSE a todos os níveis de ensino, esperamos constituam êles uma oportunidade de análise aprofundada, também do ensino superior, nos seus aspectos institucionais, pedagógicos e financeiros; por essa razão, estimaríamos contar com a presença de representantes dessa Universidade, recaindo a escolha, a juízo de V.Ex.<sup>a</sup>, sôbre aquêles cuja experiência e atuação mais os qualifiquem para essa missão. Embora desejássemos a participação dessa Universidade em todos os Colóquios, poderá V.Ex.<sup>a</sup>, se julgar conveniente, limitá-la aos temas que direta ou indiretamente interessem ao ensino superior.

Tendo em vista a soma de encargos que êsse empreendimento comporta, instituímos uma Comissão Executiva dos Colóquios, coordenada pelo antigo Diretor do Ensino Superior, e atual membro do Conselho Federal de Educação, Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e constituída por técnicos brasileiros e técnicos da UNESCO, especialmente convidados para êsse fim. Compõem a Comissão, pelo lado brasileiro, além do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, os professores Paulo de Almeida Campos e Eulina Carvalho, e pelo lado da UNESCO, os professores Michel Debrun e Pierre Furter e o economista Jacques Torfs.

Estamos remetendo, em anexo, o temário e o cronograma dos CROSE.

Apresento a V.Ex.<sup>a</sup>, neste ensejo, os protestos de minha distinta consideração.

Carlos Correa Mascare  
Diretor do INEP



Nº 390

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1967

Ao: Magnífico Reitor da Universidade para o Desenvolvimento  
do Estado de Santa Catarina

Do: Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Magnífico Reitor,

Tenho a honra de comunicar a V.Ex.<sup>a</sup> a realização, sob os auspícios do INEP, a partir de março próximo, dos Colóquios Regionais sobre a Organização de Sistemas Educacionais, destinados a administradores e técnicos que estão a serviço da educação em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases fixou uma nova sistemática de educação no Brasil, com repercussão na sua filosofia, bem como na sua organização e administração. De resto, cabe a esta exprimir aquela, na medida em que depende do aparelho institucional a eficácia dos novos propósitos formulados na Lei.

Fôrça é constatar, todavia, a desconexão persistente, depois da Lei, entre os dois planos: o das intenções nela expressas, ou implícitas, e o das condições institucionais de sua aplicação. Consciente de suas funções específicas, cuida o INEP - órgão de pesquisa e estudo da educação brasileira, em todos os seus níveis e modalidades - de colaborar no sentido de que seja preenchido esse intervalo entre o sistema estatuído e o aparelho executor, indicando, realísticamente, os caminhos abertos à Administração para atingir os propósitos da nova política educacional brasileira. E não visa a fazê-lo através de elaborações de gabinete, mas constituídas ao contato com os fatos e as pessoas ligadas ao processo educacional. No que concerne ao ensino primário e médio, a sua vinculação aos Estados nos sugeriu a conveniência de sistematizar esse contato ao nível e no âmbito dos próprios Estados, reunidos em colóquios regionais.

Estendendo-se os objetivos dos CROSE a todos os níveis de ensino, esperamos constituam êles uma oportunidade de análise aprofundada, também, do ensino superior, nos seus aspectos institucionais, pedagógicos e financeiros; por essa razão, estimariamos contar com a presença de representantes dessa Universidade, recaindo a escolha, a juízo de V.Ex.<sup>a</sup>, sôbre aquêles cuja experiência e atuação mais os qualifiquem para essa missão. Embora desejássemos a participação dessa Universidade em todos os Colóquios, poderá V.Ex.<sup>a</sup>, se julgar conveniente, limitá-la aos temas que direta ou indiretamente interessem ao ensino superior.

Tendo em vista a soma de encargos que êsse empreendimento comporta, instituímos uma Comissão Executiva dos Colóquios, coordenada pelo antigo Diretor do Ensino Superior, e atual membro do Conselho Federal de Educação, Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e constituída por técnicos brasileiros e técnicos da UNESCO, especialmente convidados para êsse fim. Compõem a Comissão, pelo lado brasileiro, além do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, os professores Paulo de Almeida Campos e Eulina Carvalho, e pelo lado da UNESCO, os professores Michel Debrun e Pierre Furter e o economista Jacques Torfs.

Estamos remetendo, em anexo, o temário e o cronograma dos CROSE.

Apresento a V.Ex.<sup>a</sup>, neste ensejo, os protestos de minha distinta consideração.

Carlos Correa Mascaro  
Diretor do INEP



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
GABINETE DO SECRETÁRIO

GAB/ 1085-510

Florianópolis, 29-12-66.

Senhor Coordenador:


Sentimos profundamente não ter podido desfrutar da companhia do Dr. Jacques Torfs, quando de sua estada em nossa Capital.

Por outro lado fiquei satisfeito em saber que o Sr. Secretário da Casa Civil tomou a iniciativa de estudar, em nosso lugar, a possibilidade da realização de uma semana de estudos do CROSE, em Florianópolis.

Tem pois esta o fim de ratificar o expediente do Sr. Secretário da Casa Civil.

Solicitamos, outrossim, Senhor Coordenador, nos sejam remetidas instruções complementares.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a V. Ex<sup>as</sup> os nossos protestos de elevada consideração e apreço.

  
Galileu Craveiro de Amorim  
Secretário de Educação e Cultura

Ao Excelentíssimo Senhor  
Professor Demerval Trigueiro  
Digníssimo Coordenador do CROSE  
Ministério de Educação e Cultura (INEP)  
RIO DE JANEIRO - GB



# Estado de Santa Catarina

Palácio do Governo, em Florianópolis, 27 de dezembro de 1966

OF. Nº 2927

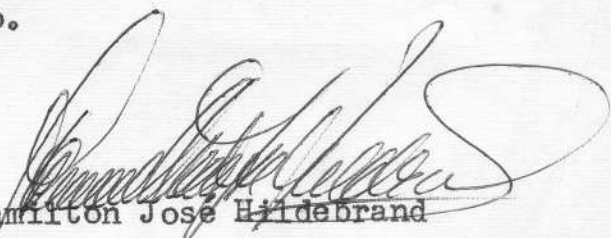
Senhor Coordenador:

Devidamente autorizado pelo Senhor Governador, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Estado de Santa Catarina terá o máximo prazer em ver realizada, na cidade de Florianópolis, uma das semanas do CROSE.

Durante a visita que nos fez o Dr. Jacques - Torfs, Membro da Missão da Unesco e um dos encarregados da organização desse programa, estudamos a possibilidade de ser realizada, nesta Capital, uma das semanas de estudos, sob o patrocínio do Governo do Estado, através da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - (UDESC), a qual poderá colocar os elementos operacionais da sua Faculdade de Educação a serviço do referido empreendimento.

Solicitamos que, confirmada tal programação, nos fôsse enviado material complementar ao trazido pelo Dr. Torfs, a respeito do assunto.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência - minha expressão de mais alto apreço.

  
Hamilton José Hidebrand  
Secretário do Governo

Excelentíssimo Senhor  
Professor Dumerval Trigueiro  
Digníssimo Coordenador dos CROSE  
Ministério da Educação e Cultura (INEP)  
RIO DE JANEIRO = GB

*D. Regina, falar me quando  
eu voltar de Brasília  
em 7/1/67*

*D/1/67*

№ 811

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1967

Ao: Dr. Galileu Craveiro de Amorim  
Secretário de Educação e Cultura  
do Estado de Santa Catarina

De: Prof. Michel Debrun  
Prof. Jacques Torfs  
Peritos da UNESCO

Senhor Secretário,

Temos o prazer de mandar-lhe o nosso relatório, referente ao Colóquio (CEOSE) que se verificou em Florianópolis, do dia 6 ao dia 9 de julho deste ano. Pedimos desculpas pelo atraso, que se deve às muitas tarefas que temos de realizar.

O documento se compõe das seguintes peças:

- 1 - Introdução
- 2 - Princípios de Reforma Administrativa
- 3 - Apresentação dos Problemas do Ensino Primário
- 4 - Ensino Primário - Documento 1: Aspectos Quantitativos do Ensino Primário e suas Implicações Qualitativas
- 5 - Ensino Primário - Documento 2: A Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário
- 6 - O Ensino Médio
- 7 - Plano Estadual de Educação.

Apresentamos-lhe os protestos da nossa elevada consideração.

MICHEL DEBRUN

JACQUES TORFS

CEOSE - ESTADO DE SANTA CATARINA

SOLUÇÕES SUGERIDAS PARA ALGUNS DOS PROBLEMAS PRINCIPAIS  
DO ENSINO PRIMÁRIO E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Documento ER  
JACQUES TORFS  
UNESCO  
Setembro de 1967

Santa Catarina

Documento nº 2

Aspectos Quantitativos do Ensino Primário

e

Suas Implicações Qualitativas

ENSINO PRIMÁRIO1. INTRODUÇÃO

A maioria dos problemas do Ensino Primário foram analisados no documento "Sobre as Condições do Processo Educacional em Santa Catarina", elaborado e apresentado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina.

Por esta razão, o grupo dos CEOSE considera supérfluo entrar num novo diagnóstico geral das condições do ensino primário e só deseja dedicar a sua atenção a alguns problemas específicos de alta prioridade, e discutir alguns dos remédios que poderiam ser adotados para solucioná-los.

Estes problemas são :

- (a) mais de 120.000 dos 180.000 alunos da primeira série da escola primária e mais de 150.000 dos 400.000 alunos matriculados em todas as séries primárias em 1966 eram repetentes;
- (b) 84% dos estabelecimentos escolares são escolas isoladas onde fica claramente impossível proporcionar uma educação adequada a quatro séries;
- (c) mais de 70% dos professores são leigos;
- (d) são deficientes e incompletas as informações quantitativas sobre a operação e os custos do sistema;
- (e) são antiquadas e inadequadas as técnicas de administração e controle técnico-pedagógico do sistema de ensino primário.

Além destes problemas, farei um exame rápido de uma das idéias apresentadas para discussão durante a realização do CEOSE: a conveniência de imprimir uma orientação técnica, e particularmente agrícola, ao ensino primário.

2. REPETÊNCIAa. Análise quantitativa do problema da repetência

Em 1966, a população total do estado era de 2.579.000 habitantes. Se se supuser que a população de uma faixa etária dis



ponível para entrar na primeira série primária é de 3.3% deste total<sup>(1)</sup>, a "Matrícula Máxima Teórica" do primeiro ano da primeira série alcançaria, aproximadamente, 85.000 alunos.

É óbvio que nem todos os meninos de Santa Catarina se encontram nas proximidades de uma escola. Se se supuser que somente 10% da população escolar potencial não tem meios de assistir às aulas<sup>(1)</sup>, por razões geográficas (ou fisiológicas), o "Coeficiente de Acessibilidade" será de 0.9, e a "Matrícula Máxima Prática", de 76.600 alunos.

Pode-se supor que não exista deserção voluntária na primeira série primária, isto é, que todos os meninos com acesso à escola assistam à primeira série. A "Matrícula Nova Líquida" ( ${}^a N_1$ ) da primeira série seria, portanto, igual à "Matrícula Máxima Prática".

O sistema educacional de Santa Catarina é bastante desenvolvido, mas estende-se continuamente a novas zonas. O documento BP anexo explica as razões que determinam a existência de uma "sobre-matrícula" - isto é, um excesso de matrícula nova em relação às cifras calculadas teoricamente com base em considerações demográficas. Nas condições estatísticas do sistema primário de Santa Catarina, esta sobre-matrícula ( ${}^a R_2$ ) não será maior do que 4% da Matrícula Nova Líquida ( ${}^a N_1$ ).

A Matrícula Nova Bruta ( ${}^a N_2$ ), portanto, não será superior a 80.000 alunos. As cifras apresentadas pela Secretaria de Educação e Cultura indicam que a matrícula geral foi de .... 185.000 em 1966. O número de repetentes visíveis ( $R_1$ ) não foi, portanto, menos de 105.000 alunos e a taxa de repetência visível ( $z_2$ ), foi de perto de 57%.

Esta cifra parece elevada, mas é conforme às normas nacionais: de acordo com os cálculos do IPEA (Ministério do Planejamento), publicados no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, Tomo VI, a matrícula geral em 1963 era de .... 4.702.000 e o número de repetentes visíveis era de 2.586.000 alunos, ou 55% do total (Ver também documento BP).

A tabela I, a seguir, indica que as estimativas da repetência feitas pelos CEOSB para Santa Catarina são substancialmente coerentes com as tendências conhecidas dos parâmetros educacionais. Seria apenas inferior ( $z_2 = 52\%$ ) se se supuser que 100% da população em idade escolar tenha efetivamente acesso ao sistema escolar primário, o que parece duvidoso.

---

(1) O que é muito alto, mas é a única cifra compatível com o resto das cifras sobre demografia e educação.

PARÂMETROS EDUCACIONAIS

PRIMEIRA SÉRIE PRIMÁRIA - 1966

ESTADO DE SANTA CATARINA

|                                     |           |             |
|-------------------------------------|-----------|-------------|
| População                           | P         | 2.580.000.0 |
| % População<br>uma faixa etária     | w         | 0.033       |
| Matrícula,<br>Maxima Teórica        | $A_T$     | 85.140.0    |
| Coefficiente<br>Acessibilidade      | y         | 0.9         |
| Matrícula,<br>Maxima Prática        | $A_P$     | 76.626.0    |
| Deserção                            | d         | 0.0         |
| Matrícula<br>Nova Líquida           | $a_{N_1}$ | 76.626.0    |
| Crescimento<br>Matrícula Nova       | h         | 1.038       |
| Crescimento<br>População            | r         | 1.0325      |
| Matrícula inicial<br>uma zona       | n         |             |
| Número faixas<br>etárias            | f         | 8.0         |
| Número de períodos<br>ou zonas      | t         | 180.0       |
| Coefficiente<br>Acessibilidade      | e         | 1.044       |
| Crescimento Matrícula<br>Nova Bruta | u         | 1.038       |
| Matrícula Nova Bruta                | $a_{N_2}$ | 80.000.00   |
| Repetentes visíveis                 | $a_{R_1}$ | 105.000.00  |
| Sobre-matrícula                     | $a_{R_2}$ | 3.374.00    |
| $R_1 + R_2$                         | $a_{R_t}$ | 108.374.00  |
| Taxa de Repetência<br>visível       | $z_2$     | 0.568       |
| Taxa de Repetência<br>longo prazo   | $z_1$     | 0.585       |
| Matrícula Geral                     | G         | 185.000.0   |
| Taxa Crescimento<br>Matrícula Geral | s         | 1.038       |

## X 2. Deserção

A deserção, por outro lado, é muito menor do que geralmente se supõe, ou do que poder-se-ia deduzir superficialmente das estatísticas disponíveis: a matrícula geral da primeira série primária alcançava 187.000 alunos em 1963 (Tabela II) o que equivale a uma matrícula nova bruta (incluindo sobre-matrícula) de 70.000 alunos. Em 1966 a matrícula geral da 4ª série era de 51.000 alunos, o que provavelmente corresponde a 45.000 "conclusões". Isso indica que a verdadeira deserção não foi superior a 36%, o que é muito melhor que o promédio nacional, de 55/60% (a taxa de deserção foi de 0.64).

Concluiremos provisoriamente que, não fôsse pela alta taxa de repetência, a produtividade do sistema educacional primário de Santa Catarina seria boa e que as altas taxas de crescimento da matrícula nas 2ª, 3ª e 4ª séries indicam que em poucos anos poderia ser atingida uma situação de saturação do sistema educacional.

TABELA II

MATRÍCULA GERAL ESCOLAS PRIMÁRIAS  
SANTA CATARINA  
(000 alunos)

|               | <u>1962</u> | <u>1963</u> | <u>1964</u> | <u>1965</u> | <u>1966</u> | <u>Taxa Anual de Crescimento</u> |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|----------------------------------|
| MATRÍCULA (I) | 320         | 383         | 393         | 401         | 418         | 1.069                            |
| I (1)         | 159         | 187         | 180         | 174         | 185         | 1.038                            |
| (2)           | 71          | 87          | 92          | 92          | 93          | 1.069                            |
| (3)           | 50          | 61          | 66          | 70          | 75          | 1.107                            |
| (4)           | 30          | 38          | 42          | 48          | 51          | 1.142                            |

Uma análise detalhada das cifras disponíveis (veja tabela a seguir) indica também que, provavelmente é pequena a deserção na segunda série e que somente na 4ª série poderá existir um verdadeiro problema. Se ficar demonstrado, por amostragens específicas, que esta conclusão não é válida, e que a taxa de deserção nas 2ª, 3ª e 4ª séries é efetivamente mais alta do que a que foi aqui estimada, isto implicaria, ou em erro das estimativas gerais da população de Santa Catarina ou que a taxa de repetência é muito mais alta, nestas séries, do que a média nacional.

MODELO PROVÁVEL - TURMA DE 1963

Matrícula em 000 alunos

| SÉRIES                             | (1)         | (2)         | (3)         | (4)         |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| ANOS                               | <u>1963</u> | <u>1964</u> | <u>1965</u> | <u>1966</u> |
| População Total (P)                | 2.350       | 2.430       | 2.500       | 2.580       |
| Uma faixa etária (%)               | 3.3         | 3.15        | 3.0         | 2.85        |
| Matrícula Máxima Teórica ( $A_T$ ) | 77.5        | 76.5        | 75.0        | 73.5        |
| Acessibilidade (%)                 | 0.9         | 0.9         | 0.9         | 0.9         |
| Matrícula Nova Líquida ( $N_1$ )   | 69.7        | 68.8        | 54.0        | 42.3        |
| Matrícula Máxima Prática ( $A_P$ ) | 69.7        | 68.8        | 67.5        | 66.1        |
| Deserção (d)                       | 0.          | 0.          | 0.8         | 0.64        |
| Sobre-matrícula ( $R_2$ )          | 2.8         | 2.7         | 2.2         | 1.7         |
| Matrícula Nova Bruta ( $N_2$ )     | 72.5        | 71.5        | 56.2        | 44.0        |
| Repetência Visível ( $R_1$ )       | 114.5       | 20.5        | 13.8        | 7.0         |
| Matrícula Geral (G)                | 187.0       | 92.0        | 70.0        | 51.0        |
| Taxa Repetência Visível ( $z_2$ )  | 0.61        | 0.22        | 0.20        | 0.14        |

### c. Remédios para a repetência

Examinaremos a seguir alguns dos principais remédios que podem ser utilizados na solução do problema mais importante, que é a repetência da 1ª série. São eles:

- 1ª - Desdobramento da primeira série primária
- 2ª - Desenvolvimento do Ensino Pré-Primário
- 3ª - Modificação do programa da primeira série primária
- 4ª - Redistribuição dos professores
- 5ª - Melhoramento do magistério.

O último tema será tratado no capítulo 2, referente ao problema dos leigos.

### d. Série preparatória

Uma das causas importantes da repetência é o fato de que, para muitas crianças, a escola primária constitui o primeiro contato que têm com uma organização comunitária.

Nessas circunstâncias, as professoras têm, frequentemente que dedicar-se, durante 4 a 6 meses do ano letivo, à "socialização" dessas crianças, sem qualquer possibilidade de entregar-se ao ensino do programa escolar.

Lógicamente essa socialização deveria ser feita numa instância anterior, numa série principalmente dedicada à adequação e ao entrosamento do aluno no sistema "social" escolar.

Não parece conveniente resolver este problema através da criação de vários tipos de primeiras séries, pois tem o inconveniente "mecânico" de dificultar consideravelmente a interpretação das estatísticas sobre a assistência a esta série e, conseqüentemente, complicar muito o planejamento educacional. Há também um inconveniente psicológico considerável: particularmente nas zonas menos desenvolvidas, onde os meninos se matriculam com a idade de 9, 10 ou 11 anos na primeira série primária, os pais terão uma tendência muito marcada a retirar seus filhos da escola, se permanecerem na primeira série 2, 3 ou mesmo 4 anos, como acontece frequentemente.

Teriam, provavelmente, melhor opinião da competência dos professores, e de seus filhos, se vissem estes percorrerem, no mesmo período, uma série preparatória, uma primeira e uma segunda séries, com promoção quase automática.

Por razões também de ordem psicológica e funcional, não seria conveniente que o ano preparatório fosse identificado com uma série pré-primária. Na realidade, a série preparatória devg rá incluir parte do curriculum atual da primeira série, a qual terá características nitidamente "primárias".

Ao discutir o problema da "série preparatória", muitos educadores acham que, se se aceitar esta idéia, o lógico seria reestruturar completamente o sistema primário, converter a atual primeira série em série preparatória, e instituir um regime uniforme de 5 séries primárias.

Recomenda-se não adotar esta solução: os níveis intelectuais que devem ser atingidos - teoricamente - pelos alunos aprovados na 1ª série já estão gravados nas mentes de 400.000 educadores brasileiros e seria muito difícil modificar seus instintos básicos.

Ademais, seria excessivamente fácil identificar este sistema - e o seu conteúdo, com o sistema de educação primária de 5 séries, existente em muitos estados.

O que se propõe aqui é um sistema primário que inclua uma série preparatória seguida das quatro séries tradicionais da escola primária, e não um sistema que inclua as quatro séries tradicionais e mais uma quinta, de nível mais alto.

A série preparatória, como tôdas as séries primárias, deveria ser obrigatória e gratuita. Uma das importantes tarefas que poderia cumprir, além das descritas, seria proporcionar acesso fácil à escola, aos meninos de 6 anos de idade, que por razões pouco compreensíveis foram deixadas fora do sistema primário pela L.D.B.

É evidente que a mesma L.D.B. pode constituir um obstáculo teórico à criação da série preparatória prevista. Não parece difícil encontrar solução legal para este problema.

Por exemplo, a criação de uma série preparatória pode ser assegurada pela legislação estadual que organiza o sistema pré-primário. Nesta legislação, a última série do "pré-primário" poderia ser chamada de "Série Preparatória da Escola Primária",

e possuir tôdas as características desejáveis. Criar-se-ia, assim, um sistema de, de jure, seria pré-primário e, de fato, totalmente integrado no primário.

#### e. Ensino pré-primário

A organização de uma série preparatória não seria incompatível com o desenvolvimento de um sistema pré-primário tradicional, predominantemente orientado para a "socialização" das crianças de 3 a 5/6 anos e se justifica mais especialmente em zonas industrializadas ou/e intensamente urbanizadas, onde as mães trabalham nas fábricas ou devem deixar seus lares por várias horas por dia para ir ao mercado fazer compras.

Ainda é rudimentar o sistema pré-primário de Santa Catarina, provavelmente porque o número de operárias industriais é pequeno. A sua expansão é desejável e quase inevitável se continuar o desenvolvimento econômico do Estado.

Para prever a expansão de tal sistema conviria:

- (1) organizar o treinamento de professoras especializadas - o que poderia ser feito através da Faculdade de Educação;
- (2) organizar um grupo cívico para definir as bases essenciais do desenvolvimento do sistema pré-primário e obter a colaboração das empresas particulares. Esse grupo e suas atividades poderiam ser promovidas pelo PLAMEG.

Idealmente, os investimentos relacionados com o sistema P-P deveriam ficar a cargo das empresas privadas. O Estado (e os Municípios) limitariam a sua intervenção ao pagamento dos professores.

#### f. Programas escolares

Além das medidas que podem ser adotadas para melhorar as articulações entre o lar e a escola, através do desenvolvimento do sistema pré-primário e de uma série primária preparatória, parece indispensável modificar fundamentalmente o currículo da primeira série primária que é, na realidade, muito difícil.

São obscuras as razões desse sobrecarregamento do programa da primeira série primária, tanto em Santa Catarina como no resto do País. Parece que o educador, espantado com a obsessão - baseada em estatísticas erradas - de a evasão arrebatrar mais da metade dos alunos entre a primeira e segunda séries, decidiu dar ao aluno da primeira série a oportunidade de desenvolver simultaneamente todos os seus conhecimentos, e converteu esta série numa verdadeira Universidade do Povo.

Tanto a tentativa, como os resultados são ridículos e suas razões profundas, inexistentes: calculada de modo racional, é relativamente baixa a deserção escolar em Santa Catarina e seguramente muito mais baixa que o promédio para a União.

Existem, portanto, muito boas razões para se simplificar o programa da primeira série e ajustar-se os programas dos anos subsequentes de modo que os alunos alcancem os níveis atuais no término da 4ª série da escola primária..

#### g. Distribuição dos professores por séries

Tradicionalmente os organizadores do sistema de ensino vêm nomeando, para a primeira série primária, professores leigos com experiência docente muito limitada.

É óbvio que a produtividade desta série aumentaria consideravelmente se se nomeasse, sistematicamente, as melhores professoras para suas aulas. Se fôr necessário, poder-se-á oferecer uma gratificação extra às professoras formadas e com grande experiência que aceitarem lecionar na primeira série primária.

#### h. Melhoramento do magistério

A baixa qualidade do magistério - tanto professores formados quanto leigos - tem influência importante sobre a taxa de repetência. Este tema será tratado no Capítulo 4.

### 3. ESCOLAS ISOLADAS

84% dos estabelecimentos escolares são "escolas isoladas", isto é, escolas de uma única sala. O que torna esta situação particularmente aberrante e indesejável é o fato de boa parte destas escolas se encontrarem em centros urbanos.



Além disso, é duvidosa a conveniência das escolas isoladas, seja em que zona fôr. Onde existe êste sistema os professores têm geralmente a obrigação de dar, simultaneamente, em las a 2, 3 ou 4 séries. E, não há demonstração de que o façam com êxito.

Recomenda-se a mais alta prioridade à eliminação deste problema quando da elaboração dos planos educacionais e, particularmente, dos planos de construção escolar.

Uma solução óbvia é prever a ampliação, com a adição de mais uma sala, de tôdas as escolas isoladas situadas em zona em que a densidade da população seja suficiente para reunir 120 alunos em 4 faixas etárias.

Com duas salas, dois turnos e dois professores será possível ministrar a tôdas as crianças um currículo primário completo.

Esta "inovação" deveria ser introduzida muito rapidamente no sistema educacional. Muitos dos Estados da União estão agora mesmo adotando medidas para assegurar a obrigatoriedade e gratuidade do sistema ginásial.

Ao prever a ampliação das escolas isoladas, seria lógico planejar também a construção de apartamentos para as professoras - ou professores - o que parece uma das condições indispensáveis para a eliminação dos leigos.

#### 4. PROBLEMAS DO PROFESSORADO

A seguir serão apresentadas algumas considerações e recomendações sobre o problema dos professores, que, à primeira vista, podem parecer contraditórias com alguns pontos de vista discutidos durante a conferência dos CEOSE e, particularmente, com as recomendações que se encontram no Documento 2, referente ao ensino primário, sobre a Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário.

Para se entender essa divergência aparente, deve-se compreender que o problema do professorado tem dois aspectos diferentes: a longo prazo deve ser interpretado como uma aberração do sistema educacional, que somente poderia ser resolvida através da introdução de um novo sistema de planejamento e da aplicação dos recursos.

Não se pode esperar, porém, até a adoção e realização de todas as reformas, que tal reorientação implicaria, para atacar o problema - muito premente e imediato - dos leigos e da qualidade dos professores normalistas.

Faz-se, a seguir, o diagnóstico e se recomendam remédios, a serem adotados a longo prazo. Enquanto no documento 2 se descreve a série de medidas que poderão ser tomadas para melhorar imediatamente as condições, sem prejudicar o que se poderá fazer para introduzir reformas mais profundas e radicais.

A tabela, a seguir, descreve a situação do professor do primário de Santa Catarina, e a compara com as condições nacionais.

CORPO DOCENTE

|              | <u>TOTAL</u> | <u>RURAL</u> | <u>NORMALISTAS</u> | <u>LEIGOS</u> |
|--------------|--------------|--------------|--------------------|---------------|
| UNIÃO        |              |              |                    |               |
| 1963         | 302.191      | 104.471      | 171.528            | 131.000       |
| 1964         | 336.906      | 114.646      | 189.560            | 148.000       |
| STA CATARINA |              |              |                    |               |
| 1963         | 12.186       | 7.308        | 5.408              | 6.778         |
| 1964         | 12.945       | 7.609        | 5.302              | 7.643         |

Em Santa Catarina 71% dos professores são leigos: a média nacional é de 40%. Mais da metade dos professores de Santa Catarina, ademais, não tem o mínimo de preparação necessária para assumir seus cargos. Em ambos os casos o número de leigos cresce em 13% anuais.

É óbvio, nessas circunstâncias, que a qualidade do ensino em Santa Catarina é excepcionalmente baixa - mais baixa que o nível promédio nacional.

Muitos argumentos são invocados oficialmente, em Santa Catarina e ao nível federal, para explicar esta situação. Os principais são: (a) que é escasso o número de normalistas, (b) que o Estado (ou a União) não dispõe de fundos necessários para pagar bem a seus professores.

Ambos argumentos são absolutamente falsos. A realidade é que existem razões políticas e culturais que levam a um aumento contínuo do número de leigos. A inércia dos líderes educacionais e seu desejo de fazer concessões políticas contribuem para cristalizar esta situação.

#### a. Disponibilidades de normalistas

Não há escassez de normalistas. Além do fato de os estoques de normalistas disponíveis não estarem sendo aproveitados no ensino, é muito alta a produção atual de normalistas, as projeções que podem ser feitas para o futuro indicam que será ainda muito mais alta entre 1968 e 1970.

A tabela III indica que, em Santa Catarina, a produção de normalistas em 1965/66 foi provavelmente o dobro da produção em 1962/63. Em 1969 dobrará outra vez, para alcançar cifra superior a 2.500 graduados de nível colegial por ano.

A tabela IV indica que, nestas circunstâncias, a produção de normalistas de nível colegial previsível para o período 1965/69 atenderá perfeitamente à demanda de professores, e que, ademais, a grande maioria de leigos poderá ser eliminada, ou substituída por normalistas de nível colegial.

Estimativas semelhantes indicam que poder-se-ão obter os mesmos resultados, ou resultados ainda mais espetaculares em nível federal: em breve a produção atual de normalistas será suficiente para eliminar o problema dos leigos até 1970.

TABELA III

## ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO ANUAL DE NORMALISTAS DE NÍVEL COLEGIAL

| MATRÍCULA DAS ESCOLAS NORMAIS INÍCIO DO ANO |                        |                       | CONCLUSÕES NÍVEL COLEGIAL 4 ANOS DEPOIS |        |           | RENDIMENTO EFETIVO OU PROVÁVEL(3) EM % |           |
|---|------------------------|-----------------------|---|--------|-----------|--|-----------|
| ANOS  | BRASIL                 | STA. CAT.             | ANOS                                    | BRASIL | STA. CAT. | BRASIL                                 | STA. CAT. |
| 1959  | 80.000                 | 7.496                 | 1962                                    | 22.223 | 521       | 27.5                                   | 7.0       |
| 1960  | 88.800                 | 8.283                 | 1963                                    | 25.806 | 630       | 29.0                                   | 7.6       |
| 1961  | 97.900                 | 9.219                 | 1964                                    | 30.883 | 1007      | 31.0                                   | 10.8      |
| 1962  | 111.400                | 10.272                | 1965                                    | 33.000 | 1027      | (30.0)                                 | (10.0)    |
| 1963  | 139.321                | 12.107                | 1966                                    | 41.700 | 1210      | (30.0)                                 | (10.0)    |
| 1964  | 175.384                | 14.219                | 1967                                    | 52.600 | 1421      | (30.0)                                 | (10.0)    |
| 1965  | 220.275                | 17.877                | 1968                                    | 66.000 | 1788      | (30.0)                                 | (10.0)    |
| 1966  | 277.000 <sup>(1)</sup> | 25.703 <sup>(2)</sup> | 1969                                    | 83.000 | 2570      | (30.0)                                 | (10.0)    |

(1) Extrapolado: o crescimento da matrícula entre 1962 e 1965 foi de 26% por ano !

(2) Cifra incompleta.

(3) Cifras estimadas em parênteses: supõe-se que os rendimentos obtidos em 1964 serão mantidos.

TABELA IV

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS DE UM ADEQUADO APROVEITAMENTO  
DAS NORMALISTAS DE NÍVEL COLEGIAL

| <u>ANOS</u>               | <u>PRODUÇÃO DE NORMALISTAS NÍVEL COLEGIAL</u> | <u>DEMANDA DE PROFS. PARA AUMENTO (1) MATRÍCULA</u> | <u>SURPLUS</u> | <u>ESTOQUE DE LEIGOS MENOS SURPLUS (2)</u> |
|---------------------------|---|---|----------------|--|
| <u>(a) UNIÃO</u>          |   |   |                |  |
| 1965                      | 33.000  | 20.000  | 13.000         | 154.000                                    |
| 1966                      | 41.700  | 21.200  | 20.500         | 133.500                                    |
| 1967                      | 52.600  | 22.470  | 30.130         | 103.370                                    |
| 1968                      | 66.000  | 23.818  | 42.182         | 61.188                                     |
| 1969                      | 83.000  | 25.247  | 57.753         | <u>3.435</u>                               |
| <u>(b) SANTA CATARINA</u> |   |   |                |  |
| 1965                      | 1.027   | 533   | 494            | 8.142                                      |
| 1966                      | 1.210   | 544   | 656            | 7.486                                      |
| 1967                      | 1.421   | 576   | 845            | 6.641                                      |
| 1968                      | 1.788   | 600   | 1.188          | 5.453                                      |
| 1969                      | 2.570   | 624   | 1.946          | <u>3.507</u>                               |

(1) Professor por 30 alunos.

Matrícula início ano 1965 - União : 10.000.000 - Taxa 0,06 por ano

Matrícula início ano 1965 - Sta Cat. : 400.000 - Taxa 0,04 por ano

(2) Início do ano havia 167.000 LEIGOS (União) e 8.636 LEIGOS (Sta. Cat.)

Nem se deve contemplar a possibilidade de aumentar, intensificar ou desenvolver a produção de "normalistas de nível ginásial", um híbrido intelectual entre o leigo e o normalista verdadeiro, que não tem as qualidades de adaptação do primeiro, nem as intelectuais do segundo.

#### b. Disponibilidades de recursos

As tabelas I e II permitem calcular que uma matrícula ideal para as quatro séries primárias tradicionais não seria, até 1970, superior a 250.000 alunos - uma cifra que contém proporção razoável de repetentes e implica uma deserção muito baixa.

A existência de uma série preparatória aumentaria a matrícula total em 60.000 alunos.

Seria perfeitamente possível utilizar exclusivamente normalistas de nível colegial com um salário médio de Cr\$ .... 150,00 por mês, para educar todas essas crianças.

Se se supuser que cada normalista de nível colegial, bem treinada e paga, poderá encarregar-se de 40 alunos, poder-se-á calcular o orçamento total, deste modo:

|                  | <u>MATRÍCULA</u> | <u>PROFESSORES</u> | <u>SALÁRIO ANO</u> | <u>TOTAIS (Milhões NCr\$)</u> |
|------------------|------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------|
| Séries (1) a (4) | 250.000          | 6.250              | 1.800              | 11.25                         |
| Preparatória     | <u>60.000</u>    | <u>1.500</u>       | <u>1.800</u>       | <u>2.70</u>                   |
| TOTAL            | 310.000          | 7.750              | 1.800              | 13.95                         |

Este total representa apenas 63% das despesas do ensino em Santa Catarina, a cargo do Estado e dos municípios.

O restante deveria ser amplamente suficiente para pagar o material e o equipamento escolares, a administração escolar, e algumas becas indispensáveis para alunos de nível ginásial.

Na realidade, o que impede, no momento atual, assegurar este nível salarial aos professores, são, principalmente:

- (a) O número de repetentes, com um custo aproximado de 9 Milhões de Cruzeiros Novos.
- (b) O fato de que a Secretaria paga a uma grande quantidade de normalistas para trabalharem nas demais Secretarias do Governo.
- (c) O fato de que a Secretaria destina ao ensino particular de nível primário e médio um subsídio considerável.

Deve-se salientar, além disso, que se os recursos não forem suficientes para garantir uma educação primária decente a todas as crianças de Santa Catarina, o Governo do Estado e a Assembléia têm como obrigação fundamental e sagrada aumentar o orçamento para a educação, atualmente extraordinariamente baixo: o orçamento de custeio do sistema educacional representa, apenas, 20% do orçamento total. Em outros Estados esta cifra sobe a 40% das despesas totais.

#### c. Condições de vida dos leigos

Ouve-se com frequência o argumento de que é quase impossível diminuir o número de leigos porque as normalistas não aceitariam trabalhar nas zonas rurais, em condições muito difíceis, só suportadas pelo pessoal local, que pode morar na casa de parentes ou amigos.

Isto é em parte verdade e as estatísticas o confirmam, quando indicam coincidir o número de "leigas" com o das professoras em exercício nas zonas rurais. Para todo o Brasil o número de leigos é superior ao número de professores "rurais", o que aparentemente implica que quase todos, senão todos os professores rurais são leigos.

Não parece totalmente impossível remediar esta situação.

Menciona-se, com frequência, que se poderia atrair para as escolas rurais as normalistas, com melhores salários, melhores condições de vida (o que pode implicar a construção de casa para as professoras, ao lado de cada escola rural) e também uma estabilidade maior de emprego (o que poderia ser obtido através da adoção de "estatutos" do professorado).

Parece-nos duvidoso que a adoção dessas medidas possam solucionar verdadeiramente este problema: levando-se em conta a mentalidade e as atitudes da população das zonas rurais, a importação de mulheres independentes e solitárias, de nível cultural e intelectual consideravelmente superior ao prô médio local é, nas melhores circunstâncias, uma iniciativa arriscada e infecunda.

Na nossa opinião, o problema dos leigos não poderá ser resolvido sem a criação de um professorado masculino bem treinado e disciplinado.

As vantagens da criação de tal grupo seriam consideráveis: em muitos países do mundo o professor primário masculino torna-se rapidamente num líder intelectual e moral das populações isoladas, a que pode prestar inestimáveis serviços.

#### d. O leigo e a política

Deve-se, finalmente, reconhecer que a proliferação dos leigos é uma técnica conveniente para os políticos que desejam ganhar a simpatia de autoridades locais, ou apresentarem estatísticas impressionantes, com um mínimo de despesas.

Em alguns Estados há, também, um aumento considerável do número de leigos, por razões de economia: o treinamento de leigos é pago pela União.

### 5. INFORMAÇÕES

O Estado não dispõe de estatísticas educacionais adequadas. Apesar de dispor de um volume de informações mais recentes e ricas que a maioria dos Estados da União, a Secretaria não dispõe de dados que permitam adiantar um plano educacional científico.

Por exemplo: é desconhecido o número de repetentes. É também impossível determinar o nível de experiência dos professores, por séries e zonas geográficas. São rudimentares as estatísticas de custos de custeios.

A questão dos instrumentos administrativos que podem assegurar melhor disponibilidade de informação básica é assunto de capítulo especial sôbre o Serviço Central de Informações, Estatísticas e Cadastro. O tipo de dados a serem coletados por este serviço é enumerado nos documentos BD e BE, anexos.



## 6. ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL PRIMÁRIO

Vários educadores e também alguns políticos projetam ou desejam introduzir um tipo rudimentar de ensino especializado, em nível primário.

Esta idéia é particularmente atraente para aqueles que consideram que os meninos das zonas rurais devem ser preparados para as atividades agrícolas.

Em nossa opinião, esta tese tem dois inconvenientes fundamentais:

(a) Parte do pressuposto que a maioria dos meninos das zonas rurais poderão verdadeiramente derivar a sua renda da agricultura.

Isto é provavelmente falso. Santa Catarina não tem reservas ilimitadas de solos agrícolas economicamente aproveitáveis e, particularmente se continuar o desenvolvimento econômico do Brasil, é muito provável que a maior parte das crianças de hoje venha a trabalhar - quando adultos - nas indústrias e no comércio das grandes ou pequenas cidades.

É duvidosa a conveniência de produzir uma grande quantidade de "bons camponeses".

(b) Supõe que meninos de 7 a 10 anos possam realmente receber um treinamento técnico "orientado para a agricultura".

É provável que se possa inculcar nos meninos alguns princípios muito simples e fundamentais: por exemplo, que não se deve cultivar terras inclinadas; que se deve utilizar adubos, inseticidas e fungicidas, etc; que o gado deve ser limpo e sadio e receber atenção veterinária, etc.

Para ensinar isto aos meninos não é preciso criar um novo sistema de ensino, nem escolas especiais; basta dar às professoras um bom livro.

Porém, os que falam de um ensino agrícola de nível primário, têm, aparentemente, idéias mais ambiciosas: planejam até a construção de umas escolas com terras e máquinas agrícolas, isto é, tudo o que permita dar aos alunos um exemplo prático das técnicas agrícolas apropriadas.

Essas intenções só poderão ser justificadas, se fôr estabelecido:

a) que os meninos da escola primária rural deverão ter 13 ou 14 anos - idades em que podem dedicar-se a trabalhos físicos intensivos. Isto pode ser atualmente exato. Mas esta situação é aberrante e temporária. Com a elevação dos níveis de vida, diminui a idade dos meninos da escola rural. A longo prazo, esta idade não deverá exceder 10 a 11 anos;

b) que o Estado terá recursos financeiros para organizar escolas rurais modelo. Inútil é insistir sobre o fato de que não os possui;

c) que será desejável formar, em nível primário, um "bom camponês", bem treinado para ser um operário agrícola rural. As ambições dos educadores devem ser maiores e mais generosas.

C E O S E

RECOMENDAÇÕES SÔBRE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA  
DOS SISTEMAS DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA

DOCUMENTO BO  
JACQUES TORFS  
UNESCO  
Julho de 1967

PLANO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL

1. DEFINIÇÕES

Planejamento é um processo que permite a realização eficiente, racional e econômica dos objetivos e metas fixadas pela coletividade.

O Plano educacional estadual estabelecerá metas e objetivos econômicos, pedagógicos, culturais e sociais, em função das metas gerais do plano da Nação, do Plano de Educação Nacional e dos planos econômicos, sociais e culturais do Estado, formulados pelo PLAMEG. Levará em conta as previsões das necessidades em mão-de-obra e profissionais, os objetivos de melhoria social do Governo e as aspirações culturais da comunidade.

O Plano educacional estadual descreverá os meios de realização desses objetivos, ou seja, a política educacional estadual e as medidas administrativas, econômicas, financeiras e pedagógicas, que deverão ser mobilizadas durante um período definido, para assegurar a realização, total ou parcial, dessa política e dos objetivos. A descrição das medidas será detalhada, gráfica e funcionalmente, e constituir-se-á em plano de trabalho da Secretaria, ficando seus órgãos executivos encarregados de cumpri-lo dentro dos prazos previstos.

Este planejamento, para ser válido, deverá ser completo e integral, ou seja, abarcar todas as formas e níveis de ensino e assegurar harmônica utilização dos vários instrumentos de decisão e execução. É impossível planejar a educação primária, sem planejar a média ou, desenvolver o sistema estadual de ensino, sem levar em conta a evolução dos sistemas municipais ou particulares.

2. REQUISITOS

Existem em Santa Catarina condições propícias à elaboração de um Plano educacional.

- a) Os planos e estudos do desenvolvimento econômico e social da União e do Estado são suficientemente adiantados para permitir a definição de objetivos econômicos e sociais gerais para um Plano Estadual de Educação.
- b) O Estado dispõe de técnicos competentes em estatísticas, planejamento e pedagogia.
- c) Também dispõe da informação técnica especializada e de parte das estatísticas educacionais necessárias.

3. CONTEÚDO DO PLANO. PRAZO.

Nessas circunstâncias, recomenda-se dar início imediato aos trabalhos de elaboração do Plano.

O documento BD, anexo, descreve a lista dos temas que devera desenvolver e dos trabalhos que deverá apresentar.

O plano educacional, em suas linhas gerais, será estabelecido para um período de vinte anos, prazo durante o qual pode efetuar-se a formação

completa do cidadão, desde a escola pré-primária aos últimos anos da universidade.

O plano apresentará uma forma mais especificamente detalhada para um período de cinco anos, prazo durante o qual as perspectivas da evolução econômica e financeira e a orientação geral do Estado podem ser previstas com precisão maior.

Os planos de 5/20 anos serão revistos anualmente e substituídos por novos planos de uma duração igual. Assim, elaborar-se-á em 1967 o plano 1968/72/87, e em 1968 o plano 1969/73/88.

O primeiro ano de cada plano de 5/20 anos definirá em todos os seus detalhes o orçamento-programa para o ano seguinte, devendo as tarefas de elaboração do orçamento-programa ser inteiramente ligadas e subordinadas às tarefas de elaboração do Plano Educacional.

#### 4. ETAPAS DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS

A Secretaria de Educação, assim como órgãos que trabalham em íntima relação com ela, como o PLAMEG e a FACULDADE DE ENSINO, dispõem de parte importante, mas não da totalidade ou da maioria dos dados importantes e das informações enumeradas no documento BD.

Nessas condições, seria impossível adiantar, agora, a elaboração de um plano definitivo, que deveria abranger todo o material incluído no documento BD.

Para obter a informação restante, seria necessário dar início a um recenseamento detalhado da situação educacional.

Para cumprir as determinações da União e poder receber verbas federais em 1969, o Estado terá que apresentar, em março de 1968, um Plano de Educação.

Será, portanto, necessário adotar medidas excepcionais e adiantar, agora, com os dados disponíveis, a elaboração de um plano de emergência, cujo conteúdo é descrito no documento BE, anexo. A elaboração do "verdadeiro" plano só poderá ser empreendida quando os resultados do recenseamento estiverem prontos.

Deve-se observar, também, que durante a elaboração do Plano de Emergência e do Plano Estadual de Educação, os trabalhos de planejamento se processarão em ritmo intenso, exigindo a participação de pessoal numeroso e qualificado e a operação contínua de um sistema eficiente de consultas e deliberações.

Terminado o primeiro Plano, produzir-se-á uma modificação na natureza dos trabalhos: o pessoal encarregado do Plano deverá dedicar um tempo maior à fiscalização e controle da realização do Plano e à elaboração de orçamentos-programa, e tempo menor à revisão anual do próprio Plano.

Em consequência, a elaboração e a aplicação do Plano Educacional exigirá duas etapas essenciais e dois sistemas administrativos. Devem ser analisadas separadamente as estruturas necessárias durante a elaboração do Plano de Emergência e do Primeiro Plano de Educação Estadual e as que deverão existir, uma vez terminados esses trabalhos.

#### 5. INSTRUMENTO CENTRAL

Quaisquer que sejam as etapas ou estruturas propostas, um plano não pode ser criado através de um processo de aglomeração de projetos e subplanos, nem ser o resultado de discussões de tipo parlamentar, ou de intuições filosóficas ou poéticas de pedagogos inspirados.

Uma das características fundamentais das atividades de planejamento é a de deverem ser realizadas por um grupo reduzido de técnicos, que trabalham sob regime de tempo integral e sob a orientação e direção de um chefe único e altamente qualificado.

Por razões de conveniência e de lógica este grupo deve ser a Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação. O plano, e as suas revisões, devem ser aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, cuja tarefa essencial deve ser, na realidade, o trabalho de estudo, consideração, deliberação e revisão do plano.

Nas condições atuais, não dispõe o Conselho de técnicos para os estudos adicionais, nem de pessoal e dos serviços indispensáveis à realização das demais tarefas. Seria, então, lógico, que a Assessoria de Planejamento da Secretaria funcionasse como assessoria do Conselho.

Em Santa Catarina, no momento atual, o único órgão que nos parece capacitado para criar um grupo adequado de planejamento e para organizar uma Assessoria de alto nível, é a Faculdade de Educação da Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Para assegurar a necessária independência da Assessoria de Planejamento durante o período de elaboração dos planos, e a continuidade dos trabalhos depois da apresentação do primeiro plano educacional, a Assessoria deveria ser instituída na forma de uma FUNDAÇÃO.

## 6. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O melhor dos planos pode transformar-se em exercício intelectual sem qualquer utilidade, se não existir o desejo de realizá-lo. Da mesma forma, não será possível a sua execução, se faltarem os instrumentos administrativos apropriados.

Tôda a cúpula da Secretaria manifestou o desejo de adequar a reforma administrativa da Secretaria às exigências do planejamento.

É este um fator altamente favorável: a existência de uma estrutura administrativa apropriada é tão indispensável, que se deve considerar a reforma da administração como condição indispensável para o êxito das atividades de Planejamento.

Notar-se-á que todos os temas que interessam aos planejadores, interessam, inevitavelmente, aos técnicos da reforma e, tanto uns como os outros, não poderão realizar um trabalho útil, sem coordenar seus esforços de maneira contínua.

Assim sendo, a descrição dos instrumentos a serem utilizados no estudo e elaboração do Plano incluirá os necessários ao estudo e elaboração da Reforma Administrativa.

## 7. INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS DE PLANEJAMENTO

### ETAPA DE ELABORAÇÃO DOS PRIMEIROS PLANOS

Para adiantar a elaboração do Plano de Emergência e as atividades paralelas indispensáveis à sua boa execução será necessário criar uma Assessoria de Planejamento, uma Comissão de Reforma Administrativa, um Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas e vários grupos de trabalho que poderão estudar e formular opiniões sobre temas gerais ou especiais a eles submetidos pela Assessoria ou pela Comissão.

a. Assessoria de Planejamento

Durante a primeira etapa de suas atividades, o trabalho da Assessoria de Planejamento consistirá principalmente na elaboração do Plano de Emergência, do Plano Estadual de Educação, que conterão todos os objetivos, programas, cálculos e a legislação descritos nos documentos BD e BE, anexos.

Devido à natureza do material que deve ser incluído no Plano, a Assessoria deveria ter, entre seus membros:

- um economista
- um especialista em estatísticas e interpretação estatística
- um educador
- um especialista em administração pública.

A Assessoria terá a responsabilidade eminente pela elaboração e redação do Plano. Obterá as informações e orientações necessárias através de:

- i - seus próprios estudos e recursos;
- ii - estudos e amostragens realizados por firmas privadas, pelo Centro de Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e pelas demais organizações do Estado.
- iii - Os conselhos e recomendações de quatro grupos de trabalho, assim:

1º Grupo de Objetivos Educacionais

Este grupo participará da descrição da filosofia educacional do Plano (Capítulo I dos documentos BD e BE) e será composto de educadores, chefes dos departamentos técnico-pedagógicos da Secretaria e do Centro de Pesquisas Educacionais, assim como de economistas.

2º Grupo de Orientação Econômica

Este grupo, de economistas, definirá os objetivos do ensino médio do 2º ciclo, do ensino superior e da educação de adultos.

3º Grupo de Orientação Financeira

Este grupo, de economistas e administradores, estudará os recursos financeiros disponíveis para a realização do plano.

4º Grupo de Custos

Este grupo, integrado por economistas e engenheiros, informará a Assessoria de Planejamento sobre todos os assuntos relacionados com custos unitários de ensino, salários, custos de construção e conservação, etc.

A Assessoria de Planejamento consultará regularmente o Secretário de Educação, o Conselho Estadual de Educação, assim como todas as organizações do Estado interessadas em Planejamento ou Educação, e particularmente a PLAMEG e a FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

O Plano será apresentado para aprovação prévia ao Secretário e aprovação final do Conselho Estadual.

b. Comissão de Reforma Administrativa

O trabalho da Comissão da Reforma Administrativa consistiria principalmente na preparação do texto definitivo da nova Organização Administrativa da Secretaria, de acordo com as recomendações dos CEOSE.

A Comissão deverá ter entre seus membros:

- um especialista em administração pública
- um educador
- um economista

A Comissão de Reforma Administrativa será assessorada por um grupo de trabalho, assim:

#### Grupo de Organização e Métodos

Este grupo, composto dos chefes dos departamentos da Secretaria e dos assessores do Governo em matéria de organização administrativa e dos especialistas da Universidade Federal de Santa Catarina, dedicar-se-á principalmente ao estudo das exigências administrativas do sistema de ensino.

#### c. Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas

Para simplificar os processos administrativos e dispor das informações necessárias ao desenvolvimento e fiscalização permanentes do Plano, recomenda-se organizar, para todos os serviços da Secretaria, um sistema central de informações, cadastro e estatísticas (SCICE), que dependerá diretamente da Assessoria de Planejamento.

A organização deste Centro deverá ser confiada a um grupo de peritos em administração, educação e estatística, sob o alto controle do chefe da Assessoria de Planejamento.

A primeira tarefa do Serviço será a de realizar o levantamento de um Recenseamento básico. Este Recenseamento deverá ser conceituado de tal maneira que permita realizar as seguintes operações:

1. Dar à Assessoria de Planejamento tôdas as informações necessárias à elaboração dos Planos (ver Documentos BD e BE).
2. Ser utilizado como instrumento de controle administrativo principal da Secretaria.

Deverá, portanto, este Recenseamento ser organizado de forma a ser convertido numa operação permanente.

A Comissão deverá dispor de dois grupos de estudo, ou sejam:

#### 1º - Grupo de Formulários

O Serviço Central de Informações será o instrumento único, através do qual os demais departamentos, divisões, assessorias, etc. da Secretaria, poderão obter as informações sistemáticas que necessitam para basear as suas decisões e atividades. Estes órgãos não poderão mais dispor de serviços autônomos de estatística ou de informação sistemática. Isto implica em que o Centro de informações, estatísticas e cadastro deverá conhecer perfeitamente as necessidades de cada uma das demais organizações da Secretaria.

A finalidade do Grupo de Formulários será definir essas necessidades.

Este Grupo integrado por todos os altos funcionários da Secretaria, assessores, chefe do escritório de pesquisas e alguns Inspectores e Supervisores, definirá:



- 1º - O tipo de informação quantitativa e qualitativa de que necessitarão cada um dos serviços da Secretaria e o Conselho para realizar os seus trabalhos rotineiros e os que implicam na elaboração e execução do Plano.
- 2º - A parte destas informações que deverá ser coletada pela Secretaria e a parte a ser obtida pelas outras organizações dependentes do Governo do Estado.
- 3º - A estrutura e o texto dos formulários a serem preenchidos pelos professores, regentes, inspetores, supervisores, para fornecerem regularmente as informações necessárias.
- 4º - A periodicidade na coleta das informações.

2º - Grupo de Contrôlo e Classificação de Dados

Recomenda-se que tôdas as informações necessárias para a elaboração do Plano, assim como para seu desenvolvimento e execução e tôdas as informações do sistema centralizado de cadastro e informações, sejam integradas nas fichas de um sistema eletrônico de contrôle e classificação de dados.

O Grupo de Contrôlo e Classificação de Dados, composto por engenheiros especialistas em computadores, de economistas e de especialistas em administração, deverá assegurar o melhor aproveitamento do sistema eletrônico e, também, definir, de antemão e de maneira absolutamente clara, os tipos de operações que não poderão ser realizadas eficientemente através do computador.

Especificamente o Grupo deverá:

- 1º - Examinar todos os formulários e questionários apresentados pelo Grupo de Informações e Formulários e compatibilizá-los com as exigências do sistema eletrônico.
- 2º - Estudar a forma pela qual o sistema eletrônico poderá dispensar uma informação contínua aos diversos órgãos da Secretaria e estudar se esta forma é compatível com as necessidades.
- 3º - Estudar os custos de operação do sistema eletrônico, comparando-os com os custos de sistemas mecânicos ou tradicionais.
- 4º - Se fôr aconselhável, recomendar a utilização de um sistema misto no qual o computador só será utilizado para realizar parte das operações necessárias.

PRINCÍPIOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA

PROPOSTOS PARA A SECRETARIA DE

EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO

DE SANTA CATARINA

MICHEL DEBRUN

INEP - UNESCO

## SANTA CATARINA

### PRINCÍPIOS DE REFORMA ADMINISTRATIVA

Existe uma grande discrepância, no Estado de Santa Catarina, entre as qualidades humanas e técnicas dos elementos responsáveis da Secretaria de Educação e Cultura e o baixo rendimento da máquina educacional dentro da qual eles têm de atuar. Sérias deficiências podem ser apontadas:

1. Os órgãos são numerosos demais. Cada problema novo suscita a criação de um órgão novo, em vez de se buscar as semelhanças com outros problemas, da alçada de órgão já existente. Deveria, logicamente, se procurar quer a atribuição do novo problema ao antigo órgão, quer, inversamente, a colocação de antigos e novos problemas dentro de um novo órgão, mais amplo e eficaz - em vez de um mosaico de órgãos afins.

Não se percebe que diferenças adjetivas não autorizam uma separação substantiva, como, por exemplo, a que se verifica entre a Divisão de Ensino Médio e a Divisão de Ensino Particular: a maior parte das questões de que trata essa última - inspeção e orientação do ensino, convênios e bolsas escolares pertencem à área do ensino médio, e deveriam ser equacionados com as outras dessa área; do contrário não se poderá elaborar uma política racional do ensino médio, permitindo submeter todos os estabelecimentos a uma mesma inspiração pedagógica, bem como repartir harmoniosamente os alunos entre a rede pública e a rede particular. Do mesmo modo, não se entende que o ensino rural, em que pèse a relativa especificidade dos seus problemas, não se integre à Divisão de Educação Primária. Enfim, e sobretudo, é estranha a atribuição à Diretoria dos Serviços de Extensão, de serviços que deveriam pertencer, normalmente, quer ao Departamento de Educação (Orientação Vocacional e Profissional, Cursos Extraordinários), quer à Diretoria de Administração (Prédios e Equipamentos) quer ao Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (levantamentos, estudos e pesquisas pedagógicas etc); orientação, Documentação e Informações.

A consequência é que, entre antigos e novos órgãos de determinada área, verifica-se geralmente a existência de paredes estanques, às vezes mais rígidas do que as existentes entre órgãos de áreas distintas.

2. Defeito simétrico do primeiro é a reunião, num mesmo órgão - Departamento, Diretoria ou Divisão -, de coisas que pouco têm que ver entre si: a Diretoria dos Serviços de Extensão é o melhor exemplo desses "monstros"; parece aglutinar tudo que, por uma ou outra razão, não encontrou lugar na área afim. A Divisão de Ensino Especializado cai sob a mesma crítica.

Essa deficiência é, até certo ponto o reflexo da primeira: não se procurando uma integração sistemática das áreas afins; não se podendo, porém, multiplicar de modo ilimitado os órgãos em nível de Departamento ou de Divisão - chega-se a um sincretismo, desprovido de funcionalidade, entre seções soltas.

3. Há duplicações disfuncionais, não sendo raro que dois (ou vários) órgãos equacionem os mesmos aspectos dos mesmos assuntos. O que redundaria: quer na anarquia, quando os vários órgãos pretendem, cada um, dar um tratamento particular no assunto; quer na gratuidade e na superfluidade, quando são chamados a dar, apenas, um visto ao que um deles elaborou ou decidiu.

Exemplo típico dessa segunda situação é a tramitação, através de vários níveis administrativos, de processos que poderiam ser despachados por um deles (no mais das vezes pela instância inferior), sendo os outros apenas cientificados do resultado. Não vemos porque uma decisão referente a uma licença prêmio, a um quinquênio etc ... há de ser tomada, só depois de ouvidos o inspetor escolar, o inspetor regional, o Departamento de Educação, a Diretoria de Administração, o Departamento de Orientação e Racionalização dos Serviços Públicos (D.O.R.S.P.), o Secretário de Educação e Cultura e até o Governador.

4. Isso nos leva a outro ponto: o ingurgitamento da máquina administrativa, e a conseqüente invasão das áreas pedagógico-culturais por assuntos de natureza administrativa. Cada processo referente aos professores, por exemplo, tendo de ser examinado pelo Diretor do Departamento de Educação, este não pode se dedicar aos assuntos de política educacional, nem mesmo ao estudo dos relatórios pedagógicos.

Sugerimos três medidas:

a) descentralização da máquina administrativa, sendo atribuídas maiores responsabilidades aos inspetores regionais e locais;

b) automatização de muitas decisões, notadamente no nível descentralizado. Voltando ao nosso exemplo, a decisão sobre uma licença-prêmio pode ser tomada a partir da simples leitura da ficha do professor, pela instância administrativa local;

c) introdução da mecanografia, eventualmente em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, cujo sistema nos pareceu modelar; estudos para o estabelecimento ulterior de um sistema eletrônico de tratamento da informação.

5. Tudo isso permitirá uma separação, lógica, entre a área administrativa e as áreas pedagógicos-culturais. Aliviada a máquina administrativa, não haverá necessidade de recorrer a pedagogos para buscar fichas (nos foi dito que o Departamento de Educação, em muitos casos, há de buscá-las para atender a pedidos da Diretoria de Administração!), ou despachar processos rotineiros.

A separação terá de ser rigorosa, sobremaneira, nos níveis regional e local: não se pode admitir que o pessoal da rede de supervisão seja colocado sob as ordens de inspetores não raro alheios ao ensino. Deve haver, pois, uma dupla linha de descentralização. O que não exclui que inspetores e supervisores (e, eventualmente, orientadores para o ensino médio), estejam lotados nos mesmos prédios.

A distinção das áreas deve, porém, de ser bem entendida. Não pode haver paredes estanques:

a) uma seção (não uma divisão) de administração deve existir junto a cada departamento pedagógico ou cultural, para receber e transmitir as informações administrativas de seu interesse: trata-se de um standard telefônico, nada mais.

Nos níveis regional e local uma coordenação semelhante pode ser encontrada.

b) toda decisão não rotineira concernente aos professores, particularmente as que implicam na avaliação do seu valor pedagógico, só deve ser tomada, pelas instâncias administrativas, mediante parecer das instâncias pedagógicas interessadas.

6. Como em todos os outros Estados, não há em Santa Catarina uma suficiente distinção entre as instâncias de política educacional e as de execução dessa política, o que prejudica o rendimento de uma e outras.

Não se trata, é claro, de estabelecer uma fronteira rígida entre os dois níveis. Por exemplo, os diretores de departamento, que pertencem basicamente à esfera executiva, hão de participar à elaboração do planejamento educacional, atividade decisória: se não fôsem constantemente consultados durante essa elaboração, não lhe captariam as sutilezas e o espírito, não se sentindo, portanto, responsáveis pela realização do plano. Reciprocamente, dentro da faixa de planejamento, se devem distinguir os que definem as diretrizes e normas dos técnicos que as traduzem em metas concretas esalonadas no tempo - sendo, êsses últimos, executivos de um tipo particular.

Apesar dessas restrições, deve prevalecer uma melhor organicidade das funções:

A) As instâncias máximas da educação não podem ficar assoberbadas por tarefas de caráter rotineiro, às quais, inversamente, devem se dedicar de modo quase exclusivo outras instâncias.

Não vai, nessa observação, nenhum desprezo em relação ao "rotineiro"; êle não é, forçosamente, o "automático" - e muitas decisões rotineiras implicam numa alta capacidade de reflexão. Apenas, o que distingue a faixa rotineira, é que tudo que nela se faz, está sendo decidido em nome de normas e metas já estabelecidas. No âmbito rotineiro, a reflexão, há, pois, de se caracterizar menos como atividade criadora do que como atividade de juízo, capaz de enquadrar a multiplicidade infindável das situações particulares - existentes ou a serem criadas - na generalidade das normas e metas: estas, mesmo que pormenorizadas, especificadas para atender a uma grande diversidade de casos, nunca podem descer a êste caso singular. Essa oposição, entre a criação e as atividades que dela resultam e que ela norteia, é que impõe uma divisão do trabalho muito mais nítida do que a que hoje se verifica na SEC. E a própria magnitude e complexidade dos assuntos rotineiros - de certos dêles, pelo menos - reforça a legitimidade dessa divisão. Independentemente mesmo do aspecto clientelístico que pode assumir tal intervenção, não é admissível que o Secretário ou os membros do Conselho Estadual entrem no mérito de tal ou qual nomeação ou remoção, construção de prédio etc ... : estas devem ser decididas por instâncias executivas - pedagógicas e/ou administrativas, conforme os casos.

A separação entre o âmbito da política educacional e o das atividades de execução não deve ser confundida com a distinção das atividades administrativas e pedagógico-culturais, muito embora as duas se reforcem mutuamente. A segunda distinção se verifica entre atividades executivas.

B) Na faixa normativa - e de contrôle global do funcionamento da máquina educacional -, parece-nos que a repartição das responsabilidades há de ser a seguinte:

a) as atribuições que a LDB confere ao Conselho Estadual de Educação em matéria de planejamento não podem ser entendidas no sentido de que êle teria de elaborar de ponta a ponta tal planejamento. Seus membros, em primeiro lugar, não poderiam se dedicar continuamente a tal tarefa, a qual, todavia, pela diversidade e complexidade dos seus aspectos, exige uma dedicação quase integral: está se acabando o tempo em que, tanto no nível federal como estadual, planejar significava decretar algumas metas quantitativas e qualitativas, e os prazos da sua realização - de modo mais ou menos arbitrário, inspirado por uma vaga intuição da circunstância brasileira, das suas necessidades e possibilidades. O que significa, em segundo lugar, que o conteúdo pormenorizado dos planos deve ser obra de técnicos: e os membros do Conselho não o são forçosamente, em que pese ao seu valor como educadores. Enfim, a elaboração das diretrizes fundamentais do planejamento implica um certo recuo, uma certa distanciação em relação às pesquisas, cálculos, micro-ajustamentos interdepartamentais (dentro da esfera educacional) e intersetoriais (entre a educação e outros setores), graças aos quais o plano se transforma num documento acabado: do contrário a inspiração global, o sentido das proporções a observar entre os vários ramos e setores - tudo isso corre o perigo de se perder. Há de libertar, para o exercício da sua função precípua, o "generalista" que deve ser o membro do Conselho de Educação: sendo pacífico que essa generalidade só pode ser fecunda, se não exclui - antes pelo contrário, deve pressupô-la - a ligação mais íntima de cada conselheiro com uma área particular da esfera educacional;

b) a própria delimitação das atribuições do C.E.E. faz surgir a necessidade de uma Assessoria de Planejamento - trabalhando em conexão constante com o Conselho. A função de tal assessoria não pode ser, apenas, de fornecer subsídios do planejamento - como se advogou em alguns Estados onde o Conselho pretende tomar a si a elaboração do planejamento. Ela que, pelas razões acima expostas, deve ser o artesão do plano.

Encontra-se em outra parte dêste relatório ("Plano Estadual de Educação"), a composição que o grupo dos CEOSE julga desejável para tal Assessoria. Descrevem-se também o Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas (SCICE) e os grupos de trabalho, que devem auxiliá-la na elaboração do planejamento.

c) cabe ao Secretário, que tem o comando global da política educacional, acompanhar e nortear o constante vai-e-vem que se deve estabelecer entre o C.E.E. e a Assessoria, fazendo, notadamente, sugestões sobre a viabilidade política dos documentos em preparação. Redigido o plano, êle há de realizar as gestões imprescindíveis à sua implantação efetiva.

7. A condição fundamental de uma política educacional racional e eficiente é a reforma da SEC. Com efeito, a SEC é, simultâneamente:

a) a principal fonte de informações sobre os problemas - de pessoal e material - que suscitam a exigência de planejamento. É a razão pela qual a Assessoria de Planejamento, em que pêsse às suas ligações com o C.E.E., deve trabalhar junto à SEC;

b) o instrumento fundamental da execução dos planos.

Tanto no nível da formulação dos planos como no da sua execução, o funcionamento adequado da SEC constitui, pois, um requisito estratégico. Há também de notar que a reforma da SEC é imprescindível ao bom desempenho das suas tarefas rotineiras. A finalidade da reforma é, pois, dupla.

Três etapas podem ser distinguidas:

a) formulação dos princípios da reforma: êstes poderiam ser os contidos nesta parte do relatório;

b) elaboração do conteúdo da reforma: uma Comissão de Reforma Administrativa deveria ser imediatamente constituída. Incluiria os chefes dos Departamentos da Secretaria, e especialistas (um ou dois) em administração pública. A colaboração de técnicos em organização administrativa (e notadamente para implantação da mecanografia) poderia ser solicitada, junto ao Governo e à Universidade Federal de Santa Catarina.

Sem querer antecipar os resultados dos trabalhos dessa comissão, acreditamos que, em qualquer hipótese, deveriam desaparecer a Diretoria dos Serviços de Extensão e as Divisões de Ensino Especializado e Ensino particular - cujas funções, na medida em que se revelarem imprescindíveis, teriam de ser redistribuídas entre os outros órgãos. Os Departamentos de Serviços Autônomos seriam 7: Departamentos de Administração, Educação Primária, Ensino Médio e Cultura; Serviço Social Escolar, Serviço de Recursos Audio-Visuais, Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais.

c) implantação da reforma: seria principalmente a cargo da Assessoria de Planejamento - que passaria a se chamar Assessoria de Coordenação e Planejamento: com efeito, a AP não é só um dos principais dispositivos da reforma encarada, bem como o principal interessado por sua efetivação. Uma das tarefas da Assessoria seria explicar aos vários órgãos o espírito e o conteúdo da reforma, facilitando o entrosamento entre êles todos; ela teria de sugerir ao Secretário os mecanismos de detalhe que se fizerem necessários para melhorar essa conexão.

## SANTA CATARINA

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO1. DEFINIÇÕES

Planejamento é o processo que permite a realização eficiente, racional e econômica dos objetivos e metas fixados pela coletividade.

O Plano Estadual de Educação estabelecerá metas e objetivos econômicos, pedagógicos, culturais e sociais, em função das metas gerais do País, do Plano Nacional de Educação e dos planos econômicos, sociais e culturais do Estado, formulados pelo PLAMEG. Levará em conta as previsões das necessidades em mão-de-obra e profissionais, os objetivos de melhoria social do Governo e as aspirações culturais da comunidade.

O Plano Estadual de Educação descreverá os meios de realização desses objetivos, ou seja, a política educacional do Estado e as medidas administrativas, econômicas e financeiras a serem tomadas, num período definido, para assegurar a realização, total ou parcial dessa política e dos objetivos. A descrição das medidas será detalhada - geográfica e funcionalmente - e constituir-se-á em plano de trabalho da Secretaria, cujos órgãos executivos encarregar-se-ão de sua execução dentro dos prazos previstos.

Este planejamento para ser válido deverá ser completo e integral, ou seja, abarcar todas as formas e níveis de ensino e assegurar harmoniosa utilização dos vários instrumentos de decisão e execução. É impossível planejar a educação primária sem planejar a média, ou desenvolver o sistema estadual de ensino sem levar em conta a evolução dos sistemas municipais ou particulares.

2. REQUISITOS

Existem em Santa Catarina condições propícias à elaboração de um plano educacional.



- a) Os planos e estudos sôbre o desenvolvimento econômico e social da União e do Estado estão suficientemente adiantados para permitir a definição de objetivos econômicos e sociais gerais para um Plano Estadual de Educação.
- b) O Estado dispõe de técnicos competentes em estatísticas, planejamento e pedagogia.
- c) Também dispõe de informação técnica especializada e de parte das estatísticas educacionais necessárias.

### 3. CONTEÚDO DO PLANO. PRAZO.

Nessas circunstâncias, recomendação o início imediato dos trabalhos de elaboração do Plano.

O documento BD, anexo, descreve a lista dos temas a serem desenvolvidos e dos trabalhos a serem apresentados.

O Plano educacional, em suas linhas gerais, será estabelecido para um período de vinte anos, prazo dentro do qual pode efetuar-se a formação completa do cidadão - da escola pré-primária aos últimos anos da universidade.

O Plano apresentará forma mais especificamente detalhada para um período de cinco anos. Esse plano quinquenal permite uma previsão mais precisa das perspectivas da evolução econômica e financeira e da orientação geral do Estado.

Os planos de 5/20 anos serão revistos anualmente e substituídos por novos planos de igual duração. Assim, elaborar-se-á em 1967 o plano 1968/72/87, e em 1968 o plano 1969/73/88.

No primeiro ano de cada plano de 5/20 anos definir-se-á em todos os seus detalhes o orçamento-programa para o ano seguinte, devendo as tarefas de elaboração do orçamento-programa ser inteiramente ligadas e subordinadas às tarefas de elaboração do Plano Educacional.

### 4. ETAPAS DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS

A Secretaria de Educação, assim como os órgãos que trabalham em íntima relação com ela, como o PLAMEG e a FACULDADE DE EDUCAÇÃO, dispõem de parte importante, mas não da totalidade ou da maioria dos dados importantes e das informa -

ções enumeradas no documento BD.

Nessas condições, seria impossível adiantar, agora, a elaboração de um plano definitivo, que deveria abranger todo o material incluído no documento BD.

Para obter a informação restante, seria necessário dar início a um recenseamento detalhado da situação educacional.

Para cumprir as determinações da União e poder receber verbas federais em 1969, o Estado terá que apresentar, em março de 1968, um Plano de Educação.

Será, portanto, necessário adotar medidas excepcionais e adiantar, agora, com os dados disponíveis, a elaboração de um plano de emergência, cujo conteúdo é descrito no documento BE, anexo. A elaboração do "verdadeiro" plano só poderá ser empreendida quando os resultados do recenseamento estiverem prontos.

Deve-se observar, também, que durante a elaboração do Plano de Emergência e do Plano Estadual de Educação, os trabalhos de Planejamento processar-se-ão em ritmo intenso, exigindo a participação de pessoal numeroso e qualificado e a operação contínua de um sistema eficiente de consultas e deliberações.

Terminado o primeiro Plano, produzir-se-á uma modificação na natureza dos trabalhos: o pessoal encarregado do Plano deverá dedicar um tempo maior à fiscalização e controle da realização do Plano e à elaboração de orçamentos-programa, e tempo menor à revisão anual do próprio Plano.

Em consequência, a elaboração e a aplicação do Plano Educacional exigirão duas etapas essenciais e dois sistemas administrativos. Devem ser analisadas separadamente as estruturas necessárias durante a elaboração do Plano de Emergência e do Primeiro Plano Estadual de Educação e as que deverão existir, uma vez terminados esses trabalhos.

##### 5. INSTRUMENTO CENTRAL

Quaisquer que sejam as etapas ou estruturas propostas, um plano não pode ser criado através de um processo de aglomeração de projetos e sub-planos, nem ser o resultado de discussões de tipo parlamentar, ou de instituições filosóficas ou poéticas de pedagogos inspirados.

Uma das características fundamentais das atividades de planejamento é a de deverem ser realizadas por um grupo reduzido de técnicos, que trabalhem em regime de tempo integral e sob a orientação e direção de um chefe único e altamente qualificado.

Por razões de conveniência e de lógica este grupo deve ser a Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação. O plano e suas revisões devem ser aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, cuja tarefa essencial deve ser, na realidade, o estudo, a consideração, a deliberação e a revisão do plano.

Nas condições atuais, não dispõe o Conselho de técnicos para os estudos adicionais, nem de pessoal e serviços indispensáveis à realização das demais tarefas. Seria então lógico que a Assessoria de Planejamento da Secretaria funcionasse como assessoria do Conselho.

Em Santa Catarina, no momento atual, o único órgão que nos parece capacitado para criar um grupo adequado de planejamento e para organizar uma Assessoria de alto nível, é a Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Para assegurar a necessária independência da Assessoria de Planejamento durante o período de elaboração dos planos e a continuidade dos trabalhos depois da apresentação do primeiro plano educacional, a Assessoria deveria ser instituída na forma de FUNDAÇÃO.

## 6. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O melhor dos planos pode transformar-se em exercício intelectual sem qualquer utilidade se não existir o desejo de realizá-lo. Da mesma forma, não será possível a sua execução, sem faltarem os instrumentos administrativos apropriados.

Toda a cúpula da Secretaria manifestou o desejo de adequar a reforma administrativa da Secretaria às exigências do planejamento.

É este um fator altamente favorável: a existência de uma estrutura administrativa apropriada é tão indispensável, que se deve considerar a reforma da administração como condição indispensável ao êxito das atividades de planejamento.

Encontra-se em outra parte d'êste relatório ("Princípios de Reforma Administrativa") a descrição dos princípios que deveriam nortear a reforma administrativa, assim como a sugestão de algumas soluções concretas.

Notar-se-á que todos os temas que interessam aos planejadores interessam, inevitavelmente, aos técnicos da reforma e, tanto uns como os outros, não poderão realizar um trabalho útil sem coordenar seus esforços de maneira contínua.

## 7. INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS DE PLANEJAMENTO

### ETAPA DE ELABORAÇÃO DOS PRIMEIROS PLANOS

Para adiantar a elaboração do Plano de Emergência e as atividades paralelas indispensáveis à sua boa execução, será necessário criar uma Assessoria de Planejamento, um Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas, e vários grupos de trabalho que poderão estudar e formular opiniões sobre temas gerais ou especiais a eles submetidos pela Assessoria.

#### a. Assessoria de Planejamento

Durante a primeira etapa de suas atividades, a Assessoria de Planejamento ocupar-se-á principalmente com a elaboração do Plano de Emergência, do Plano Estadual de Educação, que conterão todos os objetivos, programas, cálculos e a legislação descritos nos documentos BD e BE, anexos.

Devido à natureza do material que deve ser incluído no Plano, a Assessoria deveria ter, entre seus membros:

- um economista
- um especialista em estatísticas e interpretação estatística
- um educador
- um especialista em administração pública.

A Assessoria terá a responsabilidade eminente pela elaboração e redação do Plano. Obterá as informações e orientações necessárias através de:

- i - seus próprios estudos e recursos;
- ii - estudos e amostragens realizados por firmas privadas, pelo Centros de Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade

para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e pelas demais organizações do Estado.

iii - Os conselhos e recomendações de quatro grupos de trabalho, assim:

1º - Grupo de Objetivos Educacionais

Este grupo participará da descrição da filosofia educacional do Plano (Capítulo I dos documentos BD e BE) e será composto de educadores, chefes dos departamentos técnico-pedagógicos da Secretaria e do Centro de Pesquisas Educacionais, assim como de economistas.

2º - Grupo de Orientação Econômica

Este grupo, de economistas, definirá os objetivos do ensino médio do 2º ciclo, do ensino superior e da educação de adultos.

3º - Grupo de Orientação Financeira

Este grupo, de economistas e administradores, estudará os recursos financeiros disponíveis para a realização do plano.

4º - Grupo de Custos

Este grupo, integrado por economistas e engenheiros, informará a Assessoria de Planejamento sobre todos os assuntos relacionados com custos unitários de ensino, salários, custos de construção e conservação, etc.

O entrosamento que deve existir entre a Assessoria de Planejamento, o Secretário de Educação e o Conselho Estadual de Educação e todas as organizações estaduais interessadas em Planejamento ou Educação (particularmente o PLAMEG e a Faculdade de Educação) está analisado em "Princípios de Reforma Administrativa". O Plano, inspirado nas diretrizes e normas do C.E.E., será apresentado para aprovação prévia ao Secretário e, para aprovação final, ao C.E.E.

b. Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas

Para simplificar os processos e administrativos e dispor das informações necessárias ao desenvolvimento e fiscalização permanentes do Plano, recomenda-se organizar,

para todos os serviços da Secretaria, um Serviço Central de Informações, Cadastro e Estatísticas (SCICE), que dependerá diretamente da Assessoria de Planejamento.

A organização deste Centro deverá ser confiada a um grupo de peritos em administração, educação e estatística, sob o alto controle do chefe da Assessoria de Planejamento.

A primeira tarefa do Serviço será a de realizar o levantamento de um Recenseamento básico. Este Recenseamento deverá ser conceituado de tal maneira que permita realizar as seguintes operações:

1. Dar à Assessoria de Planejamento todas as informações necessárias à elaboração dos Planos (ver Documentos BD e BE).
2. Ser utilizado como instrumento de controle administrativo principal da Secretaria.

Deverá, portanto, este Recenseamento ser organizado de forma a ser convertido numa operação permanente.

A Comissão deverá dispor de dois grupos de estudo, ou seja:

#### 1º Grupo de Formulários

O Serviço Central de Informações será o instrumento único através do qual os demais departamentos, divisões, assessorias, etc. da Secretaria, poderão obter as informações sistemáticas de que necessitam para basear as suas decisões e atividades. Estes órgãos não poderão mais dispor de serviços autônomos de estatística ou de informação sistemática. Isto implica em que o Serviço de Informações, Estatísticas e Cadastros deverá conhecer perfeitamente as necessidades de cada uma das demais organizações da Secretaria.

A finalidade do Grupo de Formulários será definir essas necessidades.

Este grupo, integrado por todos os altos funcionários da Secretaria, assessores, chefe do escritório de pesquisas e alguns Inspetores e Supervisores, definirá:

- 1º - O tipo de informação quantitativa e qualitativa de que necessitarão cada um dos serviços da Secretaria e o Conselho, para realizar os seus trabalhos rotineiros e os que

- implicam a elaboração e execução do Plano.
- 2º - A parte destas informações que deverá ser coletada pela Secretaria e a parte a ser obtida pelas outras organizações dependentes do Governo do Estado.
  - 3º - A estrutura e o texto dos formulários a serem preenchidos pelos professores, regentes, inspetores, supervisores, para fornecerem regularmente as informações necessárias.
  - 4º - A periodicidade na coleta das informações.
- 2º Grupo de Controle e Classificação de Dados.

Recomenda-se que todas as informações necessárias para a elaboração do Plano, assim como para seu desenvolvimento e execução e todas as informações do sistema centralizado de cadastro e informações, sejam integradas nas fichas de um sistema eletrônico de controle e classificação de dados.

O Grupo de Controle e Classificação de dados, composto por engenheiros especialistas em computadores, de economistas e especialistas em administração, deverá assegurar o melhor aproveitamento do sistema eletrônico e, também, definir, de antemão e de maneira absolutamente clara, os tipos de operações que não poderão ser realizadas eficientemente através do computador.

Especificamente o Grupo deverá:

- 1º - Examinar todos os formulários e questionários apresentados pelo Grupo de Informações e Formulários e compatibilizá-los com as exigências do sistema eletrônico.
- 2º - Estudar a forma pela qual o sistema eletrônico poderá dispensar uma informação contínua aos diversos órgãos da Secretaria e estudar se esta forma é compatível com as necessidades.
- 3º - Estudar os custos de operação do sistema eletrônico, comparando-os com os custos de sistemas mecânicos ou tradicionais.

42 - Se for aconselhável, recomendar a utilização de um sistema misto no qual o computador seja utilizado para realizar parte das operações necessárias.